

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CPG – COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PGH – PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA -
UEM/UEL - MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

IGREJA CATÓLICA E COMPANHIAS COLONIZADORAS NA (RE)OCUPAÇÃO
DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ (1940 – 1970)

ROBERTO ANTONIO CASAGRANDE

LONDRINA

2002

ROBERTO ANTONIO CASAGRANDE

IGREJA CATÓLICA E COMPANHIAS COLONIZADORAS NA (RE)OCUPAÇÃO
DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ (1940 – 1970)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. PGH – Programa Associado de Pós-Graduação em História – Uem/Uel – Mestrado em História Social. Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

LONDRINA

2002

ROBERTO ANTONIO CASAGRANDE

IGREJA CATÓLICA E COMPANHIAS COLONIZADORAS NA (RE)OCUPAÇÃO
DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ (1940 – 1970)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. PGH – Programa Associado de Pós-Graduação em História – Uem/Uel – Mestrado em História Social. Universidade Estadual de Londrina.

Aprovado em;

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Valdir Gregory
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LONDRINA

2002

Dedico este trabalho à minha esposa Vivian, que, através do seu amor e companheirismo, ajudou-me a superar as barreiras encontradas no decorrer dos trabalhos.

À minha filha Giulia e ao meu filho Henrique, na esperança de que possam viver em um mundo melhor.

Ao meu filho Davi, que já não se encontra entre nós, por nos mostrar o caminho da esperança e do amor.

Aos meus pais, por desejarem ver seu filho mestre.

*“As memórias populares são um desafio
ao nosso reconstruir permanente da história”
(ANTONIO TORRES MONTENEGRO).*

AGRADECIMENTOS

A Nilceu Jacob Deitos, por me mostrar o caminho da História. A Davi Félix Schereiner, pelas dicas do projeto. A José e Marta Weber, por me acolherem e me abrigarem em sua casa no período dos créditos. A Ondy Hélio Niederauer, pela entrevista. A Anésio Vitto do museu histórico Willy Barth de Toledo, pela possibilidade de acesso às fontes e arquivos necessários ao desenvolvimento desta pesquisa. Aos professores do Programa Associado de Pós-Graduação em História – UEM/UEL - Mestrado em História Social, que contribuíram e permitiram o desenvolvimento de leituras adequadas referentes a questões históricas. Ao meu orientador, Prof. Dr. Gilmar Arruda, pelas críticas e apontamentos necessários à conclusão do trabalho, mas que em nenhum momento tirou-me a liberdade de criação necessária para a escrita desta dissertação.

Enfim, a todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente da elaboração desta pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	viii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
I – INTRODUÇÃO	14
II – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ: HISTÓRIA, REGIÃO E REGIONALISMOS	24
III – A COLONIZADORA NÃO VEM SOZINHA	63
IV – IGREJA CATÓLICA E A COLONIZAÇÃO: DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO	108
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
VI - BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	139
6.1 – Fontes Primárias	139
6.2 – Bibliografia	141
6.3 – Entrevistas Orais	152
6.4 – Periódicos	153

LISTA DE MAPAS

I – MAPA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ.....	28
II – MAPA POLÍTICO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ NO ANO DE 1953.....	29
III- PORÇÕES DO TERRITÓRIO PARANAENSE COBERTAS POR RESERVAS DE ERVA-MATE NATIVAS.....	40
IV – PRINCIPAIS “OBRAGES” DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ATÉ 1930.....	42
V – ZONAS FISIAGRÁFICAS DA REGIÃO SUL – PROCEDÊNCIA DOS MIGRANTES EM 1956.....	52
VI – CONJUNTO DOS PRINCIPAIS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA DE 66 KM.....	58
VII – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ.....	64
VIII – MAPA DA FAZENDA BRITÂNIA.....	65
IX – MAPA DA “GLEBA IGUAÇU” DE CONCESSÃO DE MIGUEL MATTE (CÓPIA DE 1933).....	71
X – CRONOLOGIA DAS COLÔNIAS NA REGIÃO SUL – ANTIGAS REGIÕES COLONIAIS.....	83

XI – REGIÃO DO GUAIRÁ ONDE FORAM INSTALADAS AS REDUÇÕES JESUÍTICAS	109
XII – MAPA DA DIOCESE DE TOLEDO	115

LISTA DE QUADROS

I – SUBSCRITORES DO CAPITAL DA “MARIPÁ” EM 1946	66
II – ACIONISTAS DA “MARIPÁ” EM 1958	68
III – COLONIZADORAS ASSOCIADAS A “PINHO E TERRAS” E REGIÕES COLONIZADAS	70
IV – DEMONSTRATIVOS DAS RENDAS ARRECADADAS PELAS COMPANHIAS COLONIZADORAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1960	72
V – QUADRO GERAL DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960	75
VI – PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960	76
VII – QUADRO GERAL DOS HABITANTES DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960	80
VIII – DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E SOBRENOME DAS FAMÍLIAS EM DUAS SUBDIVISÕES DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO, SEGUNDO O GRAU DE RELACIONAMENTO	81
IX – QUADRO GERAL DA “ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E EDUCACIONAL” NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960	111

LISTA DE TABELAS

I – ORIGEM DOS COLONOS POR LOCAL DE NASCIMENTO EM TOLEDO – 1960	54
II – POPULAÇÃO ESTIMADA DE TOLEDO, 1954 – 1956	99

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a busca de entendimento sobre o processo de (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná – com maior ênfase sobre o município de Toledo - nas décadas de 1940 a 1970. Para tanto, direciona-se a análise sobre as influências da Igreja Católica neste processo, evidenciando suas práticas na relação com os migrantes e a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. – “*Maripá*” -, onde se constata a formação de um campo de negociação entre a Igreja e alguns setores da sociedade, com a intenção de modelar o imaginário social dos colonos, influenciando na construção de sua realidade, além de legitimar o modelo de colonização que se estava implantando. Como instituição religiosa, a Igreja Católica preocupou-se em desenvolver seu papel perante os migrantes que na região Oeste do Estado do Paraná se estabelecem, papel este, fundamental para a “*nomização*” dos indivíduos e para a construção cultural da época. Assim, a Igreja foi de extrema importância para o “*desestranhamento*” do novo espaço ocupado, contribuindo para que o empreendimento de colonização fosse bem sucedido.

ABSTRACT

This essay has the purpose to get the understanding about the process of the (re)occupancy of the West of Parana State region – giving more emphasis in the community of Toledo – from 1940 to 1970's. Because of it, take the analysis of the influences of Roman Catholic Church up in this process, putting on evidence its practices in the acquaintances with the migrants and the Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. – “*Maripá*” -, where is possible to ascertain a background of a deal among Church and some sectors of the society, with the intention to model the social imaginative of colonials, persuading on their reality construction, besides to legitimate the development of colonization which was been implied. As a religion intitution, the Roman Catholic Church worried oneself to develop on its paper in the presence of migrants that in the West of Parana State settle down, paper like this, fundamental to the nominee of the individuals and for the cultural form of the epoch. Thus, the Roman Church was from extreme importance to the adjustment of the new occupied space, contributing for the enterprise of colony was well succeeded.

I - INTRODUÇÃO

"Não importa se só tocam, o primeiro acorde da canção. A gente escreve o resto em linhas tortas, nas portas da percepção. (...) Nos livros de história, seremos a memória dos dias que virão, se é que eles virão. (...) Nos interessa o que não foi impresso, e continua sendo escrito a mão, escrito a luz de velas, quase na escuridão, longe da multidão" (Engenheiros do Havaii).

Ao realizar uma pesquisa histórica, o pesquisador assume um compromisso social, pois o objeto do seu estudo é fruto de um conhecimento produzido socialmente, e a pesquisa se apresenta como uma discussão sobre uma ação social de leitura do real.

Sempre que se propõe alguma leitura de caráter analítico e de elucidação da história, emerge a problemática da possibilidade ou não da reconstrução dos eventos humanos.

Independentemente do tempo em que é efetivada a pesquisa, isto aponta para a correlação entre o passado - em estudo - e o presente do pesquisador. Isto supõe que a pesquisa deve fazer uma leitura do tempo histórico, levando em

consideração a experiência social vivida pelos indivíduos, o que não se apresenta como tarefa fácil e segura.

Coexistindo com esta incerteza, a história apresenta-se como uma área do conhecimento humano, gabaritada a tentar desvendar as ações do homem na busca de construir e organizar sua vida em espaços e tempos variados. Como diz R. G. Collingwood:

a história é a disciplina do “autoconhecimento humano (...) conhecer-se a si mesmo significa conhecer o que se pode fazer, e posto que ninguém sabe o que pode fazer até que o tenta, a única forma para que o homem saiba o que pode fazer é averiguar o que ele já tem feito. O valor da história, por conseguinte, consiste naquilo que nos ensina sobre o que o homem tem feito e, nesse sentido, sobre o que é o homem”.¹

No sentido do pensamento de Collingwood, trabalhar com a colonização² da região Oeste do Estado do Paraná e os eventos humanos nela ocorridos, pode trazer à tona um emaranhado de características com possibilidades de ajudar a caracterizar e a fornecer algumas possíveis explicações de dúvidas existentes sobre esta localidade.

A principal hipótese a ser desenvolvida nesta pesquisa é tentar mostrar o papel da Igreja Católica no processo de colonização da região - especificamente

¹ Apud. FLORESCANO, Henrique. **A Função Social do Historiador**. Tempo, Rio de Janeiro: Vol. 4, 1997. p. 65.

² Utiliza-se a palavra colonização, distinguindo os objetivos e interesses da iniciativa do governo e os objetivos da iniciativa de particulares. Para o governo seria a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas, para as companhias particulares seria negócio e para os migrantes a tentativa de construção de uma nova vida.

Simultaneamente à idéia de colonização, trabalha-se o conceito de (re)ocupação em contraposição ao de ocupação. Esta diferenciação será feita com maior profundidade no decorrer do segundo capítulo.

no município de Toledo -, evidenciando suas práticas na relação com os colonos e a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A³.

Ao tratar sobre a presença católica na região Oeste do Estado do Paraná, deve-se considerar a relação estreita mantida com a vinda de colonizadores⁴ de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde as raízes étnico-religiosas eram, em sua maioria, católicas e protestantes⁵.

O enfoque da pesquisa é dado à presença católica, muito marcante na região abordada. Segundo alguns estudos regionais, as causas desse predomínio recaem sobre as companhias colonizadoras. Estas trouxeram para a (re)ocupação, descendentes de italianos e alemães.

A própria procedência étnica e religiosa de cada família determinou o processo de ocupação regional. Assim, por exemplo, os descendentes de alemães, de predominância evangélica, passaram a residir, de um modo geral, em Marechal Cândido Rondon, enquanto os de origem italiana, tradicionalmente católicos se fixaram em Toledo.⁶

³ Não se pode falar em colonização e/ou (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná sem abordar a influência das companhias colonizadoras, principalmente da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., popularmente conhecida como “*Maripá*”. A partir deste momento, ao referir-se a esta companhia, utilizar-se-á, apenas, “*Maripá*”. Esta empresa será melhor analisada no decorrer do terceiro capítulo deste trabalho.

⁴ Por colonizadores entende-se os sujeitos descendentes de europeus que colonizaram o antigo Brasil Meridional durante o século XIX e início do XX, através da ação de companhias particulares ou mesmo de governos. Estes descendentes passam a (re)ocupar durante o século XX, terras da região Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná. Segundo Luiza H. Schimitz Kliemann entende-se por colonos, “*os pequenos proprietários que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, “para desenvolver a policultura e prover a subsistência e por colonizadores os proprietários particulares, empresas, ou mesmo o poder público, que, adquirindo grandes glebas, as lotearam e as venderam a colonos”*”. Cf. KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **Rio grande do Sul: Terra e Poder – História da Questão Agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. P. 13-14. Apud. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970**. Niterói, 1997. p. 27. (Tese de Doutorado).

⁵ Vale ressaltar, que os migrantes de origem protestante que participaram da colonização da região Oeste do Estado do Paraná, eram, em sua maioria, de confirmação luterana. Sobre a procedência étnico-cultural-religiosa dos migrantes sulistas, cf. DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais no Oeste do Paraná. A Congregação Cristã do Brasil em Cascavel de 70 a 95**. Florianópolis, 1996. (Dissertação de Mestrado).

⁶ SILVA, Oscar. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. p. 251-252.

A colonização da região Oeste do Estado do Paraná permite pressupor uma leitura, onde, esta aparece ligada às características de uma tradição religiosa. É a hipótese de que a procedência étnico-cultural-religiosa dos colonizadores dá características específicas ao processo de (re)ocupação regional.

Desta forma, os aspectos vinculados a uma herança cultural dos migrantes constituem-se em elementos de extrema importância para a compreensão dos acontecimentos relacionados à colonização da região.

Justifica-se o interesse por tal problematização buscando o entendimento sobre os significados atribuídos pelos agentes históricos em tal período, na relação fé-vida cotidiana e como estes significados passam a ser criados e recriados a partir das influências exercidas pela Igreja Católica.

São várias as teorias historiográficas existentes para a explicação da história. Como sustentáculo de análise sobre a colonização da região, valoriza-se a vertente conhecida como história social.

Esta busca valorizar as experiências acreditando que a história se faz na ação do homem sobre o seu meio, transformando-as em ações individuais ou coletivas que darão características particulares e individualizadas a um espaço e a um período.

A história social visa em suas leituras a “*experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivas – sociais – na explicação histórica*”⁷. Entende a história como produto direto da ação do homem que se concretiza através dos tempos, em seu movimento “*contínuo*”⁸, dinâmico, total e plural.

Também concebe a história em transformação constante, não estudando os fatos históricos presos a uma “*redoma*” repletos de causas e conseqüências, ordenados cronologicamente, com a preocupação que busca a “*reconstrução da história*’ e procura a ‘*verdade*’ histórica nos documentos”⁹.

Antes, concentra suas atenções nas características peculiares de cada sociedade, numa visão crítica, problematizando o passado a partir da realidade imediata dos sujeitos concretos que vivem e fazem a história do passado.

Thompson, por exemplo, compartilha a idéia de que o mundo deve ser explorado aberta e profundamente, recusando qualquer leitura prévia e determinista, a não ser que se queira que a teoria saia dela mesma, o que não é recomendável aos pesquisadores;

Por mais elaborados que sejam os mecanismos internos, as torções e autonomias, a prática teórica constitui o ponto extremo do reducionismo: uma redução, não da “religião” ou da “política” à “economia”, mas das disciplinas do conhecimento a apenas um tipo “básico” de Teoria. A teoria

⁷ CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 54.

⁸ Sobre a indeterminabilidade ou descontinuidade da história, cf. VEYNE, Paul. 1982. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília, Editora UnB. 1970.

⁹ FENELON, Déa. **Pesquisa em História: Perspectivas e Abordagens**. In: Org. Fazenda Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo, Ed. Cortez, 1989. p. 121.

está sempre recaindo numa teoria ulterior. Ao recusar a investigação empírica, a mente está sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela cãibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros¹⁰.

Diante do que pensa Thompson e também das dificuldades que automaticamente emergem ao elaborar um trabalho em que o objeto seja as influências da Igreja Católica sobre a colonização e/ou (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná, surge como meio a propiciar tal enfoque a utilização de referenciais teóricos que podem possibilitar uma análise que evite o direcionamento a visões puramente teológicas.

Para isso, e quando se falar em imaginário, utilizar-se-á o referencial de Bronislaw Baczko. Segundo ele:

(...) através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais (...) o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Normalmente, elaboram os meios de sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”.¹¹

Baczko vê o imaginário conforme modalidades específicas existentes em uma sociedade, que o utiliza como forma de controle e como modelador de comportamentos e atitudes.

¹⁰ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 185.

¹¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi, tomo 5 – Anthropos-homem**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. p. 309.

Neste aspecto, os discursos proferidos pela Igreja Católica na colonização da região Oeste do Estado do Paraná, juntamente com as influências exercidas pelas companhias colonizadoras, propiciavam aos sujeitos sociais atribuírem sentido ao mundo em que estavam inseridos.

Neste sentido, a pesquisa explora o poder de um discurso religioso “*nomizador*”¹², utilizado pela Igreja, e que passou a ser um elemento importante na construção cultural da época, tornando os grupos mais unidos na busca de seus objetivos, além de fortalecer sua presença na região, possibilitando o sucesso da colonização, justamente por satisfazer o imaginário daqueles que acreditavam, sentiam e pensavam no desenvolvimento e na força do seu trabalho.

Para Berger, é dentro da sociedade que um indivíduo se torna pessoa, onde, viver num mundo fora da coletividade é viver na imoralidade e na loucura. O principal papel da sociedade é a “*nomização*” do indivíduo, ou seja, a integração do indivíduo à sociedade e à ordem estabelecida.

(...) Toda sociedade desenvolve procedimentos que ajudam seus membros a ficar “orientados para a realidade” (isto é, ficar dentro da realidade como é definida “oficialmente”) e a “voltar à realidade” (isto é, voltar das esferas marginais da “irrealidade” ao nomos socialmente estabelecido). (...) O indivíduo recebe da sociedade vários métodos para diferir o mundo de pesadelo da anomia e conservar-se dentro dos limites seguros do nomos estabelecido¹³.

¹² A Igreja Católica apresentou-se como “*nomizadora*” aos fiéis, colocando-se ao lado das necessidades dos migrantes e demonstrando uma certa preocupação com os problemas sociais que advinham do contexto de (re)ocupação. Deste modo, a Igreja adotou o papel de integrar o migrante à sociedade e à ordem estabelecida. Cf. BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. tr. J. C. Barcellos, São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

¹³ Idem, ibidem, p. 37.

É perceptível, no período de colonização da região Oeste do Estado do Paraná, a articulação da Igreja Católica com vários setores da sociedade, buscando a garantia de sua predominância, e como tal, estabelecendo um campo de negociação de bens simbólicos e uma busca constante da “*nomização*” dos fiéis.

Considerando tal problemática, este trabalho encontra-se assim dividido: a parte que corresponde ao segundo capítulo, “*Região Oeste do Estado do Paraná: história, região e regionalismos*”, possibilita uma discussão sobre a formação de “*discursos regionais*” e/ou “*regionalistas*” por parte das elites e de intelectuais, interessados em garantir a circunscrição do território paranaense enquanto um espaço do capital e em fomentar uma “*história regional*”, encarregada em dar uma identidade a sujeitos históricos ligando-os ou identificando-os a determinados espaços, contribuindo assim, para aquele fim.

Neste sentido, tenta-se trabalhar com a região Oeste do Estado do Paraná desvincilhando-se da herança de uma “*história regional*”, que, por muito, narrou a conquista do pioneiro sobre espaços desconhecidos e inóspitos, ou, muitas vezes, com seus discursos, tornou a região um sujeito possuidor e constituidor de sua própria história.

Entende-se a região Oeste do Estado do Paraná em sua colonização e/ou (re)ocupação, como sendo um local intrincado de relações sociais, um espaço onde ocorre o encontro e o desencontro de temporalidades singulares ou personagens possuidores de um tempo histórico e interesses diferenciados,

geradores de conflitos. Em suma, tenta-se referendar a região como sendo uma região de “*fronteiras*”¹⁴.

É a busca do entendimento sobre o processo de colonização da região que envolveu um número acentuado de atores construtores de um complexo campo sócio-histórico-cultural, onde o pano de fundo se constituiu na (re)ocupação das terras na ótica do capital.

No terceiro capítulo - “*A colonizadora não vem sozinha*” -, busca-se elencar a participação ativa das companhias colonizadoras¹⁵, em especial da “*Maripá*”, no processo de colonização da região Oeste do Estado do Paraná, e a importância desta na aquisição de terras e posterior venda das mesmas para migrantes vindos do sul do país.

Enfim, busca-se analisar a racionalização do projeto de colonização da “*Maripá*”, juntamente com suas práticas, no que se refere a (re)ocupação das áreas de sua influência, e como esta percebeu a importância da assistência institucional religiosa dada aos migrantes para apressar os empreendimentos de colonização, especificamente a Igreja Católica.

No quarto e último capítulo – “*Igreja Católica e a colonização: discursos de legitimação*” -, contextualiza-se o surgimento da Igreja Católica na região,

¹⁴ Esta discussão referente a região Oeste do Estado do Paraná ter se constituído como sendo uma região de “*fronteiras*”, será feita com maior ênfase no decorrer do segundo capítulo.

¹⁵ Dentre as companhias colonizadoras que atuaram na região Oeste do Estado do Paraná, destacaram-se: “*Pinho e Terras Ltda*”, “*Colonizadora Gaúcha Ltda*”, “*Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda*”, “*Colonizadora Matelândia Ltda*” e “*Maripá*”. Este tema será melhor trabalhado no decorrer do terceiro capítulo.

mostrando sua predominância em relação à presença protestante e como se constituiu numa importante peça para o sucesso da colonização, na medida em que, através de seus discursos passa a operar na construção do imaginário e no cotidiano dos colonos, inserindo-os na realidade da (re)ocupação e também na tentativa de manter sua supremacia enquanto instituição religiosa.

Em resumo, tem-se como proposta analisar em aspectos gerais e específicos o surgimento do Oeste do Paraná como região¹⁶ e o desencadeamento de sua colonização, nas décadas de 1940 a 1970¹⁷ - auge do fluxo de migrantes vindos do sul -, dando maior ênfase à influência da madeireira “Maripá” na (re)ocupação de Toledo e região, e como esta aproveitou-se do imaginário¹⁸ dos colonos e dos discursos religiosos para obter sucesso em seus empreendimentos.

¹⁶ Sobre a formação de discursos regionais ou de uma história regional, cf. ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, Sp: EDUSC, 2000; GREGORY, Valdir. **História Regional: Discurso, Método e Fontes**. In: ARRUDA, Gilmar; DENIPOTI, Cláudio. **Cultura & Cidadania**. Coletânea. V.1 – ANPUH-PR, 1996; SZESZ, Christiane Marques. **O Conceito de Região: Discursos e Representações do Paraná**. In: ARRUDA, Gilmar; DENIPOTI, Cláudio. **Cultura...**, op. cit.; TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: Histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000; DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. – Maringá: EDUEM, 1999.

¹⁷ “No final dos anos 70 e especialmente durante a década de 1980, a euforia nacional da monocultura chegou a esta região iniciando um processo de rápidas transformações. Esse processo, denominado de “a modernização da agricultura”, é caracterizado pela mecanização e tecnificação da lavoura, integrando as regiões agrícolas ao mercado internacional”. Cf. SCHEREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná**. 2ª ed. – Toledo: Editora Toledo, 1997, p. 21. A partir deste momento, se fazia configurada a colonização e/ou (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná.

¹⁸ A “Maripá”, na ação de seus diretores, aproveitou-se dos desejos, aspirações e motivações dos colonos para a construção de um cotidiano condizente com os seus interesses. A construção de imaginários no período da colonização da região Oeste do Estado do Paraná, pode ser expressa e destacada através da preocupação dos representantes, tanto da companhia colonizadora como da Igreja Católica em prestar todo e qualquer tipo de assistência - educacional, médica, espiritual, construção de igrejas, valorização às famílias, etc... - a comunidade. Sobre o imaginário cf. CASTORIADIS, Cornelius. **El imaginario social**. In: COLOMBO, Eduardo (Org.). **El imaginario social**. Montevideu/Buenos Aires: Editorial Altamira/Nordam comunidad (Colecion piedra libre/3), 1993. Cf. BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social...**, op. cit.

II – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ: HISTÓRIA, REGIÃO E REGIONALISMOS

"A história oficial está nos livros e nos documentos, nos filmes e nos discursos de dirigentes. Mas ao lado do que a escrita e a imagem registraram, existe uma outra visão dos acontecimentos que pode ser recuperada através da memória" (Antonio Torres Montenegro).

Falar da história do Paraná implica remeter-se à questão de sua formação territorial. *"As elites paranaenses, em conjunto com o estado, munido de seus especialistas do saber procuraram em diversas conjunturas fundar o Paraná como região*¹⁹. Já no século XIX, ainda no Império, fomentava-se um *"discurso regional"* por parte dos governantes.

Mas é com a República que estes discursos ganham força na tentativa de uma definição e/ou circunscrição do território paranaense. A partir da constituição de 1891 a questão das fronteiras passa a ser vista como uma questão política,

¹⁹ SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região: discursos e representações do Paraná**. In: ARRUDA, Gilmar; DENIPOTI, Cláudio. **Cultura & Cidadania** – Coletânea – v. 1. ANPUH-PR, 1996. p. 293.

devendo ser resolvida entre os governantes dos Estados. Para as elites paranaenses isso era preocupante. As divisas do Estado não estavam totalmente delineadas, principalmente com os Estados de Santa Catarina e São Paulo.

Como diz Christiane Marques Szesz:

no Paraná, a circunscrição das fronteiras manifestaria uma primeira preocupação com as definições de um discurso regional. As preocupações com a delimitação das fronteiras visavam sobretudo a uma reordenação política, onde o movimento republicano constitui-se numa mobilização, no sentido de preservar o território paranaense, já que pela constituição de 1891 as questões das fronteiras deixavam de ser uma questão meramente jurídica, tornando-se uma questão política, e portanto, passando a ser resolvida entre os poderes públicos das respectivas regiões. Tanto as demarcações com o Estado de São Paulo, como também de Santa Catarina, não estavam delineadas e as discussões sobre a circunscrição do território estendem-se até o início do século XX²⁰.

Assim, a partir da constituição de 1891, com a mudança no tratamento na questão da fronteira, as elites paranaenses sentiram-se impulsionadas a garantir a integridade física do território do Estado.

Desde então, grupos ligados ao líder republicano Vicente Machado passam a financiar intelectuais na tentativa de delinear o território e dar a ele uma identidade homogeneizadora. Seria a busca da circunscrição do território utilizando-se de discursos unificadores.

Os intelectuais paranaenses tornaram-se porta-vozes desses projetos, e portanto responsáveis pelas imagens fundadoras da região. Utilizaram-se de uma linguagem

²⁰

Idem, *ibidem*, p. 193.

figurada, e propuseram como representativo a noção de unidade dando aos indivíduos a falsa idéia de uma cidadania regional. A partir de discursos e transfigurações criadas pela linguagem, como a definição do espaço geográfico, propuseram vincular a sociedade a determinadas unidades de referência, procurando dar-lhes uma solidariedade aparente²¹.

Entre as elites paranaenses e os intelectuais escritores, dos quais cita-se: Ermelino de Leão e Romário Martins, fundadores do Instituto Histórico do Paraná, Afonso Taunay, Afonso Celso, Sebastião Paraná, entre outros, defendia-se a possibilidade, através da constituição do espaço físico, de elaborar uma relação de “*identidade regional*”.

Grande número dos trabalhos realizados por estes autores tinha por objetivo reconhecer na natureza o diferencial constituidor do Paraná e de suas fronteiras. Intelectuais de tradição ufanista e de herança iluminista, guiaram-se na tentativa de darem uma identidade ao Estado, baseada no lema civilização, racionalidade e progresso.

É o que diz Christiane Marques Szesz, analisando Romário Martins, fundador do Paranismo²². “*Dizia ele que o Paranismo era o espírito novo de enlace e idealizador de um Paraná maior pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela cultura e pela civilização*”²³.

²¹ Idem, ibidem, p. 294.

²² Movimento formado por Romário Martins, na tentativa de congregar os habitantes do Paraná, elevando uma “*identidade regional*” em comum. O movimento paranista guiava-se nos ideais positivistas de civilização e progresso. Cf. MARTINS, Romário. “**Paranística**”. In: **A Divulgação**. Curitiba: s. editora, 1948.

²³ MARTINS, Romário. “**Paranística**”..., op. cit., p. 37. Apud. SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região...**, op. cit., p. 301.

As elites paranaenses, conjuntamente com seus intelectuais, utilizando-se do discurso do desenvolvimento, fortalecem a busca da formação de uma identidade homogênea, por sua vez, sustentadora de um sentimento de identidade relacionada a um espaço. Seria o momento da construção de uma “*história regional*”, capaz de garantir discursivamente um papel de destaque ao Paraná, funcionando como um convite a fluxos migratórios dispostos a colonizar regiões do Estado. Uma delas, como exemplo, a região Oeste do Estado do Paraná. (Vide mapas I e II, p. 28 -29).

Contudo, não significava possibilitar a entrada de qualquer indivíduo. Daí a necessidade de uma “*história regional*” que se compacta de uma forma distinta a comunidade paranaense em relação a outras comunidades regionais.

Para Brasil Pinheiro Machado, segundo Szesz, “*a história do Paraná consistia na história da formação de uma comunidade que como tal adquiriu individualidade distinta de qualquer forma de outras comunidades regionais do país*”²⁴.

Como visto, a construção ideológica da região é simultânea ao fortalecimento do Paraná como um espaço regional. Deste modo, condicionado a uma história viva, de unificação de um povo, de uma cultura e da conquista de um território.

²⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. “**Sinopse da História Regional**”. Separata do Boletim do Instituto Histórico. Curitiba: IHGEPR, 1953. Apud. SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região...**, op. cit., p. 312.

MAPA I – MAPA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Fonte: OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo: Um Município da Fronteira Oeste do Paraná.** Estudos nº 3. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

MAPA II - MAPA POLÍTICO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ NO ANO DE 1953

Fonte: PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1981. p. 137.

Ao trabalhar com a região Oeste do Estado do Paraná, estar-se-á tentando desvencilhar dos laços dessa *“história regional”* constituída por interesses subjetivos a grupos dominantes. Essa história, que, em muito, cria geografismos²⁵ ou dá personalidade a uma região, e que vem *“contribuir para legitimar a idéia de região dando a ela uma história”*²⁶. Tem-se como princípio reconhecê-la, não apenas como fazendo parte de uma *“história regional”*, afastada ou isolada de uma totalidade histórica. Como diz Valdir Gregory, *“eu estatuo a região a partir do meu objeto. O meu objeto não é a região. O meu objeto são os fenômenos sob o ponto de vista da regionalidade”*²⁷.

Compartilhando com o pensamento de Nelson Dacio Tomazi, a *“‘história regional’ por mais crítica que possa ser, está sempre ligada ao discurso regionalista e aos regionalismos”*²⁸. Ou, como diz Szesz, a *“história regional tem sido a história do que aconteceu numa determinada região, essa produção é ao nosso ver, sempre suspeita de inautenticidade, na qual se busca estabelecer uma verdade primeira”*²⁹.

Essa *“história regional”* que visa dar vida própria a uma região, ou que busca enaltecer a vitória do *“pioneiro”* sobre as intempéries do cotidiano, colabora, neste sentido, legitimando o recorte de uma retrospectiva regional.

²⁵ Para Nelson Dacio Tomazi, *“os geografismos são muito comuns no cotidiano de uma dada realidade regional. Assim, pode-se ouvir, com frequência, que uma determinada região “reivindica”, “luta”, “produz”, “debate”, etc. A região passa a ter uma vida própria, e os homens e as suas relações sociais desaparecem”*. Cf. TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: Histórias e Fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, p. 112.

²⁶ SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região...**, op. cit., p. 314.

²⁷ GREGORY, Valdir. **História Regional: Discurso, Métodos e Fontes**. In: ARRUDA, Gilmar; DENIPOTI, Cláudio. **Cultura e Cidadania** – Coletânea – v. 1, ANPUH – Pr., 1996, p. 330.

²⁸ Cf. **“Norte do Paraná”...**, op. cit., p. 119.

²⁹ Cf. **O conceito de região...**, op. cit., p. 314.

Esse recorte espacial fixo, consagrado, muitas vezes imaginário, legitima um recorte historiográfico, como também o lugar dos historiadores que o desenvolvem e o defendem, criando assim verdadeiros nichos de saber e “especialistas” na defesa daquela historiografia “regional”. Isso vale para o “Nordeste”, para o “Oeste Paulista”, para o “Paraná”, para o “Norte do Paraná” e para muitas outras regiões³⁰.

Segundo Gilmar Arruda:

(...) não existe a possibilidade de encontrarmos critérios objetivos ou “naturais” que possam definir o que seria uma “região”. Qualquer ordem de discurso que procure explicitar, buscar identidades e especificidades de um determinado espaço nomeado de região, incide naquilo que Pierre Bourdieu chamou de “poder simbólico”. O discurso da história regional participa da “luta de representações” de duas formas: a primeira dentro do próprio campo de fixação de seu objeto, melhor, a fixação de seu objeto já é um campo de luta com outras disciplinas, ou uma disputa com outro campo do mesmo discurso da história regional, que se ocupa de regiões geográficas. Segunda forma, na tentativa de objetivação científica do discurso regionalista criando um suporte, autorizado pelo “capital simbólico” de legitimação investido na figura do historiador³¹.

Em conformidade, não se quer criar regionalismos ou continuar a herança historiográfica regional que, por muito tempo, reproduziu ou ainda reproduz um discurso homogeneizador. Deste modo, reconhece-se a região Oeste do Estado do Paraná como palco de um conjunto intrincado de relações e conflitos sociais. Está-se analisando o homem como produtor da história, não atribuindo a uma espacialidade uma história própria, recalcada em heróis ou grandes conquistas, geralmente características contidas em discursos regionalistas.

³⁰ TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”..., op. cit., 119.

³¹ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP : EDUSC, 2000, p. 22-23.

Como diz Carlos R. Moraes, citado por Tomazi,

o discurso regionalista aparece como um daqueles que tornam os processos sociais qualidades do espaço. Seu argumento básico reside em se tomar as relações entre pessoas e classes como relações entre lugares. São Paulo explora o Nordeste. Esquecendo-se que lugares não são sujeitos. Somente pessoas podem explorar lugares e pessoas³².

Para Pierre Bourdieu, o regionalismo

é apenas um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente, e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se prefere a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social³³.

Como visto, são vários os entendimentos ou maneiras de tratar a questão regional ou do regionalismo. No caso específico do Estado do Paraná, a questão nasce envolta em discursos que propunham produções ou construções sobre os modos de perceber e comentar a região. Criaram-se similaridades e regularidades, fazendo com que a imagem regional transpusesse épocas e estilos, transformando-a no elemento identificador e caracterizador de todos os tempos. Em suma, a “*história regional*” advém do poder de construção de “*discursos regionais*”, geralmente presos à ação política de grupos sociais que se

³² MORAES, Antonio Carlos. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 102. Apud. TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**”..., op. cit., p. 117.

³³ BOURDIEU, Pierre. “**A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região**”. In: **O poder simbólico**. Lisboa : DIFEL, 1989, p. 124.

incumbem de organizar e reproduzir uma noção de região válida a um campo social.

Neste caso, antes de surgir como uma noção geográfica, a região surge eivada de uma noção fiscal, político-administrativa. No próprio significado etimológico da palavra – do latim *regere/comandar* -, percebe-se um sentido que refere-se ao domínio e não simplesmente à circunscrição de um espaço. Para Szesz,

a região não é resultante de um consenso social. Ou seja, ao definir-se a região elabora-se a partir de construções discursivas e representações, como algo distinto da pura execução da norma social. Como não existem regiões naturais, a região é um fenômeno social, é arbitrária, e é estrategicamente construída³⁴.

Para alguns historiadores paranaenses, como é o caso de Cecília Maria Westphalen, ao falar em história do Paraná, necessariamente surge a questão da *“história da ocupação de seu território e da formação das comunidades paranaenses”*³⁵.

Para a autora, a história da ocupação do Paraná se faz representada pela ação de comunidades regionais. Uma iniciada no século XVII - formadora do Paraná tradicional -, que representou a busca do ouro, estruturando-se definitivamente no século XVIII, sobre a égide do latifúndio campeiro dos Campos Gerais, do comércio do gado e mais tarde, já no século XIX, nas atividades

³⁴ SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região...**, op. cit., p. 319-320.

³⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria, 1927. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH – Pr, 1987. p. 5.

extrativas da erva-mate e madeira e no seu comércio; suas fronteiras de expansão iam até os campos de Guarapuava e Palmas.

Outra comunidade refere-se ao Paraná moderno, Estado do século XX, caracterizada no Norte do Estado, com migrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e de regiões nordestinas, cultivadores da agricultura do café, e as comunidades do Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná, plantadores de cereais e criadores de suínos, vindos dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Através dessas correntes migratórias formou-se uma frente pioneira³⁶ de colonização, primeiro agindo na região Sudoeste³⁷ do Estado do Paraná e posteriormente na região Oeste do mesmo Estado.

Westphalen compartilha com Brasil Pinheiro Machado a hipótese de que a história do Paraná resume-se à constituição destas três comunidades. Para ela,

a história do Paraná, segundo o modelo de explicação histórica de Brasil Pinheiro Machado, resulta de expansões diferenciadas que constituíram três comunidades: o Paraná Tradicional, de ocupação antiga e genuinamente paranaense; a região Norte, vista como um prolongamento da economia paulista; e, por último, a região Sudoeste,

³⁶ Ao utilizar a terminologia frente pioneira está-se fazendo referência ao avanço do capital – propriedade privada - sobre a terra. Este enfoque não possui como intenção alimentar a idéia de que frente pioneira e frente de expansão sejam categorias distintas. São elas simultâneas e tendem a explicar um mesmo episódio, ou seja, o deslocamento da “*frenteira*”, o local do encontro e desencontro de temporalidades diversas. Este tema será melhor detalhado no transcorrer deste capítulo, onde se estará referendando a região Oeste do Estado do Paraná como sendo uma região de “*fronteiras*”. Sobre o debate em torno da frente pioneira e frente de expansão, cf. MARTINS, José de Souza. **O Tempo Da Fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social - vol. 8, nº 1, 1996.

³⁷ COLNAGHI, Maria Cristina. **O processo político de ocupação do Sudoeste.** In: PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política: Paraná** – Curitiba: Prephacio, 1991.

povoada pelo fluxo migratório originado no Rio Grande do Sul.

Esse movimento expansionista, através de um corte diacrônico, delimita duas estruturas sócio-econômicas distintas: o Paraná Tradicional, as áreas de campos e o eixo das estradas das tropas; e o Paraná moderno, originado da desagregação da sociedade campeira, no final do século XIX³⁸.

Embora não se concorde com o modelo explicativo das três comunidades, é sobre as comunidades provindas dos Estados do sul do país, primeiramente fixadas na região Sudoeste do Estado, posteriormente e/ou quase simultaneamente estabelecidas na região Oeste, que se realiza o esforço de um resgate histórico sobre a sua colonização.

Contudo, não se quer fazer uma apologia a estas comunidades e participar da idéia de que o espaço do chamado Paraná tenha sido ocupado historicamente por estas, como sustentam Westphalen e Brasil Pinheiro Machado. A intenção é distanciar-se desse modelo de explicação da “*história regional*”. Utiliza-se da referência as correntes de comunidades apenas para alcançar o objetivo principal desta pesquisa.

Neste momento faz necessário esclarecer como se entende as noções de ocupação e de (re)ocupação e por que optamos por esta. Compartilha-se com o pensamento de Tomazi, para quem ocupação caracteriza-se como sendo,

o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região (...) desde há milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades. E (re)ocupação – como processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a

³⁸ Idem, ibidem, p. 7.

preocupação de integrar estas terras, consideradas “vazios demográficos”, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil³⁹.

Portanto, dando prioridade ao termo (re)ocupação não se reconhece a idéia de que a região enfocada nesta dissertação se apresentasse com um “vazio demográfico”. Compreende-se o processo da (re)ocupação, como um episódio que seguiu as diretrizes do avanço do capital sobre a terra de acordo com os interesses de uma classe dominante, que desejava fazer crer na existência desses “vazios demográficos”⁴⁰.

Segundo Tomazi, abordando a região Norte do Estado do Paraná, (...) “o processo de (re)ocupação da região (...) vai se constituindo à medida que o território vai sendo ocupado na ótica do capital, com um caráter nitidamente vinculado à classe dominante”⁴¹.

Embora a presença da Igreja Católica e suas influências sobre a (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná seja o principal foco de análise da pesquisa, se faz importante reconhecer os vários atores históricos, participantes do processo de (re)ocupação regional como, índios, obrageros, posseiros, grileiros, militares, Estado, companhias privadas, colonos, etc. A

³⁹ TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”..., op. cit., p. 8.

⁴⁰ Considerando o surgimento da região Oeste do Estado do Paraná uma construção ideológica, e entendendo que a história dos homens desenvolve-se em determinados espaços, produzindo nestes o seu modo de vida e a sua existência, não se reconhece na (re)ocupação da região citada a idéia de “vazios demográficos”, tão utilizada pela historiografia tradicional. Ao analisar o processo de colonização da região Oeste do Estado do Paraná nas décadas de 1940 a 1970, leva-se em consideração a existência de povos - homens em sociedade - que já estavam na região quando esta passa a ser (re)ocupada na ótica do capital, e que construíram complexos culturais valiosos para o entendimento da história da ocupação do espaço chamado “Oeste do Paraná”. Sobre a discussão que envolve a idéia de “vazios demográficos”, cf. MOTA, Lúcio Tadeu. **A construção do vazio demográfico**. In: **A guerra dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1796 – 1924)**. Maringá-Pr./Eduem, 1994.

⁴¹ Cf. “Norte do Paraná”... op. cit., p. 15.

presença desta diversidade possibilita nomear a região como sendo uma região de “*fronteiras*”, no sentido a extrapolar a noção de linhas imaginárias que demarcam determinado território, ou do avanço de uma coluna para ocupação ou (re)ocupação de um novo território, na tentativa de implantar processos que venham a caracterizar determinada cultura. Mas sim, caracterizando-a pelo encontro de identidades histórico-sociais diferenciadas que, ao longo do tempo, geraram conflitos, decorrentes do embate cultural dessas diferentes identidades.

A questão das “*fronteiras*” insere-se no contexto das ocupações e (re)ocupações humanas, portanto, apresenta-se como um fenômeno sócio-histórico, decorrente da mobilidade e criação social. Assim sendo, compartilhando com a idéia de Lúcio Tadeu Mota, compreende-se fronteira como sendo,

determinados espaços/ambientes habitados por determinadas populações/culturas que traçam/executam políticas de manutenção/expansão de suas áreas. Nesse movimento elas se chocam com outras populações que também tem suas políticas de manutenção/expansão de seus territórios. Dessa forma ao falarmos de fronteiras estamos falando de populações, social, histórica e culturalmente constituídas em movimento pela conquista/manutenção de espaços/ambientes vitais à sua sobrevivência física e cultural⁴².

Com a proclamação da República, concomitantemente à Constituição de 1891, as terras devolutas passaram aos cuidados dos Estados. Grande parte das terras que hoje compõem a região Oeste do Estado do Paraná, não (re)ocupadas

⁴² MOTA, Lucio Tadeu. **Fronteiras e Populações: aportes para discussão**. Texto apresentado na Mesa Redonda – Fronteiras e Populações, no **Brasil 500 anos: a outra margem do ocidente – VI Seminário de Pesquisa em História**, realizado pelo DHI/UEM de 23 a 27 de agosto de 1999. p. 7.

por proprietários privados até o final do século XIX, foram concedidas a concessionários em troca da realização de obras públicas e assentamentos de colonos, seguindo o que dizia a Lei de Terras nº 98/92. Aliás, durante a vigência desta lei, foram várias as concessões realizadas pelos Governos do Estado do Paraná, no decorrer da Primeira República (1889 – 1930).

Com as Leis Estaduais nºs. 1147/12 e 1642/16, as concessões de áreas de até 50 mil hectares destinadas a projetos de colonização, motivaram inúmeras transações fundiárias.

Tiveram início em 1901, as grandes concessões de terra na região, sobressaindo-se aquelas feitas em favor do argentino Domingos Barthe, por si ou por meio de procuradores. Foi ele um dos maiores concessionários de terras na região de Itaipu, no início do século, havendo desenvolvido intensa exploração de erva-mate e madeira (proprietário dos terrenos Paz, São Domingos, Pequery, Santa Helena, Barro Preto, Dois de Maio, São Francisco e Diamante).

Também as concessões em favor de Nuñez y Gibaja (proprietária de Lopeí), da Companhia de Madeiras del Alto Parana (proprietária da Fazenda Britânia), da Empresa Matte Laranjeira (proprietária de Guaíra e da estrada de ferro que ligava Porto Guaíra a Porto Mendes), Meier, Annes e Cia Ltda. (proprietária da Colonia Doutor Affonso), Julio Thomaz Allica (proprietário do Porto Artaza) entre outras⁴³.

Como visto, ocorreram diversas concessões de terras para (re)ocupação. No entanto, o que aconteceu foi o favorecimento a grandes empresas estrangeiras, onde a colonização - com a vinda de migrantes -, acabou por não se concretizar.

⁴³ WESTPHALEN, Cecília Maria, 1927. **História documental...**, op. cit., p. 8-9.

Os proprietários de tais terras, na verdade, apenas dedicaram-se à exploração depredatória das matas nativas e dos ervais através do sistema de “*obrages*” e da exploração da mão-de-obra *mensu*, onde era rara a distribuição de terras a colonos ou a pequenos proprietários. O termo “*obrage*”,

retirado do castelhano, passou a designar as propriedades e/ou explorações instaladas em regiões onde predominava a existência de uma flora tipicamente adequada ao clima subtropical nos Estados vizinhos da Argentina e do Paraguai. Foi nesses países, desde o início do século XIX, que esses tipos de exploração desenvolveram suas características norteadoras, fixaram seus objetivos e dimensionaram seus espaços de atuação.

A vida útil dessas propriedades estava diretamente ligada à extração maciça de produtos que se faziam abundantes nessas regiões. Para tanto, o seu funcionamento se dava à margem de qualquer tentativa de povoamento ou de colonização nos espaços onde haviam se fixado. A idéia principal era a exploração intensiva, indiferente ao esgotamento dessas reservas nativas. Assim, os capitais aplicados nas obrages não eram de monta e nem a longo prazo, já que se pretendia um retorno quase que imediato. A maximização dos lucros se acentuava à medida em que a mão-de-obra empregada recebia salários baixíssimos e os produtos explorados tinham excelente aceitação nos mercados consumidores, sendo vendidos a um bom preço. Seguindo esta linha de raciocínio, as obrages assentaram seus interesses econômicos na exploração dos produtos que compunham o binômio mate/madeira, abundantes em toda região Oeste e no Estado do Mato Grosso, e com mercados consumidores já bem definidos e em expansão⁴⁴.

O mapa a seguir ilustra porções do território paranaense cobertas por reservas de erva-mate nativas, exploradas pelo sistema de “*obrages*”.

⁴⁴ COLODEL, José Augusto, 1960. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960**. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988. p. 53-54.

**MAPA III – PORÇÕES DO TERRITÓRIO PARANAENSE COBERTAS POR
RESERVAS DE ERVA-MATE NATIVAS**

Fonte: PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1981. Apud: COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História & Contexto.** Matelândia, Prefeitura Municipal; Cascavel, ASSOESTE, 1992. p. 48.

Os argentinos trouxeram para a execução dos trabalhos nas “*obrages*” um grande contingente de “*guaranis modernos*”⁴⁵. “*A mão-de-obra (...), era preferencialmente guarani: eram os guaranis modernos descendentes dos índios aldeados pelos jesuítas*”⁴⁶.

O recrutamento destes índios era feito em todo o espaço de domínio das “*obrages*”, em território brasileiro, argentino e paraguaio. Este modelo de atividade econômica perdurou do final do século XIX até meados do século XX.

As “*obrages*” formaram um complexo modelo econômico de exploração de recursos naturais existentes na região Oeste do Estado do Paraná, como a erva-mate e a madeira. Mesmo com as mudanças ocorridas com a constituição de 1891, onde, com a Lei de Terras nº 98/92 e as Leis Estaduais nºs 1147/12 e 1642/16, que possibilitavam a concessão de terras para projetos de colonização, “*as poucas tentativas de organizar uma colonização em regime de pequena*

⁴⁵ Este termo é utilizado pelo historiador Rui Wachowicz, posteriormente adotado por Sandino Hoff, sem muita clareza, uma vez que exploram a terminologia mas não demonstram suficientemente elementos que dariam a estes sujeitos históricos características da modernidade. Utilizam-no para se referir a índios bilíngües, que conhecem as artimanhas de sobrevivência na mata. Cf. HOFF, Sandino. **A Ocupação do Norte**. In: PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política: Paraná** – Curitiba: Prephacio, 1991. Cf. WACHOWICZ, Rui C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

Estes índios também eram conhecidos como *mensus* – *do Espanhol* mensal/mensalistas-, ou que recebiam pela seu trabalho mensalmente. Isto, muitas vezes apenas na teoria. Eram eles os que exerciam todo o trabalho manual nas “*obrages*”, obedecendo a obrageros - donos das “*obrages*”- e a seus capatazes, que muitas vezes os tratavam como se fossem escravos. Esta situação pode ser analisada em Colodel. Segundo ele, em relação aos capatazes, “*dentre todos, talvez o mais famoso pela sua violência tenha sido Santa Cruz. Cunhado do obragero argentino Julio Tomás Allica, servia como seu capataz e era o responsável pela disciplina nessa obra, que tinha como sede o Porto Artaza ou Porto Allica.*

No auge do desenvolvimento dessa obra, a sua mão-de-obra era composta por mais de dois mil mensus, espalhados pela mata e trabalhando na exploração de erva-mate e da madeira. Conta-se que ao raiar da madrugada, de chicote em punho, faziam (o Allica e o Santa Cruz) levantar os pobres homens a vergastadas e que os obrigavam a trabalhar insanamente de sol a sol, com uma diminuta ração diária.

*Santa Cruz, particularmente, praticava impunemente todos os tipos de arbitrariedades e violências. Chicoteava e espancava rotineiramente os seus mensus, violava suas esposas, estuprava adolescentes e meninas, era o autor direto de inúmeros assassinatos, chegando a ter escondido nos domínios da obra um cemitério particular. Muitos mensus, não suportando a sua tirania, se escondiam nas matas e nunca mais voltavam ou mandavam notícias”. Cf. COLODEL, José Augusto, 1960. **Obrages...**, op. cit., p. 79.*

⁴⁶ Hoff, Sandino. **A Ocupação...**, op. cit., p. 29.

*propriedade fracassaram por causa das obras que detinham o domínio da região*⁴⁷.

O mapa abaixo indica as principais “obras” da região Oeste do Estado do Paraná até 1930, inclusa a “*Fazenda Britânia*”, área posteriormente adquirida pela “*Maripá*”, para colonização.

MAPA IV – PRINCIPAIS “OBRAS” DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ATÉ 1930.

Fonte: COLODEL, José Augusto, 1960. **Matelândia...**, op. cit., p. 144.

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 29.

Segundo Sandino Hoff, as “*obrages*” somente passariam a ser extintas com o nacionalismo de Getúlio Vargas e com a criação do Território do Iguaçu (1943 – 1946). “*O nacionalismo de Getúlio Vargas acabou com as obras através da criação do Território do Iguaçu. Algumas foram vendidas a grupos brasileiros que começaram a colonização do Oeste, a partir da década de 40*”⁴⁸.

A colonização da região Oeste do Estado do Paraná pode ser inscrita neste episódio da venda das “*obrages*” para companhias de colonização ou a particulares. No entanto, não se deve limitá-la como sendo um ideário político como o contido na campanha “*Marcha para o Oeste*” no período do “*Estado Novo*” do governo de Vargas. A (re)ocupação de territórios paranaenses, como a referida região, deve ser concebida como o momento do fortalecimento de uma estrutura capitalista com tendência a expandir o seu capital sobre a terra.

O fato de Getúlio Vargas ter possibilitado a venda de terras para projetos de colonização não se apresentou como o único suporte a concretizar o sucesso do discurso contido no slogan “*Marcha para o Oeste*”. Veio sim, complementar o ciclo de interesses de grupos sobre o aproveitamento das terras na ótica do capital.

Como diz Tomazi:

Isso se deve ao fato de que o Brasil ao incorporar-se ao espaço produtivo capitalista internacional, fez com que cada uma de suas regiões, sofressem os efeitos desta articulação, resultando daí, sua integração ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado mundial.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 30.

A (re)ocupação se dá, portanto, no contexto de uma integração ao capitalismo consolidado no exterior e ao lançamento dos seus fundamentos no Brasil. A lógica da acumulação do capital, em seu sentido mais amplo, explica o porquê da (re)ocupação. O acesso à terra, não se dá somente por questões políticas (como a campanha “Marcha para o Oeste” no período do Estado Novo), mas também por econômicas, que definem as novas relações sociais que estão em andamento⁴⁹.

Deste modo, a região Oeste do Estado do Paraná, se torna o “Oeste paranaense” através de discursos unificadores que visavam instituí-lo enquanto tal. Uma região fadada ao sucesso, ao progresso e à civilização. Surge “*enquanto um espaço do capital, manifesto nos elementos simbólicos, nos discursos e nas representações*”⁵⁰.

Segundo Pierre Bourdieu, a idéia de região passa a ser construída ou produzida na prática das relações sociais, objeto das representações mentais, geralmente contidas em elementos identificadores – símbolos ou ações -, orquestrados por “*manipulações simbólicas*”⁵¹.

Assim, analisa-se o processo de (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná, compreendendo as décadas de 1940 a 1970, como

(...) o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição⁵².

⁴⁹ TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”..., op. cit., p. 17.

⁵⁰ SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região...**, op. cit., p. 321.

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. “A identidade...”, op. cit.

⁵² Cf. “Norte do Paraná”..., op. cit., p. 118.

Concorda-se, também, com Durval Muniz Albuquerque Jr. Para ele, região é o espaço onde “o geográfico, o lingüístico e o histórico se encontram, posto que buscamos analisar as diversas linguagens que, ao longo de um dado processo histórico, construíram uma geografia, uma distribuição espacial dos sentidos”⁵³.

Em suma, a região Oeste do Estado do Paraná, anterior à década de 40, praticamente resumia-se à atuação do sistema obragero e a pequenos aglomerados humanos, dentre eles, Foz do Iguaçu e Guaíra, fundados pelos militares no século XIX, através de uma Comissão Estratégica.

O interesse dos militares pela região, principalmente sobre a região da foz do rio Iguaçu se dá no desenvolver do século XIX, principalmente após o término da Guerra do Paraguai (1865 – 1870), alegando-se ser a região um ponto estratégico importante para ser deixada sem uma fiscalização mais adequada por parte do governo imperial.

Será apenas ao final do governo de D. Pedro II que os militares passam a ver o intuito da criação de uma colônia militar na região se concretizando. Isso só foi possível, quando em 1888 Thomaz José Coelho de Almeida assume a pasta do Ministério da Guerra, e como uma das primeiras medidas resolve criar uma Comissão Estratégica com funções e encargos até então não assistidos.

⁵³ ALBUQUERQUE, JR., Durval Muniz. **O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes**. Campinas:mimeo (Tese de Doutorado/Unicamp), 1994. p. 10. Apud. ARRUDA, Gilmar. **Cidades e ...**, op. cit., p. 24.

Dentre importantes tarefas designadas à Comissão Estratégica estava a de terminar a estrada de rodagem de Porto União a Palmas, ligando-a a Guarapuava, posteriormente abrindo uma estrada desta localidade até o rio Cobre, seguindo por este até a confluência com o rio Piquirí e deste até o rio Paraná, atravessando-o na tentativa de ligar o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso, e assim construindo estradas estratégicas neste Estado.

A Comissão Estratégica foi incumbida de fundar na foz do rio Iguaçu uma Colônia Militar. De todas essas incumbências, a Comissão Estratégica não pode realizar um terço sequer e a fundação da Colônia foi uma de suas mais importantes realizações.

A Comissão estratégica do Paraná foi chefiada pelo capitão Belarmino de Mendonça Lobo, engenheiro militar, que estabeleceu a sede em Guarapuava, ponto que mais se aproximava do centro do perímetro em que a mesma Comissão teria de operar.

Dentre os 14 oficiais que faziam parte da Comissão, o chefe escolheu para o “descobrimento” de Foz do Iguaçu justamente o mais moço, o 2º tenente José Joaquim Firmino, engenheiro militar⁵⁴.

Somente em 23 de novembro de 1889, o comandante da futura Colônia Militar, José Joaquim Firmino, manda afixar editais oficializando e alertando as populações que ali viviam sobre a presença de autoridades governamentais legalmente constituídas.

Lúcio Tadeu Mota analisa a instalação de colônias militares no território paranaense, incluindo a colônia militar de Foz do Iguaçu, como significando a conquista dos territórios indígenas e a submissão e domínio destes.

Entendo que não se deve relegar a segundo plano a finalidade dessas instalações militares nos territórios indígenas (...), obedeciam a uma política deliberada de incorporação desses territórios. Era a expansão de uma sociedade conquistadora nas terras indígenas, incorporando-as às suas atividades de criação de gado, extrativismo – madeira e mate – e por último, as atividades agrícolas. As colônias militares no Paraná foram, portanto, mais que simples postos de fronteiras; foram braços armados de vital importância para a conquista dos territórios indígenas⁵⁵.

Com relação às colônias militares ou à implantação de aldeamentos indígenas⁵⁶ que, segundo Mota, objetivavam o avanço da exploração do capital sobre as terras indígenas, tem-se a possibilidade de incluir o índio na história, muitas vezes excluído por “*histórias regionais*”, preocupadas em narrar a epopéia do homem pioneiro sobre o sertão desconhecido e/ou criar uma “*identidade regional*”, possibilitando a construção do progresso e da civilização em espaços até então considerados inóspitos.

No século XIX, a conquista ocorreu em nome da “nação brasileira” e a usurpação paulatina dos territórios indígenas foi justificada em nome da questão nacional e muitas vezes do perigo externo. No atual século, temos um novo componente justificando a destruição do que sobrou dos territórios indígenas no Paraná. Em nome do “progresso”, extensas áreas foram invadidas, desmatadas e transformadas em campos agrícolas⁵⁷.

Para Tomazi,

⁵⁵ MOTA, Lucio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná Província (1853 – 1889)**. Assis, SP: UNESP, 1998. p. 148.

⁵⁶ Idem, ibidem.

⁵⁷ MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO, José Henrique. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. – Maringá: Eduem, 1999. p. 49-50.

ao analisar o processo de ocupação (...) há que se levar em conta a história de povos (portanto de homens em sociedade) (...) estes povos indígenas devem, portanto, ser integrados nesta análise para que se tenha uma visão daqueles que já estavam na região quando esta passou a ser (re)ocupada na ótica do capital⁵⁸.

Pode parecer estranho que ao procurar analisar o discurso “Norte do Paraná” e o processo de ocupação e (re)ocupação da região em estudo, inicio com o estudo de como viviam os povos indígenas. Optei por fazer isso, em primeiro lugar, porque acredito que é o maior de todos os silêncios presentes no discurso “Norte do Paraná” e, em segundo lugar, por uma questão puramente cronológica, isto é, os povos indígenas viviam na região em estudo há pelo menos 7000 anos. Portanto, pelo menos por isso, eles devem ter primazia na análise. Além disso, creio ser necessário também pensar os indígenas não somente como povos que fizeram parte de nosso passado, mas que fazem parte de nosso presente, como também de nosso futuro. Afinal, quando se pensa em analisar uma parte da história que se desenvolveu no território que é hoje o estado do Paraná, é necessário colocar em pauta a presença destas sociedades e de como elas foram destruídas/submetidas no processo de (re)ocupação de novas terras para o capital⁵⁹.

Embora o objetivo seja trabalhar com maior enfoque o fluxo sulista de (re)ocupação, e mediante ter referendado a região Oeste do Estado do Paraná como uma região de “*fronteiras*”, incluir o índio ou outros sujeitos na história, é reafirmar que esta se faz pelos próprios homens nas teias das relações sociais, muitas vezes balançadas pelo encontro e desencontro de identidades, envolvendo os interesses de grupos ou de indivíduos, causando, assim, os conflitos.

Outra referência à região Oeste do Estado do Paraná nos primórdios da sua (re)ocupação foi o antigo distrito de Foz do Iguaçu, hoje localidade de Catanduvas, reconhecido historicamente por ter sido um dos palcos dos episódios

⁵⁸ TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”..., op. cit., p. 61.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 60.

militares de 1924-1925⁶⁰, envolvendo a Coluna Prestes⁶¹, comandada por Miguel Costa, Luís Carlos Prestes, como também, destacando a figura do Gal. Rondon⁶².

Os administradores da colônia militar de Foz do Iguaçu, além de serem a “*ponta de lança*” para a (re)ocupação da região, tinham por função e ofício a fiscalização e coibição do contrabando de erva-mate e madeira para a Argentina, papel muitas vezes não cumprido devido à falta de estrutura para vigiar uma ampla área existente.

Outro motivo do não cumprimento da fiscalização era a convivência dos administradores da colônia, que lucravam com isso. Como visualiza Colodel:

a falta crônica de recursos materiais e humanos comprometiam violentamente o seu funcionamento adequado. Contribuíram também para a ineficiência operacional da colônia a falta de comunicações regulares e também a corrupção e convivência a que se sujeitavam aqueles que para lá eram mandados para fazer cumprir a lei e a ordem⁶³.

⁶⁰ Aspecto importante deste episódio, segundo Wachowicz, é que revelou ao governo e à população brasileira a situação social e econômica em que se encontrava a região. Este fato, provavelmente, aumentou os interesses ou os desejos sobre a terra na região Oeste do Estado paranaense. Outro aspecto é ter mostrado a exploração indiscriminada da madeira e da erva-mate e a situação de total exploração vivida pelos *mensus*. ” *Wachowicz capta um significado especial da presença de revolucionários no Oeste do Paraná. Segundo ele, revelou-se ao país, a partir daí, a situação social e econômica do Oeste do Estado: uma região ocupada por obras argentinas e paraguaias*”. Cf. HOFF, Sandino. **A ocupação...**, op. cit., p. 29.

⁶¹ Para Sandino Hoff, o levante revolucionário de 1924-25, iniciado primeiramente no Estado de São Paulo, e seguido posteriormente por outros Estados do país, como o Rio Grande do Sul, e o fato de tal levante ter transitado ou de terem ocorrido confrontos entre tropas legalistas e revolucionários na região Oeste do Estado do Paraná, serviu para acelerar o processo de uma colonização planejada cada vez mais evidente. Cf. **A ocupação...**, op. cit.

⁶² Vale ressaltar, que, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e Gal. Rondon, são personagens de um mesmo episódio, mas atuaram em lados opostos. Miguel Costa e Luís Carlos Prestes faziam parte do levante contra o governo de Arthur Bernardes, enquanto o Gal. Rondon foi responsável pela defesa das instituições governamentais.

⁶³ COLODEL, José Augusto, 1960 – **Matelândia...**, op. cit., p. 137.

Embora as pressões aumentassem contra os administradores da fronteira, populações flutuantes, como é o caso dos caboclos oriundos de Guarapuava, procuravam se fixar em torno das trilhas dos próprios militares e das grandes plantações de erva-mate.

Essa presença de migrantes, juntamente com a extinção da Colônia Militar em 1912, aumentava ainda mais o interesse pelas terras devolutas nessa região do Estado. A partir desse momento passa a chamar a atenção, também das empresas colonizadoras⁶⁴ que iniciam a trazer inúmeras famílias do sul do país. É o início de um fluxo de (re)ocupação, que anos mais tarde emerge como predominante na região.

É a partir do final da década de 40⁶⁵ que se registra a vinda de um considerável número de famílias provenientes do sul com o intuito de ocupá-la⁶⁶. Como conseqüência passam a influenciar e caracterizar o desenvolvimento de um complexo campo sócio-cultural da localidade.

⁶⁴ “Assim, desde as primeiras décadas do século XX, formaram-se companhias de colonização, no Rio Grande do Sul, que adquiriam terras de matas, ainda não ocupadas, primeiro no noroeste do próprio Rio Grande do Sul, ao longo do Uruguai, depois no oeste catarinense e, em continuidade, no sudoeste e oeste do Paraná. Planificaram a colonização dessas terras, venderam os lotes rurais aos agricultores excedentes das velhas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, expulsos pelo minifúndio em que se haviam retalhado as antigas propriedades. Entraram por Pato Branco, infletindo depois pelos vales dos rios Chopim, Iguazu e Piquiri”. Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental...**, op. cit., p. 5.

⁶⁵ “Essa procura efetiva-se particularmente na década de 1920 e acentua-se a partir daquela de 1940. Na Mensagem de 1922, ao Legislativo Estadual, o Presidente do Estado do Paraná registrava que mais de quinhentas famílias oriundas do Rio Grande do Sul e Estados limítrofes haviam se estabelecido no Paraná, principalmente nos municípios de Palmas e Foz do Iguazu”. Cf. **História documental...**, op. cit., p. 6.

⁶⁶ “O Paraná desde a década de 30 até os anos 70, foi área de atração populacional. O auge da atração aconteceu nos anos 50, quando ainda existiam espaços não ocupados no Norte do Estado e iniciava-se a ocupação da região Oeste que não durou mais do que 20 anos. Na década de 70, o Oeste do Paraná, bem como as demais regiões do Estado, tornaram-se áreas de expulsão populacional”. Cf. SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho...**, op. cit., p. 20.

Em síntese, tal região apresentou uma colonização heterogênea, onde, num mesmo espaço geográfico, entrecruzaram-se diferentes sujeitos históricos em um curto espaço de tempo.

Algumas considerações foram feitas pela historiografia regional⁶⁷ sobre o encontro de três segmentos migratórios⁶⁸ de (re)ocupação na região Oeste do Estado do Paraná. Através da expansão agrícola do Velho Paraná - região centro sul - há o encontro com o segmento do sul, sendo os migrantes vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e um outro, chamado cafeeiro, vinda do norte do Paraná.

O mapa a seguir, que ilustra a procedência dos migrantes do município de Toledo em 1956, serve de referência para toda a região. O que se constata é o desenvolvimento de uma colonização intencionada em delimitar uma (re)ocupação etno-cultural, preservando o predomínio dos migrantes sulistas.

⁶⁷ Assim descreve Wachowicz sobre o encontro de três frentes de ocupação. *“Nas primeiras décadas do século XX, descendentes desses imigrantes (poloneses, ucranianos, alemães, italianos, etc.) e das populações dos campos, começaram a se deslocar e ocupar terras em direção ao Oeste do Paraná. Surgem então Pitanga, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Cascavel e outros núcleos. Esta é a chamada “frente sul paranaense”.*

O norte do Estado começou a ser ocupado a partir dos últimos anos do século XIX, por populações que plantavam café no Estado de São Paulo. Também à procura de novas terras, atravessavam o rio Paranapanema e vieram plantar café no norte do Paraná. Com o decorrer do tempo, muitos paulistas, mineiros, baianos, pernambucanos, etc. vieram fixar-se no Paraná. Dessa colonização, surgiram cidades como fruto das enormes plantações de café, ao norte. É a “frente nortista”.

*A partir de 1940, gaúchos e catarinenses, sobretudo os primeiros, vindos do sul, penetram e se instalam na nossa região: o Oeste paranaense. É a “frente sulista”. As vanguardas dessas três “frentes pioneiras” de colonização, encontraram-se no Oeste”. Cf. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Oeste –Região Síntese do Paraná.** In: CALLAI, Dolair Augusta. **Repensando o Oeste do Paraná.** Integração Social. Cascavel, ASSOESTE; Ijuí, FIDENE, C1983, p. 140.*

⁶⁸ Para delimitação do objeto, estar-se-á dando ênfase a três fluxos de (re)ocupação, destacando o predomínio da migração sulista, destaque este, essencial para a análise que se pretende realizar. Mesmo privilegiando neste momento três segmentos populacionais de migração, tem-se o reconhecimento de todos os sujeitos envolvidos em episódios ocorridos, e que de alguma maneira, contribuíram para o processo de formação e constituição da região Oeste do Estado do Paraná.

**MAPA – V – ZONAS FISIAGRÁFICAS DA REGIÃO SUL – PROCEDÊNCIA DOS
MIGRANTES DO MUNICÍPIO DE TOLEDO EM 1956**

Fonte: OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo: um município...**, op. cit. Apud. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 203.

O que se verifica é a presença de colonos do Velho Paraná que no Oeste do Estado se encontram com o segmento cafeeiro, atravessando o rio Piquirí e o segmento sulista, que se originou no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O excedente de trabalhadores⁶⁹ dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devido à escassez de terras, propiciou a expulsão de muitos colonos para o território paranaense, incluindo a região Oeste, uma das mais procuradas. O principal foco de migração deu-se durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XX, onde surgem inúmeros municípios de composição étnica de descendentes de alemães, poloneses e italianos⁷⁰.

A tabela I fornece um demonstrativo da origem dos colonos por local de nascimento - utilizando como exemplo o município de Toledo em 1960 -, onde, o número de migrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, supera em muito os provenientes de outras localidades, o que reafirma a hipótese de uma delimitação étnica-cultural, que privilegia o migrante sulista.

⁶⁹ “Desde 1880, os Presidentes da Província do Rio Grande do Sul vinham observando em seus relatórios que, pela ocorrência de sucessivas gerações e conseqüentes partilhas, não havia mais terras disponíveis naquela Província. De outro lado, são conhecidas as altas taxas de fecundidades das populações das antigas zonas coloniais italianas e alemãs do Rio Grande do Sul”. Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental...**, op. cit., p. 5.

“Esses agricultores migraram em busca de novas terras para o cultivo como forma de produzirem a sua condição de produtores rurais pois, nos Estados de origem, além da escassez da terra, a queda da fertilidade implicava em baixa produtividade”. Ver: SCHEREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho...**, op. cit., p. 20.

⁷⁰ Cf. **História documental...**, op. cit.

TABELA I – ORIGEM DOS COLONOS POR LOCAL DE NASCIMENTO EM TOLEDO – 1960

LOCAL DE NASCIMENTO	NÚMERO	PERCENTAGEM
De outras partes do Brasil		
Rio Grande do Sul.....	5.895	68,6
Santa Catarina.....	1.400	16,3
Paraná (exceto Toledo)...	600	7,0
São Paulo.....	160	1,9
Minas Gerais.....	95	1,1
Paraíba.....	35	0,4
Bahia.....	30	0,4
Pernambuco.....	20	0,2
Mato Grosso.....	10	0,1
Piauí.....	5	0,1
De países estrangeiros		
Alemanha.....	245	2,8
Argentina.....	45	0,5
Rússia.....	20	0,2
Itália.....	15	0,2
Polônia.....	10	0,1
Áustria.....	10	0,1
TOTAL	8.595	100,0

Fonte: OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo: um município...**, op. cit., p. 49.

O segmento migratório vindo do Norte do Estado do Paraná é estimulado pela cultura do café. É composto basicamente por sujeitos já provindos dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e de outras regiões do nordeste, além da significativa parcela nascida e criada no Norte paranaense, e que integra o segmento nortista de ocupação⁷¹.

⁷¹ Idem, ibidem.

O entrecruzamento dessas culturas provocou uma situação diferenciada do vivido cotidianamente por cada um dos segmentos migratórios, provocando ou incentivando uma aproximação étnica-cultural, embora fosse patente o predomínio sulista.

Essa convivência, além de provocar uma nova configuração cultural, também passou a provocar o surgimento de sentimentos estranhos aos sujeitos de outro meio cultural. Atribuía-se ao “*outro*” uma visão distorcida à forma e ao estilo de se dedicar e exercer o trabalho, que para os migrantes provindos do sul, era uma atividade extremamente valorizada e incentivada.

Os migrantes sulistas – como exemplo do embate cultural entre os segmentos migratórios - denominavam os nortistas (segmento de expansão cafeeira – implantou-se pelo Norte do Estado do Paraná, ocupando espaços em direção ao rio Piquiri e Paraná e vale do Ivaí, provindos dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e do nordeste do país, sendo resultado da miscigenação entre brancos (portugueses), índios e negros africanos), em tom depreciativo de “*pelo duro*”, expressão que no sul significava o gado sem uma raça definida, decadente.

Assim descrita, reafirma-se a idéia de a região Oeste do Estado do Paraná, no período de sua (re)ocupação ter caracterizado-se, fazendo uso das palavras de José de Souza Martins, como um local de fronteiras. “*A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (...) o conflito faz com que a fronteira seja*

*essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro*⁷².

Como diz Lúcio Tadeu Mota:

esse encontro de diversidades, por exemplo, constitui elemento fundamental para o entendimento da história da Bacia do Rio da Prata, região em que estamos inseridos. Pois desde a sua humanização, em torno de onze mil anos conforme as últimas pesquisas, esse espaço/ambiente tem sido palco de disputas entre populações/culturas diferenciadas. Primeiro, as diferentes tradições culturais (Humaitá, Umbu, etc.) demarcadas pela arqueologia. Segundo, as populações Guaraní e Jê (Kaingang e Xokleng) que se encontraram com as antigas tradições culturais e rivalizaram entre si pela ocupação dos territórios da margem esquerda do rio Paraná no início do século XX. Terceiro, foi o encontro das populações indígenas, da Bacia do Prata, com as populações européias, processo iniciado no século XVII e presente até o século XX. E por fim a chegada de novas levas de migrantes europeus no sul do Brasil, no século XIX e XX, e seu encontro com as populações indígenas e antigas populações caboclas⁷³.

Como visto, foram vários os sujeitos envolvidos no processo de (re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná. Cada personagem com seu tempo histórico e interesses diversos, e que em vários momentos entram em contato simultâneo, acarretando assim, no surgimento de conflitos e no estranhamento em relação ao “*outro*”.

Decorrente disso, esses contatos e conflitos ou os sentidos gerados por estes, muitas vezes passam a ser vistos como preconceitos, e constrói-se sobre essas temporalidades discursos que para o leitor desatento aparecem como tal.

⁷² MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira...**, op. cit., p. 150.

⁷³ MOTA, Lúcio Tadeu. **Fronteiras e Populações...**, op. cit., p. 6.

Na verdade essa situação decorreu, justamente, desse encontro/desencontro das singularidades entre os vários sujeitos históricos envolvidos no processo da (re)ocupação.

Além dos conflitos etno-culturais, mas também políticos e econômicos, e a partir do momento em que as terras da região passaram a ter valor comercial, com a sua (re)ocupação, os conflitos pela posse da terra aumentaram. Em geral, foram confrontos movidos por interesses ligados a grupos variados. Maria Cristina Colnaghi, discutindo a ocupação da região Sudoeste do Estado do Paraná, vê a luta pela terra como sendo a divergência de interesses de grupos que exerciam o domínio político e econômico sobre a região.

No processo de ocupação do Sudoeste do Paraná havia um conflito hegemônico entre facções do grupo dirigente – dominante – notadamente PSD e PTB. A questão da terra, com efeito, era tratada como manipulação política, visando interesses a grupos específicos. Esta disputa, antes de ser uma disputa ideológica, era uma disputa econômica, fundamentada na função decisiva que o grupo dirigente – dominante exercia no núcleo essencial da atividade econômica.

O que efetivamente estava em jogo eram grandes interesses econômicos e políticos manifestos na região, por um lado, na transformação da terra em mercadoria e, por outro, no vínculo que unia o governador do estado ao grupo econômico proprietário das companhias imobiliárias (...) evidenciava a submissão da ordem pública à ordem privada, ou ainda, o exercício político do capital, selava grandes interesses econômicos e políticos contrários às reivindicações imediatas dos camponeses do Sudoeste do Paraná⁷⁴.

Em relação à região Oeste do Estado do Paraná a realidade não se apresentou muito diferente. A partir do momento em que o capital avança sobre a

⁷⁴

COLNAGHI, Maria Cristina. **O processo político...**, op. cit., p. 19.

terra, os conflitos passam a ser inevitáveis. Como exemplo, tem-se o caso “*Colônia Guairacá*” (Vide mapa VI, p. 58), ocorrido no município de Matelândia, na década de 1958.

MAPA VI – CONJUNTO DOS PRINCIPAIS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA DE 66 KM

Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. Pasta XII. Apud. COLODEL, José Augusto, 1960. *Matelândia...*, op. cit., p. 200.

Este episódio gerou a discussão sobre a posse de 57.058,60 ha de terras entre os proprietários da “*Colonizadora Matelândia*”, colonos, posseiros e os defensores da “*Colônia Guairacá*”. Assim fala Colodel, referindo-se ao assunto:

no ano de 1958, o Estado do Paraná resolveu instituir na área do imóvel “Ocoy” a conhecidíssima “Colônia Guairacá”, expedindo títulos em favor dos interessados. Assim, a “Colônia Guairacá” superpôs-se sobre a área “C” do “imóvel Iguaçu”, compreendendo sete glebas que totalizavam quatrocentos e sessenta e cinco lotes, dos quais trezentos e sete titulados e cento e cinquenta e oito não titulados (...) grosseiramente dizendo: “Pinho e Terras” tentou arquitetar uma espécie de “grilo” nos imóveis que foram comprometidos a Braviaco e que foram titulados em 1958 pelo governo de Moisés Lupion⁷⁵.

A disputa envolvendo a formação da “*colônia guairacá*”, provocou violentos conflitos. Contudo, vale ressaltar que não foi um fato isolado. A região Oeste do Estado do Paraná foi palco de inúmeros embates pela posse e legalização da terra.

Seguindo na análise de Colodel,

é com a intensificação da ocupação do Oeste do Paraná [Desde a segunda década do século XX], com suas terras passando a ter uma nova e rentável valorização comercial, que começaram a proliferar em número crescente as disputas pela sua posse. A busca do domínio pleno, mesmo ilegal, de áreas já ocupadas, desencadeava um vastíssimo repertório de brutalidades de que tanto conhecimento temos⁷⁶.

⁷⁵ COLODEL, José Augusto, 1960. *Matelândia...*, op. cit., p. 188.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 197.

Utilizando como exemplo o episódio⁷⁷ envolvendo a “Colônia Guairacá”, percebe-se como colonos, posseiros, grandes proprietários, políticos, faziam uso de vários subterfúgios - como o foram os “grilos”, o fenômeno da “intrusão” ou as barbáries realizadas pela “jagunçada” -, na defesa de seus interesses particulares na luta pela terra.

Eram práticas ilícitas como estas as responsáveis por grande agitação agrária. Algumas violentas como é o caso da “jagunçada”, onde a presença de conflitos era evidente.

Em todas as regiões onde emergiram questões referentes a disputas de terras, era comum a presença de elementos contratados para tentar solucioná-las de maneira brutal. Na terminologia nacional, são até hoje conhecidos como “jagunços” ou “pistoleiros”. Personagens freqüentes em episódios de violência nas frentes de ocupação e colonização agrárias, onde a aplicação da justiça era lenta ou inexistente. Temidos, impunham através do uso de armas a sua própria lei, afastando permanentemente aqueles que a ela eram contrários. O Oeste e o Sudoeste paranaense foram marcados profundamente pela atuação desses indivíduos, acobertados pelos grandes proprietários de terras ou mesmo por companhias imobiliárias. As décadas de 1950, 1960 e até meados da de 1970, constituíram-se em períodos de grande agitação e repletos de crimes e barbáries praticados pela “jagunçada”⁷⁸.

⁷⁷ O episódio de formação da “Colônia Guairacá” é um exemplo dos vários problemas envolvendo o litígio de terras na região Oeste do Estado do Paraná. No caso específico da “Colônia Guairacá”, o que houve foi a ação unilateral da “Colonizadora Matelândia” em demarcar uma área que ainda não havia sido titulada em seu nome. Quando da formação oficial da “Colônia”, os colonos que “havam pago as propriedades adquiridas recusavam-se a sair dos lotes quando começaram a aparecer outros que haviam adquirido títulos junto ao governo estadual. O palco para que emergissem toda espécie de conflitos e violências estava montado, com cada qual procurando defender seus interesses a todo custo”. Cf. COLODEL, José Augusto, 1960. **Matelândia...**, op. cit., p. 190. Os conflitos envolvendo a “Colônia Guairacá” estendem-se de 1958 – ano de sua criação – até 1975, sendo amenizados através do Decreto nº 75.280, de 23 de janeiro, que instituía a desapropriação da área da “Colônia” para fins de reforma agrária. Em suma, somente quando o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – passa a expedir os títulos definitivos das terras e assentar elementos em outras é que os conflitos diminuem.

⁷⁸ Cf. **Matelândia...**, op. cit., p. 194.

O fenômeno da “*intrusão*”, embora com uma escala de menor violência se comparado ao da “*jagunçada*”, provocou inúmeros confrontos pela posse da terra.

A “*intrusão*” nada mais era do que a ocupação ou invasão ilícita de terras devolutas ou mesmo pertencentes a proprietários ausentes. Na Região Oeste, quase todas as antigas concessões de terras que fracassaram ou se mantiveram inexploradas foram alvo de “*intrusos*”. Assentando-se nessas áreas, os “*intrusos*” não tinham o interesse de que se procedesse à legalização das suas posses, mas sim na indenização – em dinheiro ou o recebimento de novas terras – que recebiam para sair do local. Algumas vezes, a “*intrusão*” assumia um caráter mais violento quando esses elementos penetravam à força em posses determinadas, já alienadas, mas ainda sem terem recebido os títulos de propriedade definitivos (...) Geralmente esses intrusos operavam sob custódia de grupos econômicos mais poderosos que tinham interesse na formação de “*grilos*”⁷⁹.

A “*grilagem*” foi a mais organizada dessas práticas ilegais. Envolviam-se poderosos e estruturados grupos econômicos, como também notabilizava-se com a participação de lideranças políticas.

Para apoderarem-se de glebas que não lhes pertenciam, esses espertos aventureiros faziam uso dos mais variados recursos. A falsificação maciça de documentos, como escrituras de transferência de propriedades, recibos, contratos de compra e venda, pareceres, plantas e muitos outros era rotineira. Lidando com gente humilde, muitas vezes logravam obter êxito, e conturbavam completamente o meio rural⁸⁰.

Como demonstrou-se até o momento, não foram poucos e nem raros os litígios envolvendo a posse da terra na região Oeste do Estado do Paraná. Foram

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 193.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 194.

muitos os episódios, como também, foram muitos os envolvidos, e as marcas se fazem fortes mesmo com o passar dos anos.

Deve-se convir, então, que o processo de (re)ocupação dos vários segmentos populacionais instalados na região, não foi pacífico ou harmônico, como a história regional tradicional assim propusera. A conjuntura histórica da colonização da região Oeste do Estado do Paraná foi marcada por sérios problemas, principalmente os agrários⁸¹, responsáveis por conseqüências que afetaram um grande número de pessoas, indistintamente.

⁸¹ Este assunto, envolvendo conflitos pela posse da terra na região Oeste do Estado do Paraná, será novamente trabalhado no quarto capítulo, onde, se estará analisando a participação da Igreja Católica nestes episódios.

III – A COLONIZADORA NÃO VEM SOZINHA

“A ‘Maripá’ agradece ao povo de Toledo, aos seus funcionários, aos abnegados agricultores e aos trabalhadores em geral, a imensa e espontânea cooperação recebida e que fez com que Toledo fosse considerada ‘o resultado de uma campanha de trabalho e persistência de brasileiros de boa vontade, que constróem no Oeste paranaense o futuro ‘celeiro do Paraná’” (Relatório da “Maripá” - 1955).

Como já dito, o segmento migratório que obteve predomínio e propiciou o avanço da colonização da região Oeste do Estado do Paraná foi o sulista. Esta situação se deve às influências exercidas pelas companhias colonizadoras, dentre elas a “*Maripá*”.

Fundada em Porto Alegre, no dia 13 de abril de 1946⁸², a “*Maripá*” dá início as suas atividades com os seguintes objetivos:

⁸² O documento de fundação da “*Maripá*” encontra-se no Livro de contratos nº 150, folha 40 verso 40, escritura nº 39, no primeiro cartório de notas de Porto Alegre. Cf. Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. **Constituição e Estatuto – 1946**, p. 3. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

- a) aquisição por compra, e exploração das terras, campos e matos da “FAZENDA BRITÂNIA”⁸³ [Vide mapas VII e VIII] com os respectivos prédios, instalações e benfeitorias, situada no Território do Iguçu, pertencente à Companhia de Maderas Del Alto Paraná, com sede em Buenos Aires na República Argentina;
- b) extração, produção, industrialização, beneficiamento e comércio em geral de madeiras e derivados inclusive a sua exportação para os mercados estrangeiros;
- c) produção, industrialização e exportação de erva-mate;
- d) compra e venda de terras e colonização em geral;
- e) replantio em geral;
- f) agricultura e pecuária em geral;
- g) comércio em geral;
- h) a participação em qualquer ramo de indústria e comércio, a qual será resolvida a critério da diretoria e do Conselho Fiscal com a aprovação da Assembléia Geral⁸⁴.

MAPA VII – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ

Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná. (Adaptado). Apud. SCHREINER, Davi Félix. **Cultura, trabalho...**, op. cit., p. 19.

⁸³ “A gleba de terras denominada FAZENDA BRITÂNIA, foi adquirida da Companhia de Maderas del Alto Paraná, uma sociedade inglesa, com sede em Buenos Aires. O Título de propriedade, em nome da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., foi transcrito sob número 1460 a folhas 14/15 do livro número 3 no Registro Geral de Imóveis em data de 16/09/1946, na Comarca de Foz do Iguçu.

A FAZENDA BRITÂNIA está localizada entre os dois maiores potenciais hidráulicos da América do Sul: Foz do Iguçu e Guaíra . Estende-se, por 43 km., de norte a sul, ao longo do rio Paraná (da foz do rio Gucaí à foz do rio São Francisco Falso), mede, de leste a oeste, na extensão máxima, 78 km., formando um retângulo quase perfeito”. Cf. NIEDERAUER, Ondy. **Relatório dos Trabalhos Desenvolvidos pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. – 1955.** p.2. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

⁸⁴ Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. **Constituição e Estatuto – 1946.** p. 6-7. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

MAPA VIII – MAPA DA FAZENDA BRITÂNIA

Fonte: NIEDERAUER, Ondi Hélio. **Toledo no Paraná, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu processo.** Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992. (Contra capa).

A “*Maripá*” possuía como maiores acionistas e diretores, Alberto Dalcanale, Luiz Dalcanale Filho, Willy Barth, Alfredo Pascoal Ruaro, Leonardo Júlio Perna, Azeredo Bastian e Egon Bercht. Dentre estes, a não ser Alberto Dalcanale e Luiz Dalcanale Filho, residentes no Paraná, todos os outros eram provenientes do Rio Grande do Sul e exerciam como atividades o comércio e a indústria.

Tais sócios fundadores participaram diretamente do processo de colonização. Mas, sendo uma “*Sociedade Anônima*” tinha a participação de outros subscritores provenientes da Argentina e dos três Estados do sul, com o predomínio de Porto Alegre, como demonstra o quadro abaixo, com os subscritores da “*Maripá*” em 1946.

QUADRO I – SUBSCRITORES DO CAPITAL DA “MARIPÁ” EM 1946

Nome	Localidade	Estado	Nº de Ações
Alberto Dalcanale	Curitiba	Paraná	100
Albino Egon Dieterich	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alcides Heck	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Adolpho Barth	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Alfredo Paschoal Ruaro	Farroupilha	Rio Grande do Sul	150
Angelo Pedro Cassol	Santa Maria	Rio Grande do Sul	25
Armando de Mattos Milles	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Arthur Fischer, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	5
Augusto Bauer	Curitiba	Santa Catarina*	25
Carlos Frederico walther	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Carlos Oscar Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Cid Marcondes de Albuquerque, Dr.	Curitiba	Paraná	95
Curt Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	120
Edgar Hugo Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	30
Edgar Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Egon Wener Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	60
Erich Walter Bueckmann, Dr.	Brusque	Santa Catarina	20
Ewaldo Henrique Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Felice Salvatore Celia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Fernando de Azevedo Moura, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Caetano Celia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10

Guilherme João fabbrin	Santa Maria	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Leopoldo Muller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Renaux, Dr.	Brusque	Santa Catarina	10
Gustavo Walter Bueckmann	Brusque	Santa Catarina	30
Henrique Pacini	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Herbert Muller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Hugo Beno Haase	Tuparendi	Rio Grande do Sul	20
Iony Roehe Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ivo José Renaux	Brusque	Santa Catarina	10
João Wallig	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Carlos Augusto Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Guilherme Schilling	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
José Celia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Julio Cezar de Souza Araujo, Dr.	Curitiba	Paraná	10
Julio Gertum Azevedo Bastian, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	40
Karl Linder	Brusque	Santa Catarina	10
Leonardo Julio Perna	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Luiz Dalcanale Filho	Joaçaba	Paraná*	50
Mauricio Starosta	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Otto Reginaldo Renaux	Brusque	Santa Catarina	100
Paulo Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Raul Bés, Dr.	Buenos Aires	Argentina	25
Sebastião Penteadó Darcanchy	Curitiba	Paraná	70
Toledo Roberto Borne	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Victor Adalberto Kessler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Werner Diehl	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	5
Werner Erich Gros	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Werner Hunsche	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Willy Barth	Carazinho	Rio Grande do Sul	100
			1.600

Fonte: Organizado e adaptado de acordo com o anexo da **Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Constituição e Estatutos - 1946**. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr. Os casos assinalados com (*) apresentam-se na mesma forma no original.

Já em 1958, com a entrada e saída de acionistas, o quadro de subscritores da “*Maripá*” sofreu alterações, embora os sócios mais importantes continuassem exercendo maior influência. O quadro II representa a lista de acionistas em 1958.

QUADRO II – ACIONISTAS DA “MARIPÁ” EM 1958

Nº	NOME DO ACIONISTA	Nº DE AÇÕES
001	Adelino Formighieri	82
002	Adelqui Formigheri	83
003	Alberto Dalcanale	7.425
004	Albiono Egon Dietrich	429
005	Alcebíades Formighieri	82
006	Alcides Heck	429
007	Alfredo Paschoal Ruaro	6.666
008	Almerinda Teixeira Pacini	363
009	Almiro Formiguieri	83
010	Amábile Tomazi Formighieri	83
011	Ângelo Pedro Cassol	990
012	Armando Da Mattos Miller	330
013	Arno Rodolfo Haase	165
014	Arthur Fischer	281
015	Astrid Reaux	1.650
016	Atilio Formighieri	82
017	Bernardino Zelindo Barbieri	83
018	Caetano Célia	330
019	Carlos Frederico Walther	825
020	Célia Pacini de Andrade	380
021	Cid Marcondes de Albuquerque	429
022	Clécio Zenni	36
023	Cleny Maria Becker	134
024	Cristiano Huber Filho	165
025	Curt Bercht	7.062
026	Dagmar Sylvia Renaux	206
027	Diva Margarida Becker Zenni	132
028	Domingos Alves da Silveira	37
029	Edgar Hug Bercht	1.254
030	Edgar Ritte	330
031	Edmundo Descheimer Kessler	330
032	Egon Werner Bercht	3.934
033	Erich Walter Bueckmann	660
034	Eugênia Bohrer Ritter	660
035	Ewaldo Henrique Ritter	495
036	Felício Salvador Célia	660
037	Fernando de Azevedo Moura	1.815
038	Fernando Descheimer Kessler	330
039	Ficagna Etério Arcangelo	83
040	Frederico Barletta Célia	165
041	Gastão Frein	198
042	Gerhard Louis Júlio Wetzel	198

043	Giacomo Fornazari	462
044	Guilherme João Fabrin	330
045	Guilherme Renaux	330
046	Hélia Pacini	330
047	Helia Valeria Alberts	220
048	Herbert Muller	1.045
049	Hugo Adalberto Kessler	330
050	Hugo Benno Haase	660
051	Ilza Kessler Caldas	330
052	Iony Roeche Bercht	495
053	João Carlos Renaux Bauer	33
054	Jorge Carlos Augusto Fayet	759
055	Jorge Guilherme Schilling	825
056	José Barletto Célia	165
057	José Francisco Becker	134
058	Júlio Gertum de Azevedo Bastian	1.980
059	Leonardo Júlio Perna	2.632
060	Leopoldina S.A. – Administração e Comércio	924
061	Luiz Dalcanale Filho	2.079
062	Maria Luiz Renaux	1.650
063	Marino Soares	19
064	Maurício Strosts	330
065	Odílio Lourenço Barbieri	165
066	Ondy Hélio Niederauer	36
067	Paulo Fayet	858
068	Pedro Formighieri	82
069	Raul Bés	1.884
070	Rodolfo Renaux Bauer	198
071	Roberto Diehl	220
072	Rosalino Estevão Barbieri	165
073	Severino Barbieri	231
074	Toledo Roberto Borne	825
075	Waldir Luís Becker	132
076	Werner Erich Gros	312
077	Werner Katz	99
078	Werner Erich Gros	312
079	Willy Barth	3.641
080	Zita Kessler Antunes da Cunha	330
081	Zulmir Antônio Ruaro	660

Fonte: Elaborado segundo a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da “Maripá”, realizada em 26 de dezembro de 1958. Apud: GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 192-193.

Alguns destes acionistas, como é o caso de Willy Barth, Alberto Dalcanale, Luiz Dalcanale Fº e Alfredo Pascoal Ruaro, já possuíam experiência – “know-how”

- neste tipo de empreendimento. Havia participado de atividades parecidas no Estado de Santa Catarina, mais precisamente em São Miguel do Oeste. “Encerradas essas iniciativas colonizadoras no Oeste de Santa Catarina, esses indivíduos passaram a centralizar suas atenções na região Oeste do Estado do Paraná”⁸⁵.

Com a saída de Alfredo Pascoal Ruaro da direção da “Maripá” (1946-1949), Alberto Dalcanale, Luiz Dalcanale Fº e Alfredo Pascoal Ruaro, compartilham a constituição da companhia colonizadora “Pinho e Terras” Ltda.

Um aspecto diferenciou a “Pinho e Terras” da “Maripá”. O patrimônio da “Pinho e Terras” é revendido a colonizadoras menores. O quadro e mapa a seguir representam a relação das empresas associadas à “Pinho e Terras”, e as áreas por ela colonizadas.

QUADRO III – COLONIZADORAS ASSOCIADAS À “PINHO E TERRAS” E REGIÕES COLONIZADAS

COLONIZADORA	ÁREA ADQUIRIDA	REGIÃO COLONIZADA
“Pinho e Terras” Ltda	“Gleba Iguaçu” de Miguel Matte	Seção Píquirí, Lopeí, Porto Mendes e Céu Azul
Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda	“Gleba Iguaçu” de Miguel Matte	Medianeira
Colonizadora Gaúcha Ltda	“Gleba Iguaçu” de Miguel Matte	São Miguel do Iguaçu

⁸⁵ COLODEL, José Augusto, 1960. *Matelândia...*, op. cit., p. 169.

Colonizadora Matelândia Ltda	“Gleba Iguaçu” de Miguel Matte	Matelândia
Colonizadora Criciúma Ltda	Fazenda Sta. Terezinha – Parte da “Gleba Iguaçu”	Santa Terezinha de Itaipú

Fonte: Organizado de acordo com o **Relatório do Plano de Colonização Empregado Pela “Pinho e Terras” – Período – 1946 – 1960**. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

MAPA IX – MAPA DA “GLEBA IGUAÇU” DE CONCESSÃO DE MIGUEL MATTE (CÓPIA DE 1933)

**ESCALA: 1:200.000
(Redução)**

Fonte: ITC – Pr. Pasta XII. Apud: WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental...**, op. cit., p. XLVII.

Embora tenha ocorrido uma divisão do patrimônio da “*Pinho e Terras*”, Alberto Dalcanale, Alfredo Dalcanale Fº e Alfredo Pascoal Ruaro, possuíam a maior parte das cotas de cada colonizadora. No mais, repetiram-se as atividades realizadas pela “*Maripá*”. Compra e venda de terras, extração, beneficiamento e exportação de madeiras.

Além das companhias citadas até o momento, outras empresas particulares de colonização atuaram na região Oeste do Estado do Paraná. Deu-se preferência na análise à “*Maripá*”, sendo esta de grande influência na região, “*onde a racionalidade econômica inerente à transformação da terra em mercadoria, via empresas privadas de colonização, é o lucro*”⁸⁶.

Para Gregory, a colonização da região Oeste do Estado do Paraná apresentou características semelhantes ao ocorrido na região Norte do Estado, e a “*Maripá*”, através dos resultados obtidos, tornou-se referência em racionalidade e articulação no desenvolvimento do contexto de (re)ocupação⁸⁷.

QUADRO IV – DEMONSTRATIVO DAS RENDAS ARRECADADAS PELAS COMPANHIAS COLONIZADORAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1960

	Seção	Rendas		
		Federais	Estaduais	Municipais
Toledo	Fazenda Britânia, Seção Lopeí e Seção Porto Mendes	Cr\$ 15.300.000,00	Cr\$ 29.600.000,00	Cr\$ 16.400.000,00

⁸⁶ COLNAGHI, Maria Cristina. **O processo político...**, op. cit., p. 12.

⁸⁷ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 137.

Foz do Iguaçu	Medianeira, Gaúcha, Matelândia, Criciúma e Céu Azul	Cr\$ 4.000.000,00	Cr\$ 19.500.000,00	Cr\$ 2.200.000,00
Guairá	Seção Piquirí	Cr\$ 1.200.000,00	Cr\$ 2.400.000,00	Cr\$ 3.200.000,00
	Totais	Cr\$ 20.500.000,00	Cr\$ 51.500.000,00	Cr\$ 21.800.000,00

Fonte: Organizado de acordo com os anexos do **Relatório do Plano de Colonização Empregado Pela “Pinho e Terras” – Período – 1946 – 1960**. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

No que concerne à participação da “*Maripá*” na colonização da região, o demonstrativo acima ilustra de maneira muito contundente a influência da companhia neste processo - se comparada à atuação das outras empresas -. Aponta para as rendas arrecadadas durante o exercício de 1960, a poucos anos do efetivo início da colonização, o que significa dizer, que o processo de (re)ocupação desencadeava-se rapidamente, aumentando os lucros dos que viam a terra como um espaço do capital.

O modelo de colonização realizado pela “*Maripá*” e também por outras companhias⁸⁸ teve características peculiares de planificação e racionalização: escolha do elemento humano para a ocupação; divisão das terras em pequenas propriedades (25) ha; estímulo à agricultura de subsistência – policultura -; numa época mais atual o incentivo à industrialização da região.

⁸⁸ Na colonização da região Oeste do Estado do Paraná, a atuação das companhias colonizadoras não diferiu em muito. Estas, basicamente, utilizavam-se das mesmas estratégias, com maior ou menor comprometimento, por parte de algumas, com o modelo de colonização a ser seguido, o que interferia no rumo dos negócios.

Isto se faz claro no relatório dos trabalhos desenvolvidos pela “*Maripá*” em 1955, onde se encontra exposto o plano de ação estabelecido pelos diretores da companhia.

a) ELEMENTO HUMANO:

A fim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a “Fazenda Britânia”, com agricultores que mais se adaptem à região;

b) PEQUENA PROPRIEDADE:

Proporcionar a todo o agricultor que vier residir na “Fazenda Britânia”, a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares, trariam para a região, maior quantidade de gente;

c) POLICULTURA:

Garantir o perfeito equilíbrio econômico à região, dirigindo à produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;

d) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO:

Na medida em que as terras forem sendo vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes centros consumidores;

e) INDUSTRIALIZAÇÃO:

Industrializar a região na proporção da necessidade local, evitando que o ritmo normal da produção agrícola dependa de determinadas indústrias montadas no litoral e, evitando o desperdício de tempo, despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens⁸⁹.

O quadro a seguir permite perceber o rápido crescimento das áreas colonizadas na região Oeste do Estado do Paraná, através das principais indústrias instaladas em 1960, o que demonstra o empenho das companhias colonizadoras em agilizar toda uma infra-estrutura no contexto de (re)ocupação, com destaque para a área colonizada pela “*Maripá*” – “*Fazenda Britânia*” -, onde,

⁸⁹ NIEDERAUER, Ondi Hélio. **Relatório...**, op. cit., p. 3-4.

o número de estabelecimentos industriais era maior do que em outras áreas da região.

QUADRO V - QUADRO GERAL DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960

Seção	Serrarias	Marcenarias	Ind. Soja	Frig.	Lam. de Mad.	Cons. de Palmit	Moinhos	Cerâm. mic.	Ben. Mad.	Marc e Carp
Fazenda Britânia	29	-	-	1	1	2	14	8	7	18
Medianeira	8	-	-	1	-	1	3	1	-	1
Gaúcha	9	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Matelândia	6	-	-	-	-	1	2	1	-	1
Criciúma	4	-	-	-	-	-	2	2	-	1
Piquirí	9	-	-	-	-	-	5	1	1	2
Céu Azul	4	1	1	-	1	2	1	1	1	2
Lopeí	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Porto Mendes	3	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Totais	78	1	1	2	2	6	30	15	9	27

Fonte: Organizado de acordo com os anexos do **Relatório do Plano de Colonização Empregado Pela “Pinho e Terras” – Período – 1946 – 1960**. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

Como demonstra o quadro V, a produção industrial na região Oeste do Estado Paraná em sua (re)ocupação, era, praticamente, toda voltada para a exploração da madeira, destacando-se as serrarias, marcenarias, carpintarias e beneficiadoras de madeira. O quadro também faz referência a estabelecimentos

comerciais, o que caracteriza o surgimento e o fortalecimento de uma estrutura industrial, comercial e de serviços, estimulada pelas companhias colonizadoras⁹⁰.

Os relatórios elaborados pelas companhias, com os detalhes das atividades desenvolvidas no decorrer da colonização – enriquecidos com mapas e fotos -, como, por exemplo, o relatório do plano de colonização empregado pela “Maripá” em 1955, davam destaque à infra-estrutura devido a dois fatores fundamentais. “Um, porque eles se destinavam aos donos, aos sócios e aos acionistas, que acompanhavam o desempenho dos administradores. Outro, porque estas informações serviam de propaganda para as colonizadoras”⁹¹.

Em suma, estes relatórios eram utilizados como controle por parte dos acionistas, mas principalmente como instrumento de construção de discursos fundamentadores de divulgação e convencimento perante os futuros compradores de terras⁹².

QUADRO VI – PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960

Seção	Casas Comerciais	Of. Mec	Post. de Abast.	Hotéis	Açougues	Padarias	Bar. Cafés	Sapatarias	Alfaiatarias	Ferriarias
Fazenda Britânia	67	8	10	16	15	5	48	5	12	14
Medianeira	16	1	1	3	2	2	9	2	4	1
Gaúcha	16	2	1	3	2	1	4	1	2	1

⁹⁰ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit.

⁹¹ Idem, ibidem, p. 128.

⁹² Idem, ibidem.

Matelândia	8	1	1	2	2	1	6	2	2	1
Criciúma	5	1	1	2	1	1	2	-	-	1
Piquirí	10	2	3	5	2	1	8	1	2	-
Céu Azul	4	2	1	3	1	1	2	1	2	1
Lopeí	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Porto Mendes	4	-	-	2	-	-	3	-	-	1
Totais	131	17	18	37	25	12	83	12	24	20

Fonte: Organizado de acordo com os anexos do **Relatório do Plano de Colonização Empregado Pela “Pinho e Terras” – Período – 1946 – 1960**. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

O fato de poder utilizar como fonte de propaganda e convencimento para a venda de terras a informação de que, em uma região que possuía pouco mais de dez anos, rica em mata nativa, com madeira nobre – *“cedro, louro, câgerana, grabiúvas, ipê, peróba, grápia, timbaúva, angico, corticeiras, cresciunal, palmitos”*⁹³ -, que já dispunha de *“paróquia, colégio de freiras, médico, hospital, farmácia, casas comerciais, hotéis, força e luz, carpintaria, marcenarias, matadouro, olarias, padarias, alfaiatarias, sapatarias, frigorífico, bares, oficina mecânica, moinhos, serrarias”*⁹⁴, gerava um sentimento de tranquilidade e confiança nos colonos, alimentando o desejo, de que, com a migração, poderiam manter-se ou reproduzir-se em uma unidade de produção agrícola.

A atuação da *“Maripá”*, como se constata, partiu de um modelo onde os lotes não deveriam ser grandes propriedades, pois os possíveis compradores provavelmente não teriam recursos para adquiri-los.

⁹³ **Propaganda de venda de terra.** Museu Histórico Willy Barth. Toledo – Pr.

⁹⁴ Idem, ibidem.

Este tipo de prática perdurou, basicamente, até a década de 1970, quando intensificou-se o processo de mecanização e concentração de terra⁹⁵, ou seja, até a inserção do Brasil nas relações comerciais internacionais capitalistas, na produção de grãos. Nesse momento a região passa a ser intitulada como sendo o “*celeiro do Brasil*”, como se fosse o sujeito região quem produzisse.

A estrutura de colonização montada pela “*Maripá*” seguiu passos parecidos com o que Sandino Hoff comenta, abordando a atuação da “*CMNP*” - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - na ocupação do Norte do Estado.

A fase da colonização era apenas uma fase necessária e passageira que o capital encontra para superar seus obstáculos; sendo apenas uma fase, o movimento do capital a supera e a destrói. A mudança na estrutura fundiária e o desenvolvimento das forças produtivas fizeram com que a companhia também modificasse sua política: ontem, promovia a colonização em regime de pequena propriedade; hoje, instala fazendas próprias com o fim de produzir e extorquir mais-valia⁹⁶.

No princípio e no decorrer do processo de colonização, o modelo fundiário a ser implantado pela companhia “*Maripá*” seria o que buscava o pequeno

⁹⁵ Para Valdir Gregory, a “Revolução Verde” ocorrida na Europa, México, Índia, USA, Canadá, não poupou o homem regional no Oeste do Paraná. “*O processo de modernização agrícola, afetando a economia familiar tradicional, no Oeste paranaense, (...) é um fenômeno também ocorrido em áreas localizadas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Mato Grosso, em Goiás, em São Paulo, na Argentina, no Leste do Paraguai e assim por diante.*”

*O binômio trigo e soja e, secundariamente, os cultivos do arroz e do milho são a produção agrícola resultante dessas transformações relacionadas com pacotes tecnológicos (financiamentos bancários, mecanização, sementes selecionadas, adubos químicos, inseticidas, hebraicas ...) oriundos de planos tecnocráticos atrelados, outorgam, ao mercado internacional de grãos (Bolsa de Chicago, cotação em dólar, tecnologia ...) decorrente de planejamentos macro-econômicos (estabelecimento de áreas para o cultivo de determinados produtos através da máxima especialização e em detrimento da diversificação produtiva e econômica)”. Cf. GREGORY, Valdir. **História regional...**, op. cit., p. 328.*

⁹⁶ HOFF, Sandino. **A ocupação...**, op. cit., p. 35-36.

produtor rural, com práticas no cultivo da policultura e com sólidas bases no trabalho familiar.

Sendo a área para a colonização muito extensa, era indispensável dividi-la. Nessa divisão foi utilizado o critério topográfico de áreas, nunca superiores a 4.150 hectares. Partindo dos extremos dessas áreas, o perímetro era dividido em unidades básicas chamadas colônias, isto é, pequenas propriedades rurais de 25 hectares. À medida que fechava o perímetro, reduziam o tamanho das propriedades rurais para 2,5 hectares, pequenas chácaras ao redor de um centro dividido em quarteirões de 10.000 metros quadrados (10 lotes) para futuros núcleos populacionais e onde a colonizadora instalaria seus serviços⁹⁷.

A “*Maripá*”, como outras empresas colonizadoras que atuaram na região, optou em trazer para a colonização em sua maioria descendentes de italianos e alemães, buscando reunir cada grupo em locais ou espaços que mantivessem uma identificação etno-cultural-religiosa entre eles. “*Era a tentativa de manutenção e da busca da construção e reconstrução da identidade no espaço novo*”⁹⁸.

Os quadros a seguir, representam o que está sendo argumentado no parágrafo acima. O quadro VII, demonstra o número geral de habitantes em determinadas seções da região nas décadas de 1946 a 1960, de acordo com a origem de descendência, apontando para o predomínio de descendentes de ítalos e teutos. O quadro VIII, que utiliza como exemplo o município de Toledo, demonstra a intenção dos colonos migrantes – apoiados pelas companhias

⁹⁷ SCHEREINER, Davi Félix. **Cultura, trabalho...**, op. cit., p. 65-66.

⁹⁸ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 79.

colonizadoras - em buscarem áreas próximas a parentes ou a pessoas ligadas ao mesmo grupo etno-cultural-religioso.

QUADRO VII – QUADRO GERAL DOS “HABITANTES” DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960

Seção	Hab	Descendências						
		Italiana		Alemã		Outras		Eleitores
Fazenda Britânia	30.000	40%	12.000	50%	15.000	10%	3.000	6.120
Medianeira	4.500	90%	4.050	10%	450	-	-	500
Gaúcha	5.400	90%	4.860	8%	432	2%	108	630
Matelândia	7.000	60%	4.200	30%	2.100	10%	700	700
Criciúma	2.800	90%	2.520	5%	140	5%	140	470
Piquirí	5.000	50%	2.500	40%	2.000	10%	500	845
Céu Azul	2.500	50%	1.250	40%	1.000	10%	250	485
Lopeí	800	50%	400	40%	320	10%	80	97
Porto Mendes	1.200	40%	480	40%	480	20%	240	207
Total	59.200	54,5%	32.260	37%	21.922	8,5%	5.018	10.054

Fonte: Quadro organizado de acordo com os anexos do **Relatório do Plano de Colonização Empregado Pela Colonizadora “Pinho e Terras”. Período – 1946-1960.** Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

O quadro VII, além de mostrar a origem étnica dos migrantes que participaram da colonização da região, também aponta para o rápido crescimento populacional nas áreas de atuação das companhias colonizadoras, levando em consideração que a (re)ocupação teve seu início em meados da década de 40 do século XX, estendendo-se, basicamente, até a década de 70 do mesmo século.

QUADRO VIII – DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E SOBRENOME DAS FAMÍLIAS EM DUAS SUBDIVISÕES DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO, SEGUNDO O GRAU DE RELACIONAMENTO

Grau de Relacionamento	Dados Numéricos		
	Total	Subdivisões das Terras	
		Perímetro 1	Perímetro 2
Proprietários	98	63	35
Proprietários aparentados			
Números absolutos	38	29	9
Números relativos	38,8	46,0	25,7
Sobrenome das famílias	59	31	28
Sobrenome entre proprietários	12	8	4

Fonte: MULLER, Keith Derald. **Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.43, n. 1, p. 83-139, jan./mar. 1986. Apud: GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 213.

Como demonstra o quadro VIII, existia uma forte tendência dos colonos buscarem migrar para áreas próximas a parentes ou a pessoas do mesmo grupo étnico, o que significa dizer que *“a familiaridade, via parentesco, é um elemento de reconstrução colonial ao lado da religião, da localidade de origem e assim por diante”*⁹⁹.

Colodel e Wachowicz assim descrevem a *“política”* das companhias colonizadoras, exemplificando com a *“Maripá”*, em evitar direcionar e concentrar os migrantes de diferentes etnias em uma mesma área.

Segundo Colodel,

⁹⁹ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 213.

a partir de Willy Barth, a política etno-cultural-religiosa colocada em prática pela “*Maripá*” procurou separar os descendentes de italianos e alemães, católicos e protestantes. Dessa maneira, as comunidades estruturadas deveriam aglutinar preferencialmente segmentos populacionais que se identificassem étnico e religiosamente¹⁰⁰.

Para Wachowicz, Willy Barth

(...) alterou a política inicial seguida por Ruaro e que se reflete na composição étnica e religiosa apresentada até hoje por Toledo. A nova política não misturava no mesmo local, descendentes de italianos e alemães, católicos e protestantes. As comunidades deveriam aglutinar pessoas da mesma origem étnica e religiosa. Elas deveriam conviver pacificamente, com respeito mútuo, porém viver isoladamente¹⁰³.

Discordando de Colodel e Wachowicz, não se concebe a prática da “*Maripá*” em concentrar os migrantes de etnias diferentes em áreas diferentes, como sendo uma “*política*” – sendo esta uma especificidade das administrações governamentais -, mas sim, uma estratégia de marketing adotada pela companhia no anseio de produzir um efeito de convencimento aos futuros compradores de terras, onde, estes, teriam a oportunidade de manter e preservar as suas heranças culturais em um mesmo grupo étnico e religioso.

Valdir Gregory, trabalhando com o Oeste do Estado do Paraná na época pós-40 do século XX, denomina os migrantes sulistas que passam a fixar-se na região, como sendo “*euro-brasileiros*”, descendentes dos imigrantes europeus, também, “*euro-brasileiros*”, que se estabeleceram nas antigas zonas coloniais

¹⁰⁰

COLODEL, José Augusto, 1960. *Matelândia...*, op. cit., p. 172.

¹⁰³

WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Obrageros, mensus...*, op. cit., p. 179.

(Vide mapa X, p. 83) de Santa Catarina e Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do XX.

**MAPA X – CRONOLOGIA DAS COLÔNIAS NA REGIÃO SUL – ANTIGAS
REGIÕES COLONIAIS**

Para Gregory, a migração dos colonos sulistas para a região Oeste do Estado do Paraná no pós-40 do século XX, ocorre com características similares as da imigração europeia para as antigas zonas coloniais do Brasil Meridional, onde, destaca-se a tentativa dos migrantes em manterem uma vida ligada à produção rural.

A emigração europeia marcou a expulsão de levas de migrantes europeus em decorrência do crescimento do capitalismo industrial e das transformações políticas, econômicas e sociais provocadas por este.

Com a unificação da Alemanha e da Itália, e conseqüentemente o fortalecimento do Estado Burguês e o crescimento das relações capitalistas de produção, responsáveis pela decomposição da antiga estrutura feudal, os camponeses e artesãos europeus vêm na emigração e no espaço mundial¹⁰¹, alternativas de renda e fontes de trabalho.

Em suma, os movimentos migratórios europeus mais intensos e complexos, possuem origem em locais onde as transformações foram potencialmente maiores, provocando mudanças profundas na vida dos homens.

O descontentamento levava as pessoas a procurarem algo mais, algo novo. A pobreza seria a causa primordial de migração, principalmente, quando ela não era aceita. Também a falta de perspectivas de progresso ou o desejo de se evitar o empobrecimento em um determinado lugar seriam causas de migração. É preciso alertar, no entanto,

¹⁰¹ Com o término do tráfico negreiro no século XIX, o transporte marítimo passa a ser utilizado para a locomoção de grandes levas de imigrantes europeus para o continente americano, o que transformou a atividade em uma importante fonte lucrativa. Com o fortalecimento do capitalismo, por sua vez, o desenvolvimento dos meios de comunicação e dos meios de transportes, a emigração europeia intensifica-se. Cf. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit.

que o ato de migrar não está afeito apenas aos pobres. Ele faz parte do vivido dos homens. Migra-se por diversos motivos, mas é sempre para deixar algo e para alcançar alguma coisa, nem que isto implique em vontade utópica¹⁰².

No que concerne a uma vontade utópica, os movimentos transoceânicos europeus são representantes de um período, onde, através da abertura das fronteiras e o reconhecimento dos “*espaços vazios*”, condicionava-se os sonhos ao romantismo da “*conquista da América*”. Era “*a terra sem homens para os homens sem terra*”¹⁰³.

O “*sonho da América*” exprime a vontade do emigrante europeu em resgatar em um outro espaço – além-mar - um modo de vida ligado ao espaço agrário, modificado com as mudanças nas relações de produção provocadas pela ascensão do capitalismo industrial. Contudo, vale ressaltar, que, segundo Emílio Willems, “*imigraram (...) pessoas de atividades profissionais diversas, embora a maioria tenha tido relações com as atividades agrícolas*”¹⁰⁴.

Gregory defende a hipótese de que:

o capitalismo crescente, na Europa, além de abalar as estruturas antigas, de provocar o êxodo de milhões de camponeses e de causar “feridas” sociais, afetava valores, crenças, concepções de vida. Aos camponeses expulsos do campo restava buscar trabalho nas indústrias e, enquanto massa operária, eram impelidos a abandonar uma vida, uma mentalidade e uma religião de cunho agrário. Diante disto, eles resistiram e restava, em muitos casos, a opção pela imigração. (...) A ameaça da proletarianização se constituía

¹⁰² Idem, ibidem, p. 49.

¹⁰³ Idem, ibidem, p. 54.

¹⁰⁴ WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980. p. 233. Apud. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 48.

numa ameaça ao próprio modo de ser desses camponeses e numa ameaça a uma série de valores inerentes à sua índole em várias regiões da Europa. O modo de sentir a vida e o modo de pensar começou a ser afetado profundamente, ameaçando um estilo de vida caro aos camponeses¹⁰⁵.

Estes migrantes europeus trouxeram, segundo Gregory, citando Lando & Barros, *“suas aspirações de vida, sua experiência cultural e os fatores estruturais favoráveis dotaram-no de condições para desempenhar papéis cuja importância se faria sentir com o passar dos anos”*¹⁰⁶.

Ao passo que a emigração européia vai se desencadeando a partir do século XIX, o *“europeu, pelo menos no Brasil, foi se tornando um eterno migrante e foi responsável pela constituição de um espaço característico”*¹⁰⁷.

O mais importante fluxo migratório oriundo na região Oeste do Estado do Paraná possui suas raízes no Estado do Rio Grande do Sul, que, durante os séculos XIX e XX (Vide mapa X, p. 83), constituiu-se em um grande receptor do emigrante europeu, tornando-se um importante centro da antiga região colonial, no Brasil Meridional.

Após as primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul, de Estado receptor de migrantes, torna-se um Estado expulsor, fato este, que não deve ser relacionado unicamente ao esgotamento de suas terras. Se contrastada à utilização real da terra com sua capacidade de uso, a conclusão que se pode

¹⁰⁵ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 54-55.

¹⁰⁶ LANDO, Aldair Marli; ELIANE, Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1976. p. 15. Apud. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 46.

¹⁰⁷ Cf. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 46.

chegar, é a que no Rio Grande do Sul ocorreu uma incompatibilidade entre a utilização real da terra e o potencial de uso existente¹⁰⁸.

Em relação ao Estado de Santa Catarina, destacam-se duas características diferentes. A primeira, aponta para a situação, onde, da mesma forma que o Estado do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, caracterizou-se como área de atração de imigrantes europeus. A Segunda, demonstra, que, no decorrer do século XX, o Estado passa a receber fluxos migratórios das suas antigas regiões coloniais (Vide mapa X, p. 83), como também, das antigas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, em direção ao Oeste catarinense. No mais, a partir, principalmente da década de 40 do século XX, o Estado de Santa Catarina, torna-se um Estado expulsor, devido a características similares ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de então, o Estado que emerge como receptor natural dos migrantes provenientes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul é o Paraná, com destaque para as regiões Sudoeste e Oeste do Estado, os dois maiores centros receptores de migrantes sulistas no século XX.

Da mesma forma que os imigrantes europeus migraram além - mar para garantirem um "*modus vivendi*" e um "*modus entis*" construídos na terra natal, seus descendentes – "*euro-brasileiros*" - migram para outras regiões do Brasil, como a região Oeste do Estado do Paraná, reafirmando essa herança de vínculo com a terra.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

Se para os imigrantes vindos da Europa foi a fuga do capitalismo e das transformações provocadas por este – na busca de manterem-se em uma unidade de produção agrícola -, para seus descendentes, a partir do momento em que se deparam com situação semelhante, com o esgotamento das terras no que se refere à fertilidade e a sua escassez nas antigas regiões coloniais, devido, também, ao aumento da concentração da terra e do uso de novas tecnologias, com o agravamento de “*não encontrar emprego no setor industrial ou no setor de serviços*”¹⁰⁹, possibilita, então, migrar para um novo espaço na busca de manterem ou reproduzirem a sua característica de serem produtores rurais.

A questão da estrutura agrária nas regiões de colonização foi um elemento motivador das migrações na Região Sul. Houve uma crescente pressão populacional e uma¹¹⁰ ‘limitada disponibilidade de terras cultiváveis produtivamente, seja pela insuficiência física de terras – minifúndio – seja pela monopolização da mesma por parte de grandes proprietários – latifúndio’¹¹¹.

Esse contexto de expulsão que se configurava nas antigas regiões coloniais do Brasil, possibilitou o que pode ser chamado de um contingente populacional disponível para a migração, por sua vez visado pelas companhias de colonização. Segundo Gregory,

dentro desse contexto, os mecanismos das companhias de colonização foram eficientes para direcionar o fluxo migratório na direção de suas novas fronteiras agrícolas. Iniciada em 1920 e crescendo em importância, a

¹⁰⁹ KUCHEMANN, Berlindes Astrid. **O minifúndio gaúcho: ajuda técnica como alternativa?** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 251 p. p. 131-132. Apud. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 73.

¹¹⁰ Cf. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 72.

¹¹¹ SUDESUL. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **O Fenômeno Migratório na Região Sul.** Porto Alegre: SUDESULUFGRS, 1975. P. 74-81. Apud. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 72.

mecanização gaúcha contribuiu para liberar força de trabalho humano substituída pela máquina¹¹².

Essa intimidade com o ambiente rural caracteriza-se como um forte traço étnico-cultural, tanto dos emigrantes europeus como de seus descendentes que assim a mantiveram. “(...) *os colonos cultivavam um espírito religioso mais afinado com o estilo de vida rural que os impulsionava para a migração na direção das novas fronteiras agrícolas a fim de evitarem a proletarização e a necessidade de migrarem para o meio urbano*”¹¹³.

Durante a Idade Média, nos mosteiros, interpretações foram feitas sobre a Sagrada Escritura em relação à afinidade do homem com a vida no campo. O discurso religioso cristão, principalmente o Católico, recalcava que o “*criador cria a natureza, o homem lida com a natureza criada e a respeita. É na terra natureza que o homem vive, é com a terra que se relaciona, respeitosamente, é da terra que tira o seu sustento, o necessário e não o demasiado*”¹¹⁴.

Como se vê, as transformações ocorridas na Europa com a afirmação do capitalismo industrial, provocaram sentimentos de repulsa a um modelo de vida que se estava implantando. Muitos foram os europeus que emigraram na busca de continuarem ligados a um espaço rural. “*A própria religiosidade bastante arraigada nesses migrantes, influenciou muito para fortalecer a mentalidade de que o*

¹¹² GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 75.

¹¹³ Idem, ibidem, p. 74.

¹¹⁴ Idem, ibidem, p. 57.

*estilo de vida natural na pequena propriedade rural é o que mais convém ao bom cristão*¹¹⁵.

Sujeitos com crença religiosa acentuada, os europeus serviram-se das defesas da Igreja Católica na tentativa da manutenção de uma vida ligada ao campo. Vale ressaltar, que, com a Revolução Industrial e o fortalecimento dos valores liberais, a Igreja Católica se depara definitivamente com a perda de privilégios medievais – que a mantinha com grande poder sobre a vida das pessoas -, o que a faz se mover no embate à uma nova ordem, agora laica. Kreutz, analisado por Gregory, diz que:

a Igreja Católica, por sua vez, reafirmava e aplicava em suas iniciativas pastorais os princípios e sugestões do romantismo conservador, privilegiando a organização de comunidades rurais, orientando a expressão do sagrado mais em sintonia com o agrário e natural em oposição ao sentido pecaminoso e artificial da crescente sociedade industrial¹¹⁶.

Enfim, este sujeito imigrante trouxe da Europa toda uma herança cultural, com uma organização centrada na produção da terra e no trabalho familiar. Estas características são repassadas para seus descendentes, aqueles que vieram a (re)ocupar a região Oeste do Estado do Paraná no decorrer do século XX.

Portanto, o euro-brasileiro pôde constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo,

¹¹⁵ SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Cantoneiros e Colonos – A Indústria do Vinho no Rio Grande do Sul**. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280p. Cap. 6, p. 135-155. Apud. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 60.

¹¹⁶ KREUTZ, Lúcio. **Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração**. São Paulo, 1985. p. 28. Apud. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 58.

européia, mesclou-se com a realidade encontrada e constituída pelos colonos para formar o espaço colonial dinâmico e instável. Nesta dinamicidade e instabilidade, estava o homem euro-brasileiro colono-imigrante e camponês típico a manter, construir e reconstruir o seu mundo¹¹⁷.

Em relação aos imigrantes europeus – que fixaram-se no antigo espaço colonial do sul no século XIX – e seus descendentes – migrantes que (re)ocuparam outras regiões do Brasil já no século XX, inclusa a região Oeste do Estado do Paraná -, embora existisse a vontade de serem colonos, não se pode atrelar, apenas a esse fato, o sucesso dos vários empreendimentos de colonização.

Não se pode desconsiderar nestes episódios de migração uma complexidade maior. *“A colonização tem sido organizada, planejada, subvencionada e dirigida pelos governos central, das províncias ou estados e dos municípios, por companhias particulares ou proprietários individuais”*¹¹⁸.

Assim sendo, as (re)ocupações de áreas consideradas “vazios demográficos” não aconteceram sem antes serem projetadas. Não se pode, nesse caso, reconhecer as migrações com o intuito de colonização, como sendo puramente espontâneas.

Chamo a atenção à idéia de projetar, de decidir sobre a vida do migrante. Ela surge como objeto de planos, objeto de manipulação de projetos tecnocráticos. Há um lugar, uma

¹¹⁷ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 66.

¹¹⁸ Idem. **História regional...**, op. cit., p. 334.

instância de decisões. Obviamente dentro de determinados limites. Este lugar, esta instância não se localiza sempre no Oeste do Paraná, mas interfere na dinâmica regional. Baseado em que posso afirmar que há essa interferência? Constatando as épocas e os lugares que foram contemplados com projetos de colonização, buscando as preocupações, as justificativas dos planos e relatórios de colonização, percebo uma determinada lógica, certa racionalidade que me permite admitir a existência de controle, direcionamento por parte de certa fração hegemônica sulina. Resultado decorrente, também, de uma concepção de aparelho de Estado e de uma visão da dinâmica do capital e do social¹¹⁹.

Mesmo dispostos a serem colonos, a migrarem para espaços desconhecidos, os sujeitos/migrantes/sulistas – “*euro-brasileiros*” -, participantes da colonização da região Oeste do Estado do Paraná, fizeram parte de um jogo maior de interesses, onde as companhias colonizadoras tiveram papel preponderante.

Ao introduzir as companhias colonizadoras como participantes ativas da colonização da região é importante perceber que a “*Maripá*” – que ainda possui sede no município de Toledo – passa a reconhecer os anseios e os elementos motivadores dos migrantes sulistas e os utiliza para o avanço e o sucesso dos seus empreendimentos.

O esforço da “*Maripá*” em utilizar as concepções ou as visões de mundo, típicas dos sujeitos migrantes, colabora com a idéia de que a apropriação de um espaço, no caso a formação de um imaginário social sobre a (re)ocupação da

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 334.

região Oeste do Estado do Paraná, terá implicações na distribuição dos papéis e das posições sociais¹²⁰.

Tais implicações seriam a articulação de práticas que possuíam como eixo central, fazer reconhecer no sujeito migrante uma identidade social, estimulando-o a agir de acordo com uma maneira própria de existir no mundo, que no caso seria o resgate de elementos de sua herança cultural, como a valorização do trabalho e da religião, numa tentativa de reafirmá-los em um novo contexto e em um novo espaço geográfico.

Na verdade o que se percebe com as práticas da “*Maripá*” – que por sua vez fez uso de concepções religiosas - é a busca de moldar uma visão social no sujeito migrante. Para Chartier,

a representação em relação ao mundo social permite o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade¹²¹.

As representações exteriorizadas pelos agentes colonizadores através de suas ações e práticas, são leituras de mundo, portanto apresentam-se como uma apropriação simbólica e as questões simbólicas não se dissociam do real.

¹²⁰ BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social...**, op. cit.

¹²¹ CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**, In: revista *Annales*, nov-dez. 1989, nº 6. pp. 1505-1506.

Embora o processo de colonização empreendido pela companhia colonizadora “*Maripá*” tenha apresentado fortes aspectos de racionalização administrativa, este não pode ser reduzido a uma análise simplesmente econômica. Como considera Schreiner:

a história do município de Toledo, a exemplo de toda área colonizada pela *Maripá*, liga-se a processos que extrapolam a determinação pura e simples do econômico. A historicidade deste espaço e de seu ‘povo’ inscreve-se num processo em que o social, o econômico e o cultural se imbricam na constituição de relações sociais – relações de poder – que instituem o real. A teia de relações pelas quais a sociedade local é constituída e se movimenta, é configuração de uma cultura do trabalho *sui generis*¹²².

Como visto, analisar a colonização da região Oeste do Estado do Paraná dando sentido apenas a aspectos econômicos seria enclausurar a sua história, determinando previamente todos os sentidos e conclusões a serem tiradas do referido contexto histórico.

No sentido de imbricação dos mais variados setores da sociedade que fazem com que a realidade e a história se constituam, percebe-se, no caso específico do espaço colonizado pela “*Maripá*”, que esta colaborou na construção de todo um contexto social e na vida cotidiana dos migrantes. “*A MARIPÁ também prestou assistência aos colonos na agricultura, na medicina, na educação, na religião e no bem-estar social*”¹²³.

¹²² SCHREINER, Davi Félix. **Cultura, trabalho...**, op. cit., p. 20.

¹²³ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 190.

A companhia não apenas guiava seus interesses ou preocupações em vender os terrenos, embora o objetivo principal fosse esse. “ *O plano básico dessa empresa, montado em 1955 por Ondy Hélio Niederauer, é considerado avançado para a época, pois já pregava, como um dos seus cinco pontos básicos, a industrialização do Oeste paranaense*”¹²⁴.

Em entrevista concedida ao autor, Ondy Hélio Niederauer¹²⁵, chefe do escritório da “*Maripá*”, comenta:

A companhia não poderia limitar-se, apenas, na venda dos lotes. Sempre que o colono precisasse de apoio, estávamos lá para ajudá-lo. A companhia queria também ver o crescimento da região. Em vários momentos fornecemos condições a quem quisesse instalar-se e investir. Fornecíamos madeira para a construção de hotéis, escolas, igrejas (...)¹²⁶

Assim descreve Gregory, comentando as ações da “*Maripá*” em relação à estruturação de todo um contexto para a (re)ocupação:

Cada grupo de colônias circundaria um povoado, que teria que ter casa comercial, igreja, escola, assistência médica. Estradas ligavam-nas a outros povoados e a Toledo. As casas comerciais forneceriam o necessário aos agricultores e comprariam sua produção agropecuária excedente. Esta estrutura era, em parte, providenciada pela MARIPÁ e, em parte, por iniciativas de outros empreendedores, que começaram a afluir para a região¹²⁷.

¹²⁴ SCHREINER, Davi Félix. **Cultura, trabalho...**, op. cit., p. 64.

¹²⁵ Ondy Hélio Niederauer foi contador e procurador da “*Maripá*” na compra e venda de terrenos. “*Trazido de Porto Alegre, foi o contador da MARIPÁ. Acompanhou decisões e fatos dos primeiros anos da sede em Toledo. Fez relatórios, confeccionou e manuseou documentos, conviveu com administradores, agentes vendedores de terras, colonos compradores de terras, trabalhadores da exploração de madeiras e das serrarias. Produziu diversos textos, relatando atividades, descrevendo em detalhes ações de administradores, agentes de vendedores de terras e funcionários. Discorreu, também, sobre os colonos e sobre a colônia*”. Cf. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 138.

¹²⁶ NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Entrevista** – Concedida no dia 16/07/1998 ao autor (A/A).

¹²⁷ Cf. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 154.

Os primeiros colonos sulistas a chegarem à região, encontraram dificuldades quase que insuperáveis, pois tinham tudo por fazer. *“Afora os animais silvestres, não havia alimentação. O maior suplício eram os mosquitos que causavam feridas em certas pessoas e aos quais só os paraguaios eram habituados e resistentes. Muitos desistiram e voltaram para o Rio Grande do Sul”*¹²⁸.

Segundo o relato de Antonio Benetri, *“nos primeiros anos foi difícil o trabalho na roça. Havia enxames de borrachudos, que era quase impossível trabalhar antes da noite. Trabalhava-se sempre em meio a um fumaceiro, do contrário não se aguentava”*¹²⁹. Para Tereza Wendepap, *“no início foi muito sofrido, pois quase não havia meios de transporte e recursos médicos”*¹³⁰.

Diante das dificuldades e necessidades da nova terra, a “*Maripá*” buscou amenizar o estranhamento dos colonos através de boas acolhidas e receptividade aos que estavam chegando em busca de se estabelecer. Era fato corriqueiro que, logo na chegada dos migrantes houvessem festejos em comemoração às famílias sulistas. Tudo acontecia mesmo antes da colonizadora mostrar às novas famílias, o pedaço de terra por elas desejado.

Wachowicz, abordando este fato, assim comenta:

¹²⁸ Cf. **Histórico da Diocese de Toledo...**, op. cit., p. 14.

¹²⁹ BENETRI, Antonio. **Relato**. In: **Com licença somos distrito de Toledo**. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 87.

¹³⁰ WENDEPAP, Tereza. **Relato**. In: Idem, *ibidem*, p. 51.

Após um pequeno repouso, eram levados em jipes ou camionetas, para ver as terras. A noite, havia outra recepção, uma festa, um bailezinho. Só depois de três ou quatro dias, após ainda caçadas e pescarias, para os apreciadores desses esportes, algum diretor da firma ia conversar com os colonos sobre a terra, tentar fazer o acerto¹³¹.

Era costume da empresa, também, celebrar o aniversário da data de sua fundação, promovendo a confraternização entre ela e os moradores das localidades colonizadas por sua ação, principalmente o município de Toledo, estendendo assim, o sucesso dos empreendimentos a todos os sujeitos participantes do processo de ocupação. É o que mostra o anúncio de um periódico do ano de 1955.

A Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., comemorou dia 13 do corrente mais um aniversário de fundação. (...) Dia 13 do corrente foi uma data que permanecerá sempre viva entre os toledanos, pois neste dia há 9 anos passados era fundado por um grupo de 50 acionistas na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. Lançada a semente no Rio Grande do Sul veio frutificar no Estado do Paraná, onde hoje vemos Toledo, cidade, sede de município, comarca, 10 vilas, 7 distritos e com uma arrecadação federal, estadual e municipal de mais de 15 milhões de cruzeiros.

Esforço a abnegação deste punhado de brasileiros, fizeram com que esta zona até então selvas se transforma-se em colônia de trabalho e de atividades, dando ao Estado do Paraná, e ao Brasil, um novo seio de civilização.

O Oeste nesta data auspiciosa congratula-se com a direção da Maripá, na pessoa dos seus diretores Willy Barth e Egon Bercht, homens cujos nomes estão gravados no seio da família toledana por seu trabalho incansável em prol de nosso município e de seus moradores¹³².

¹³¹

WACHIWICZ, Rui C. **Obragens, mensus e colonos...**, op. cit., p. 176-177.

¹³²

O Oeste, ano II – nº 49, de 6 de março de 1955. p. 4.

Se fazia comum abrir o jornal e encontrar artigos valorizando o esforço e o trabalho dos colonos ou de todas as pessoas que estavam colaborando com o seu suor para o desenvolvimento da região e de Toledo. Um exemplo é o artigo com o seguinte título: “*Eu Admiro Este Povo*”.

Sim, amigos leitores, eu admiro este povo novo, formado por gente que se desconhece entre si, procedente dos pontos mais diversos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e que aqui estão transformando aquela velha Fazenda Britânia, neste próspero município de Toledo, fazendo com que o mesmo seja, em futuro próximo, O Celeiro do Brasil¹³³.

Outro exemplo, eram as festas feitas pela companhia e suas afiliadas para seus funcionários, em comemoração aos frutos rendidos por estes e aos frutos que ainda seriam colhidos com os esforços de todos.

Churrasco de confraternização ao iniciar o novo ano de 1954, promovido pelas firmas Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., e Agro Industrial do Prata Ltda.

Ao iniciar o novo ano de 1954, como já é hábito em nosso município, as firmas Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. e Agro Industrial do Prata Ltda., promoveram cada uma um churrasco de confraternização e agradecimento aos seus empregados. Ali empregadores e empregados abraçaram-se para que, num trabalho unido, profícuo e sadio, possam cumprir neste novo exercício, os programas traçados por estas organizações¹³⁴.

Como visto, as relações mantidas entre a “*Maripá*” e a população da região Oeste do Estado do Paraná, principalmente em Toledo, por ser seu município sede, eram fortes.

¹³³ **O Oeste**, ano II – nº 64, de 3 de julho de 1955. p. 1.

¹³⁴ **O Oeste**, ano I – nº 15, de 10 de janeiro de 1954. p. 4.

A companhia apresentava-se quase que intimamente ligada ao cotidiano dos colonizadores. Até em momentos tristes, como se faz o momento da morte, ocorriam manifestações de agradecimento para com a colonizadora.

Antonio Jarczewski (Tonico), falecido a 18 de fevereiro passado, vem por meio deste expressar a sua gratidão a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., a Câmara de Vereadores ao sr. Willy Barth e senhora, (...) e a todos os funcionários da Maripá¹³⁵.

Com estas práticas se faziam estreitos os laços de amizade existentes entre as famílias de migrantes, a colonizadora e pessoas envolvidas na colonização, fortalecendo ainda mais a propensão para o alicerçamento de um imaginário social de (re)ocupação.

Adotando tais práticas, a colonizadora conquistava a confiança do migrante e de outros sujeitos, reafirmando uma imagem de seriedade. Em decorrência, aumentavam seus lucros sobre a venda das propriedades ou sobre o comércio de madeira. O sucesso da companhia pode ser constatado pelo rápido crescimento demográfico nos primeiros períodos de efetiva colonização em Toledo.

TABELA II – POPULAÇÃO ESTIMADA DE TOLEDO, 1954 - 1956

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO	PERCENTAGEM DE AUMENTO SOBRE O ANO ANTERIOR
1956.....	9.485	29,5%

¹³⁵

O Oeste, ano II – nº 49, de 06 de março de 1955. p. 4.

1955.....	7.325	30,6%
1954.....	5.610	-

Fonte: OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo: um município...**, op. cit., p. 53.

A escolha do elemento humano para a (re)ocupação apresentou-se bem traçada pela “*Maripá*”.

A constituição do espaço implicaria, além da concepção física, uma idéia de que seria um espaço seguro para aplicação de capitais e de recursos, para o estabelecimento da família, enfim, um espaço na plena legalidade. Isso tem implicações de seletividade, de descarte, de rejeição em relação aos “não adequados para a colônia”¹³⁶.

Deu-se preferência aos agricultores sulistas – “*euro-brasileiros*” - e não a sujeitos de outros segmentos populacionais , possivelmente “*indivíduos aventureiros e parasitas que nela [colonização] entreveriam um meio de vida fácil às suas atividades desonestas*”¹³⁷.

Justificava-se a preferência pelos migrantes sulistas, devido estes já estarem aclimatados e representarem a disposição necessária ao modo de trabalho a ser implantado pela companhia, além de possuírem experiência comunitária e cooperativa.

Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país,

¹³⁶ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 158.

¹³⁷ NIEDERAUER, Ondi Hélio. **Relatório...**, op. cit., p. 5.

conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra que trabalha, seria, portanto, o elemento humano predestinado a realizar grande parte desta tarefa¹³⁸.

Para Schereiner,

o objetivo da colonizadora era de que os migrantes ocupassem e explorassem de imediato a terra. Por isso, agricultores sem experiência na agricultura (na produção de suínos, milho, arroz, trigo, batata, etc.) e organização cooperativa, e que não fossem afeitos ao trabalho, não eram selecionados.

Esse critério seletivo da MARIPÁ demonstra o desejo de estabelecer uma homogeneidade populacional na área da colonização¹³⁹.

Com a citação de Schereiner, é possível traçar um paralelo entre a ação da “*Maripá*” em dar preferência aos migrantes sulistas e a ideologia republicana da República Velha, caracterizada por reiterar um branqueamento da população brasileira, o que, no mínimo, tornaria a visão da “*Maripá*” anacrônica.

Existem leituras que abordam a questão da escolha do elemento colonizador da região Oeste do Estado do Paraná, evidenciando a atitude da “*Maripá*” em dar preferência a colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como puramente preconceituosa, onde se evitava vender terrenos para negros, nordestinos e ucranianos¹⁴⁰ (Vide tabela I, p. 55).

¹³⁸ Idem, ibidem, p. 4.

¹³⁹ SCHEREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho...**, op. cit., p. 67.

¹⁴⁰ Sobre leituras que identificam a escolha do elemento humano para colonização feita pela “*Maripá*” como sendo preconceituosa, Cf. WACHOWICZ, Rui C. **Obragens, mensus e colonos...**, op. cit.

Justificativas foram dadas por pessoas ligadas à companhia. É o que pode ser explorado no depoimento de Ondy Hélio Niederauer:

Era mais simples trazer esse pessoal do sul, devido ao modelo de cultura que se iria implantar nos terrenos a serem vendidos. Os negros, tanto quanto os nordestinos estavam acostumados a lidar com o café, e esta cultura não deu certo na região. Outro impecílio era a distância. Como trazer o pessoal do Nordeste para cá se a situação das estradas e dos transportes eram precários? Em relação aos negros, existiam alguns na região, inclusive um era tratorista da Maripá, e dos bons.¹⁴¹

Analisando o relatório dos trabalhos desenvolvidos pela “*Maripá*” até o ano de 1955, constata-se a intenção da companhia em não deixar transparecer claramente a preferência pelo migrante sulista, onde, caso ocorresse a persistência por parte de sujeitos vindos de outras regiões, a atitude era estabelece-los em outras áreas. Segundo o relatório,

ao norte da “Fazenda Britânia”, uma faixa que cobre a terça parte de sua área total, é um solo que possui todas as características das terras do norte do Paraná. Técnicos, conhecedores, classificaram-nas como próprias para o cultivo do café. Este fato permitiria trazer, também, o agricultor do norte do Estado, e mesmo de outros Estados. Unir-se-iam, destarte, o calmo e pacato colono do sul, com o irrequieto e vivaz nortista¹⁴². [Grifo nosso].

Embora a “*Maripá*”, representada por diretores e funcionários, negasse a preferência pelos colonos do sul - descendentes de ítalos e teutos -, em relação a indivíduos de outros grupos étnicos, se fazia evidente em discursos ou comentários à apologia ao migrante sulista.

¹⁴¹ NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Entrevista...**, op. cit.

¹⁴² Idem. **Relatório...**, op. cit., p. 5.

A Toledo Paranaense já é quase uma cidade hoje, apesar de seus quatro ou cinco anos de existência. Amanhã sê-lo-á fatalmente. É uma cidade moderna, a nos fundarmos na comunidade de trabalho que ela abriga hoje, recebendo todos os dias famílias e famílias de colonos procedentes do Rio Grande do Sul.

Aliás, diga-me de passagem, Toledo abriga o melhor tipo de colono que o Paraná necessita: o colono nascido no Brasil, identificado com o nosso estilo de vida, não obstante descende de Alemães ou de Italianos. (...) E fenômeno curioso e imprevisito: ali já se vê o gaúcho plantando café e algodão¹⁴³. [Grifo nosso].

Como se percebe no comentário acima, para a “*Maripá*”, o colono sulista, descendente de Alemães e Italianos, apresentava-se, como sendo, a escolha ideal para a colonização de Toledo e região, devido a sua capacidade de adaptação ao modo de vida brasileiro e ao valor que dava ao trabalho. Agricultor vivaz, que causava espanto por já estar cultivando produtos – café e algodão – não pertencentes a sua cultura agrícola, característicos de outras regiões, como o nordeste e o sudeste brasileiro e a região Norte do Estado do Paraná.

Compartilha-se com Gregory a idéia de que a seleção do elemento colonizador da região Oeste do Estado do Paraná, envolveu elementos onde os aspectos étnicos confundiram-se com os interesses econômicos das companhias colonizadoras. Segundo ele,

esta forma de proceder se deveu à exigências de conotação econômica e se deveu a fatores culturais e a preconceitos dos administradores e dos próprios euro-brasileiros que colonizaram a região. Se deveu, também, aos tratamentos que colonos, etnicamente identificados, recebiam nos lugares que não eram lugares de colonos italianos, de colonos alemães, de colonos poloneses. Além de euro-brasileiros, eram teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, etc¹⁴⁴.

¹⁴³ **Comentário feito no programa “A Voz de São Paulo” pela Radio Record, em 15 de junho de 1951**, pelo correspondente B-9 em Curitiba. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

¹⁴⁴ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 199.

Para chamar a atenção dos colonos em relação ao surgimento de boas terras num interior quase que desconhecido do Estado do Paraná, a “*Maripá*” contratou famílias ou comerciantes das regiões oestinas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para fazerem o papel de propagandistas¹⁴⁵. É o que demonstra Ondy Hélio Niederauer.

A *Maripá* contratou comerciantes fortes para tentarem convencer os seus clientes, os colonos, e então ganharem com isto. Marcavam um dia e então traziam uma leva de caminhão e às vezes de camioneta, com uma tolda por cima, de lona, improvisava-se uns bancos e os traziam.¹⁴⁶

O relatório dos trabalhos desenvolvidos pela companhia enfatiza muito bem a questão.

A escolha dos homens desejados para esta colonização teria que ser efetuada pelos próprios responsáveis pelos destinos da Companhia e seu empreendimento. Homens de negócios, ligados ao comércio do interior dos dois Estados sulinos, teriam relativa facilidade de entrar em contato com alguns agricultores de maior projeção nos seus redutos e fazer com que se interessassem pelas terras da ‘Fazenda Britânia’. Estes pequenos comerciantes do interior, agricultores bem vistos, pessoas de confiança e influência sobre os demais colonos das respectivas regiões, trabalhariam como agentes comissionados, com poderes de prometer aos prováveis compradores que a MARIPÁ não se dedicava somente à venda de terras, mas sim que estava realmente empenhada com colonizar, isto é, no nosso entender, por à disposição daquele que adquire terras no mato longínquo, a indispensável assistência médico-hospitalar, estradas, escolas, igrejas, garantia de colocação de produtos, vias de comunicação rápida, e outros fatores sem os quais torna-se impossível a vida numa região nova

¹⁴⁵ Com isto não se quer afirmar que a “*Maripá*” se utilizou apenas de comerciantes e fazendeiros para fazer a propaganda da venda de terras, e tenha deixado de lado a propaganda escrita ou a imprensa falada. Um exemplo disso é a frase: “*Procure adquirir tua colônia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos caçadores e amanhã uma flor da Agricultura Brasileira*”. **Propaganda de venda de terras**. Museu Histórico Willy Barth. Toledo – Pr.

¹⁴⁶ NIEDERAUER, Ondi Hélio. **Entrevista...**, op. cit.

que, no momento, é um canto do Brasil, afastado de qualquer centro civilizado¹⁴⁷.

Complementando com o pensamento de Gregory, este aponta para o plano da “*Maripá*” em “(...) *escolher os homens de maior valor produtivo (...) dispensar a propaganda ruidosa para evitar que indivíduos ruidosos e parasitas fossem atraídos para a colônia*”¹⁴⁸.

A colonizadora “*Maripá*” – através de seus diretores e acionistas - interpretou muito bem o desenvolvimento do imaginário dos sujeitos encarregados de (re)ocupar a região abordada, principalmente no aspecto de valorização da operosidade destes migrantes, obtendo um expressivo sucesso em seus empreendimentos.

Em Toledo, a colonização constituiu uma singularidade cultural complexa acerca do trabalho. Pela montagem da produção; ocupação do espaço geográfico; pela unipresença do imigrante teuto e italiano e, especialmente pelo discurso que exalta o trabalho e o desenvolvimento econômico e cultural; a honra e a ordem, podemos perceber a emergência de uma noção de trabalho na região. Expressões como “aqui se trabalha”, “o povo do oeste é ordeiro e trabalhador”, e os títulos como, “capital da cultura”, e “capital do trabalho” dados ao município de Toledo confirmam e reafirmam um certo discurso em torno do trabalho¹⁴⁹.

Valorizando e enaltecendo tais discursos, a “*Maripá*” estabelece uma intencionalidade em direcionar a (re)ocupação, buscando trazer apenas indivíduos adaptáveis ao seu modelo de colonização.

¹⁴⁷ NIEDERAUER, Ondi Hélio. **Relatório...**, op. cit., p. 5.

¹⁴⁸ GREGORY, Valdir. **História regional...**, op. cit., p. 333.

¹⁴⁹ SCHEREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho...**, op. cit., p. 57.

Para Gregory, “é clara a intenção de evidenciar a superioridade dos colonos sulinos em que a ideologia do trabalho familiar passa a orientar e justificar tal orientação na busca dos melhores homens (brancos das regiões coloniais do sul)”¹⁵⁰.

A busca da “*Maripá*” em reafirmar uma ideologia acerca do trabalho - a ser seguida na região - está envolta a uma idéia de positividade dada a este, e adotada culturalmente pelo migrante. Não se poderia admitir outra noção de trabalho a não ser aquela que representasse o esforço para o sucesso.

Em relação à região Oeste do Estado do Paraná, com a

colonização estabeleceu-se uma cultura que tem, de uma lado, o trabalho como meio gerador de riqueza e, de outro, como meio pelo qual se reconhece o valor e a moral de um homem. Em outras palavras, cria-se uma noção de trabalho onde a negatividade e a positividade coabitam, ou seja, não se excluem¹⁵¹.

Deste modo, conclui-se que a escolha do elemento para a colonização da região Oeste do Estado do Paraná, figura sobre um “*interesse mercantil, ideologicamente amparado na superioridade do colono sulino de ascendência européia*”¹⁵².

Com isso, não se quer afirmar que a colonizadora e/ou colonizadoras que atuaram na região possuíam o total domínio do processo de colonização. Este

¹⁵⁰ GREGORY, Valdir. **História regional...**, op. cit., p. 333.

¹⁵¹ SCHEREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho...**, op. cit., 21.

¹⁵² Cf. **História regional...**, op. cit., p. 333.

dependeu, também, dos migrantes sulinos que dispuseram-se a serem colonos e da pouca insistência¹⁵³ daqueles considerados indesejados ou sem origem.

Enfim, são as representações que o homem possui que o fazem realizar determinadas ações ou adquirir um papel social dentro de uma coletividade. Pode-se dizer que foi exatamente o que ocorreu com o imaginário dos colonizadores sulistas. Através de suas representações cotidianas, moldadas pelas características de sua etno-cultura-religiosa, pelo choque com outras sociedades e pela ação das companhias colonizadoras, construíram sua realidade e colaboraram na constituição do espaço hoje conhecido como região Oeste do Estado do Paraná.

¹⁵³ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit.

IV - IGREJA CATÓLICA E A COLONIZAÇÃO: DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO

"O espaço onde se constrói uma cidade nos convida para o reconhecimento de um espectro infinito de determinações/relações. É nesse plano intrincado que homens, mulheres, crianças, velhos e velhas estabelecem, projetam, realizam suas vidas. O que trazem, o que inventam, o que transformam está além de qualquer possibilidade positiva de determinação" (Antonio Torres Montenegro).

Ao considerar a presença da Igreja Católica no período em questão nesta dissertação, se faz interessante lançar um olhar crítico-analítico sobre um período histórico mais distante, onde a região era tida como "*terra das missões*"¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Ao utilizar a terminologia "*terra das missões*", entenda-se o mesmo que "*Reduções Jesuíticas*". Por "*missão*", compreende-se a tarefa religiosa destinada pelo rei da Espanha (século XVI) – no Estado do Paraná as "*missões*" foram implantadas a partir do século XVII - aos padres jesuítas com o objetivo de facilitar a conquista dos povos nativos no decorrer do acesso às novas terras descobertas no Novo Mundo. Em resumo, o trabalho dos jesuítas era organizar as "*Reduções*". Tais "*Reduções*" compreendiam a tentativa de delimitar o espaço físico para a aculturação dos indígenas. Seria introduzir nos nativos uma maneira de vida européia, concentrando-os em aldeias. Nestas reduções construiu-se toda uma organização. Em sua maioria possuíam igreja, escola, refeitório, casa para as famílias e oficinas. Plantavam, criavam gado, aprendiam música e ofícios, além é claro de aprenderem os dogmas da igreja católica. No geral, as regras eram preestabelecidas pela Coroa Espanhola. Em vários momentos ocorreram mesclas culturais envolvendo costumes europeus e indígenas. Cf. SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração do prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo: Editora Toledo, 1997.

Basicamente, apresentam-se traços das reduções jesuíticas que revelam a ação da Igreja na região, representada pelos padres Jesuítas¹⁵⁵. O mapa abaixo indica as regiões onde foram instaladas as reduções jesuíticas no Estado do Paraná

MAPA XI – REGIÃO DO GUAIRÁ ONDE FORAM INSTALADAS AS REDUÇÕES JESUÍTICAS

Fonte: CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá**. Rio de Janeiro, 1951. Apud. MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração...**, op. cit., p. 31.

¹⁵⁵ Os jesuítas caracterizaram-se por serem padres da ordem religiosa Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola em 1534. Tinham como objetivo a propagação da fé católica e a organização social das novas terras como também de sua população. Cf. SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração...**, op. cit.

O período em que a região Oeste do Estado do Paraná constituía-se como "*terra das missões*", aponta para um contexto histórico onde a Igreja Católica adotava uma perspectiva missionária, ou seja, o objetivo era evangelizar o maior número de pessoas a seguirem seus dogmas e principais preceitos¹⁵⁶.

Esta posição adotada pela Igreja em arrebanhar, evangelizar e catequizar principalmente os povos indígenas resultou em profundas transformações a estes. A aculturação ocorrida, realizada de maneira intransigente e forçada possibilitou quase que o completo desaparecimento de complexos culturais riquíssimos existentes entre os vários povos indígenas nativos na região Oeste do Estado do Paraná e no restante do Brasil, pois a ação evangelizadora jesuítica promovida pela Igreja Católica, também apontou para outras regiões do território brasileiro. Este fato, não sendo o foco central da pesquisa não será intensamente explorado, a não ser como modo de informação como o foi até o momento.

Em suma, posteriormente ao período das missões jesuíticas, mais precisamente falando sobre o início da (re)ocupação da região, "*o único templo religioso em todo o Oeste paranaense, era dedicado a São João Batista, na cidade de Foz do Iguaçu, edificado em 1923, e hoje, transformado em catedral da Diocese de Foz do Iguaçu*"¹⁵⁷.

A presença católica enquanto perspectiva migratória¹⁵⁸ muito marcante na região abordada, como já dito, relaciona-se com a vinda de migrantes de Santa

¹⁵⁶ Sobre reduções jesuíticas Cf. MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço...**, op. cit.

¹⁵⁷ Cf. **Histórico da Diocese de Toledo...**, op. cit., p. 11.

¹⁵⁸ Nesta perspectiva a Igreja Católica não centra todas as suas atenções e forças no processo de evangelização e conquista de novos fiéis - perspectiva missionária -, mas também busca direcionar suas

Catarina e Rio Grande do Sul, cujos traços religiosos eram em sua maioria de católicos e protestantes, ligados aos dois principais grupos étnicos, alemães e italianos.

QUADRO IX - QUADRO GERAL DA “ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E EDUCACIONAL” NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ EM 1960

Seção	Igrejas	Sacerdotes	Religiosas	Escolas	Professores	Religiões		
						Católica	Evangélica	Outras
Fazenda Britânia	56	8	25	76	83	65%	30%	5%
Medianeira	2	1	7	4	6	95%	4%	1%
Gaúcha	6	1	-	11	15	90%	8%	2%
Matelândia	3	-	-	9	12	80%	18%	2%
Criciúma	1	-	-	4	6	95%	5%	-
Piquirí	2	1	5	10	11	80%	15%	5%
Céu Azul	2	-	-	5	8	60%	35%	5%
Lopeí	1	-	-	2	2	95%	5%	-
Porto Mendes	2	-	-	2	3	70%	25%	5%
Totais	75	11	37	123	146	81%	16%	3%

Fonte: Organizado de acordo com os anexos do **Relatório do Plano de Colonização Empregado Pela “Pinho e Terras”**. Período – 1946 – 1960. Museu Histórico Wiily Barth, Toledo – Pr.

Mesmo tendo como prática a seleção dos migrantes que deveriam fazer parte da colonização e do desenvolvimento da região Oeste do Estado do Paraná, a “*Maripá*” não se viu dispensada em buscar maneiras para amenizar os anseios

ações na manutenção e no auxílio aos fiéis já evangelizados, confortando-os e seguindo-os por todos os caminhos, como o ocorrido na região Oeste do Estado do Paraná.

dos colonos perante as dificuldades encontradas, sendo, um dos principais anseios, a falta de clérigos na jornada de (re)ocupação.

Os pedidos para a presença de padres na região se faziam presentes antes mesmo dos principais e mais fervorosos momentos da colonização, nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX.

Em 1931 o Monsenhor Guilherme Maria despachou uma correspondência ao senhor Manoel Pompeu, em Catanduvas, afirmando que dentro em breve estaria enviando padres para aquela localidade, o que correspondia a um anseio daquela comunidade, uma vez que na correspondência, o Monsenhor já apontava alguém que estaria disposto a contribuir na construção da moradia do padre¹⁵⁹.

A característica dos migrantes insistirem para que nas áreas de (re)ocupação não houvesse a carência do apoio espiritual e/ou a figura do religioso, ou a simples preferência aos locais que já possuíam determinada assistência, colabora para demonstrar a importância dada pelas companhias colonizadoras ao fato.

Trabalhando com a colonização de Matelândia, assim percebe Colodel:

A religiosidade sempre teve um papel de destaque na vida dos colonos que se transferiram para o núcleo de povoamento de Matelândia desde os seus primeiros dias de existência. Para esses pioneiros, descendentes de italianos e alemães, oriundos do sul do país, católicos e evangélicos, a igreja era vista como um ponto de apoio espiritual imprescindível. Para os que professavam a religião católica, especificamente, a construção de uma capela era uma das primeiras medidas a serem tomadas quando do seu

¹⁵⁹

DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações...**, op. cit., p. 32.

estabelecimento em uma determinada região. Comunidade e igreja eram inseparáveis. Não se concebia a existência de uma sem a presença da outra¹⁶⁰.

Era comum as companhias se empenharem na tentativa de providenciar a presença de clérigos nas áreas de (re)ocupação, satisfazendo, com isso, os pedidos dos colonos. Abordando a colonização da região de Santa Helena, Colodel observa, que,

a partir de 1932 a companhia Espéria deixou de subvencionar a vinda de clérigos para sua área de ocupação. A partir desta atitude ampliou-se ainda mais a distância entre a companhia e os colonos que já estavam estabelecidos em Santa Helena. Por outro lado a não existência de um padre na região a ser colonizada fez com que diminuísse consideravelmente o fluxo de novas famílias de colonos¹⁶¹.

Da mesma forma, uma das preocupações, tanto da Igreja Católica como da companhia colonizadora “*Maripá*” - em Toledo -, foi o comprometimento com os migrantes, jamais negando-lhes atendimento religioso.

A empresa colonizadora procurou trazer para Toledo padres e pastores e, indistintamente, colaborou na construção de templos de diversas religiões. A *Maripá* percebeu que, numa colonização planejada e bem organizada, como era em Toledo, a presença da igreja era imprescindível para atrair compradores, pois isso representava a possibilidade de dar continuidade à formação e convicção das famílias que vinham para a região¹⁶².

¹⁶⁰ COLODEL, José Augusto, 1960. **Matelândia...**, op. cit., p. 291.

¹⁶¹ Idem. **Obrages & Companhias...**, op. cit., p. 249.

¹⁶² SILVA, Oscar. **Toledo e sua...**, op. cit., p. 251.

Como visto na citação acima – e como se verá em outras citações que se seguem -, a “*Maripá*” colaborou com diversas instituições religiosas. O fato de se estar trabalhando com a Igreja Católica e não com outra instituição, acredita-se não comprometer a principal hipótese deste trabalho, que se faz sobre a participação da Igreja Católica e suas influências na colonização da região Oeste do Estado do Paraná, pois, se contrastada a descendência religiosa entre os migrantes, constata-se a predominância da Igreja Católica (Vide quadro, p. 111), o que merecia atenção especial por parte das companhias colonizadoras.

Se levada em consideração a instalação da diocese de Toledo¹⁶³ (Vide mapa XII, p. 115) em 11 de setembro de 1960, o que foi dito no parágrafo anterior se confirma. A nova diocese passa a ser a mais extensa do Paraná – com uma área de 28. 109 km² -, abrangendo toda a região Oeste do Estado, com uma população de aproximadamente 140.000 habitantes, aumentada para 752.432 habitantes¹⁶⁴ em 1970, dez anos depois de sua criação¹⁶⁵. Este episódio da formação da diocese de Toledo faz com que as relações entre as companhias colonizadoras e a Igreja Católica se intensifiquem.

¹⁶³ A criação da diocese de Toledo se dá no dia 20 de junho de 1959, através da assinatura do Decreto “*Cum Venerabilis*” pelo papa João XXIII, mas, sua instalação definitiva ocorre apenas em 1960. Cf. **Histórico da Diocese de Toledo...**, op. cit.

¹⁶⁴ **IBGE**: Sinopse preliminar do senso demográfico de 1970. Apud. MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos...**, op. cit., p. 95-96.

¹⁶⁵ A diocese de Toledo passa a sofrer divisões a partir de 1966, quando da criação da diocese de Guarapuava, e em 1978, com a criação das dioceses de Cascavel e Foz do Iguaçu, “*ambas candidatas que haviam perdido a sede episcopal no final da década de 1950 para Toledo. A diocese de Toledo ficou então com uma área de 7.965 km².*”. Cf. **Religião, nomos...**, op. cit., p. 96.

MAPA XII – MAPA DA DIOCESE DE TOLEDO

Fonte: MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e utopia. O catolicismo na colonização da região de Toledo (Paraná, 1940 – 1970).** Florianópolis, 2000. p. 95. (Dissertação de mestrado).

Sendo em grande número os fiéis que representavam a cultura institucional católica, a “*Maripá*” - não ignorando este fato -, não poupou esforços para atender os pedidos dos migrantes, principalmente aqueles referentes à assistência religiosa, desta forma, colaborando para a formação de imaginários sociais propensos ao sucesso da colonização.

Para Gregory,

um dos elementos importantes da cultura e da identidade era a questão da religião, exigindo da empresa atenção especial para o religioso. Ela trouxe o Pe. Antônio Patui¹⁶⁶ e, sob orientação deste, foram construídos uma igreja, uma escola e um dormitório para alunos internos, quarto para o padre, cozinha e dependências para o alojamento das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, trazidas pelo padre em outubro de 1946¹⁶⁷.

No campo das representações culturais fica estampado o papel da Igreja enquanto instrumento capaz de possibilitar o enfrentamento das dificuldades, pois, *“foram tempos particularmente difíceis e dramáticos pelos problemas de terras, de falta de estradas e escolas”*¹⁶⁸. Para os colonos, somente com o apoio espiritual é que poderiam vencer os desafios da colonização.

Uma característica marcante na história de Toledo é a religiosidade do povo. Os pioneiros, oriundos do sul, descendentes de italianos e alemães, formavam os dois grupos religiosos predominantes, católicos e evangélicos. Para eles era fundamental encontrar na nova terra uma igreja, um apoio espiritual para seus problemas¹⁶⁹.

Esta confiança depositada na Igreja, expressa na fé dos migrantes, configura-se, como pertencente a um complexo cultural. Na medida em que buscavam apoio religioso, estavam por sua vez buscando respostas às suas angústias. Ao buscarem estas respostas estariam dando ao seu mundo - baseados em uma ordenação da experiência – um caráter de construção social.

¹⁶⁶ Pe. Antônio Patui, primeiro pároco de Toledo. Chegou em 1946 e teve importante papel no processo de colonização do município. Permaneceu no município até o ano de 1957.

¹⁶⁷ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 210-211.

¹⁶⁸ **Revista Cristo Rei**. Toledo, ano III – nº 28, maio de 1999. p. 15.

¹⁶⁹ SILVA, Oscar. **Toledo e sua...**, op. cit., p. 251.

De acordo com Berger, dar significado a uma ordem - ou nomos -, significa valorizar as experiências cotidianas dos indivíduos. Assim, pode-se dizer que a sociedade equivale ao caráter de um empreendimento de construção e caracterização do mundo, baseado em uma atividade nomizante ou ordenadora. Somente no decurso da socialização é que o nomos objetivo passa a ser interiorizado. Na medida em que o indivíduo social vai se apropriando dele, passa a ordenar sua experiência subjetivamente. Em consequência passa a dar sentido à sua própria vida. *“O nomos socialmente estabelecido pode, ser entendido, talvez no seu aspecto mais importante, como um escudo contra o terror”*¹⁷⁰.

Desta forma, a Igreja Católica apresentou-se aos migrantes. Desempenhou uma ação importante no que se refere ao empreendimento humano de construção do mundo ou da adaptação em um novo espaço, amenizando os problemas que porventura surgissem. Passou a justificar a realidade do mundo socialmente construído por aqueles indivíduos que se dispuseram a sair de um local já caracterizado ou reconhecido, trazendo na bagagem toda uma herança cultural na tentativa de pelo menos equiparar as suas experiências cotidianas já vivenciadas - em espaços e tempos diferentes -, na construção de um novo começo em um local estranho e desconhecido.

Pode-se perceber esse intento em depoimento de D. Armando Círio¹⁷¹ à revista Cristo Rei, da diocese de Toledo. Este depoimento faz parte de uma série de capítulos apresentados pela revista – com o título, *“Dom Armando Círio,*

¹⁷⁰ BERGER, Peter. **O dossel...**, op. cit., p. 35.

¹⁷¹ D. Armando Círio foi o primeiro bispo da diocese de Toledo, nomeado em 14/05/1960. Portanto, conhecedor das ações da Igreja Católica na região Oeste do Estado do Paraná em períodos de sua (re)ocupação.

Apóstolo e Missionário do Oeste do Paraná”, na tentativa de resgate da história da Igreja Católica na região, precisamente enfocando o surgimento da diocese do município de Toledo.

Respondendo à pergunta sobre a primeira atividade realizada logo após ter sido nomeado bispo, assim responde D. Armando referindo-se a uma viagem de reconhecimento feita pelo território daquela diocese, por sinal primeira atitude no seu mandato:

Em contato com os padres, algumas autoridades municipais, gente comum, pude captar não somente elementos de sua história sócio-político-religiosa, mas sobretudo tomar conhecimento de problemas reais que não permitiam mais ficar parado, como a luta acirrada pelas terras, exacerbada pela ganância dos homens e inoperância do governo; a emigração, que estava tomando proporções alarmantes; a falta de padres e de pessoal religioso, considerados naquele estágio de desenvolvimento indispensáveis, não só para a assistência religiosa mas também para a animação da comunidade em geral¹⁷².

Com uma análise mais aprofundada, constata-se que a Igreja Católica veio a contribuir muito com as companhias colonizadoras. A igreja foi um elemento imprescindível, utilizado para acelerar o processo de colonização, devido à fé dos migrantes.

(...) Façam compreender os profundos anseios de vosso Bispo Diocesano, afim de trabalharmos em profícua, pacífica e frutuosa união e colaboração. É nosso dever e missão da Igreja estender essa colaboração aos poderes públicos e às empresas particulares [Grifo nosso], não só para a salvação das almas, mas também para o verdadeiro bem social e progresso material de nossa querida Pátria¹⁷³.

¹⁷² **Revista Cristo Rei**. Toledo, ano I – nº 12, novembro de 1997. p. 14.

¹⁷³ Cf. **Carta de D. Armando Círio a Diocese de Toledo**. Toledo, 1961. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

Como diz Gregory:

aqui se percebe a relação empresa colonizadora e igreja. Esta relação era fundamental porque o espírito religioso dos colonos e a influência de padres e de pastores nas antigas colônias requeriam que a nova colônia desse mostras que o novo espaço colonial seria, um espaço onde Deus teria seu lugar. Ter boas relações com as igrejas católicas e evangélicas garantiria a boa propaganda de pastores e padres junto aos colonos dispostos a encarar a migração¹⁷⁴.

A Igreja Católica desempenhou um importante papel na colonização - aspectos que não podem ser negados, também, em relação à igreja protestante -. Utilizou-se do discurso¹⁷⁵ que propunha nortear a vida dos migrantes colonizadores perante as dificuldades cotidianas, pois estes tinham tudo por fazer na região quase que desconhecida, mas que despertava sonhos de crescimento e conquista.

Aos poucos a Igreja fazia sentir o seu trabalho e passava a representar uma comunidade de salvação aos fiéis, não só no campo espiritual, mas também na ordem das coisas temporais. A Diocese de Toledo, pela figura de Dom Armando, estava atenta a todos os problemas que afligiam a gente da região oestina¹⁷⁶.

Os discursos da Igreja possibilitaram a construção de um imaginário cultural e social, propenso a viabilizar a (re)ocupação da região. Contribuíram para a adaptação do migrante na construção de uma nova vida, colaborando

¹⁷⁴ GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros...**, op. cit., p. 211.

¹⁷⁵ Para Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Cf. FOUCAULT, Michel. **A Ordem Do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

¹⁷⁶ Cf. **Histórico da Diocese de Toledo...**, op. cit., p. 29.

assim, com a “*Maripá*”. Isso é demonstrado em uma das falas de D. Armando Círio:

Com o correr dos anos, os povoados, as vilas, os distritos e as cidades foram fundados e cresceram. Com isto e como conseqüência, a Diocese se desenvolveu e construiu a sua pujança.

Proclamamos (...) o melhor louvor aos pioneiros, aos desbravadores das matas agrestes, aos construtores das cidades, aos homens e mulheres, que anonimamente, edificaram a grandeza da região, mercê do suor, do sacrifício, da falta de recursos e, muitas vezes, das lágrimas da desesperança.

O nosso elogio se estende ainda a toda a sorte de autoridades legitimamente constituídas e aos empresários, que, com suas responsabilidades, regularam a vivência dessa gente pioneira¹⁷⁷.

Nestas palavras, percebe-se a preocupação da Igreja Católica em frisar o valor do trabalho dos colonos, que tiram o seu sustento da terra, fazendo-a produzir da melhor maneira possível. É o poder de criar no migrante um imaginário social, que possibilitaria a realização de seus anseios pessoais, numa perspectiva coletiva. Além disso, a Igreja assume, também, o papel de protetora perante a população migrante. É o que se pode perceber em alguns de seus discursos, como na mensagem de Páscoa – final da década de 1970 - direcionada à população da diocese de Toledo, assinada por D. Geraldo Majjela Agnelo¹⁷⁸:

Deus quer salvar os homens dentro de um povo organizado. O povo de Deus é salvo através do Sangue da Cruz de Cristo. Do lado de Cristo, dormindo na Cruz, nasceu o admirável sacramento que é a Igreja, (...) a qual foram

¹⁷⁷ Cf. **Carta de D. Armando Círio em Comemoração ao Décimo Ano de Instalação da Diocese de Toledo – 1969**. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo e Arquivo da Secretaria da Catedral Nossa S^a Aparecida de Cascavel.

¹⁷⁸ D. Geraldo Majjela Agnelo sucedeu D. Armando Círio à frente da diocese de Toledo. Sua posse como Bispo de Toledo, ocorreu em 10 de setembro de 1978. Cf. **História da Diocese...**, op. cit.

entregues os sacramentos para atingirem a vida de cada homem¹⁷⁹.

Esta ação protetora da Igreja pode ser notada, também, na seguinte citação, nas palavras de D. Amando Círio:

A igreja é que salvará o mundo, a igreja é a mesma hoje, ontem e amanhã e que encontra sempre guiada pelo Espírito Santo, (...) a força de se renovar, de se rejuvenescer dando uma resposta às necessidades sempre atuais¹⁸⁰.

Dentre as necessidades que caracterizavam e tumultuavam a realidade social da região em seu contexto de (re)ocupação, destacam-se os conflitos pela posse da terra. *“O litígio era complexo e de difícil solução. A confusão era geral e o confronto entre colonos, posseiros, grileiros, companhias, pequenos e grandes latifundiários era sempre mais visível”*¹⁸¹.

Neste contexto conturbado, a Igreja Católica demonstrou habilidade no lidar com o problema, vista pelos colonos, como a única capaz de apresentar soluções para uma situação em que os órgãos governamentais mostravam-se coniventes, com interesses ilícitos sobre a questão.

Para a Igreja, *“não menos condenável era (...) a ação pouco clara do governo, que continuava a expedir títulos de propriedade. Assim, apareciam*

¹⁷⁹ Cf. **Mensagem de Páscoa da Diocese de Toledo**, assinada por D. Geraldo Majjela Agnelo. Toledo, 1979. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

¹⁸⁰ **Mensagem de Natal** de D. Armando Círio. Natal de 1977. Correspondência enviada a todas as paróquias da diocese de Cascavel. Apud: DEITOS, 1996: 42.

¹⁸¹ **Revista Cristo Rei**. Toledo, ano III – nº 26, março de 1999. p. 23.

*títulos de posse da União, do Governo do Estado, títulos de companhias colonizadoras, títulos provisórios, títulos falsos*¹⁸².

Diante da conivência do poder público, restava à Igreja assumir uma postura frente ao clima de disputas acirradas. Como ela mesma sustentava, a *“Igreja (...) tem o dever de estar ao lado dos injustiçados”*¹⁸³, para melhor conduzi-los ao conjunto de condições necessárias para uma boa vida social e religiosa.

Embora assumisse o lado dos colonos, em nenhum momento se percebe a Igreja Católica defrontar-se diretamente com as forças hegemônicas da época. Seu papel, assumido literalmente, era *“o trabalho para apontar caminhos, estimular iniciativas particulares e governamentais, oferecer pistas”*¹⁸⁴.

Chama-se a atenção para o fato de a Igreja buscar reafirmar um papel de defensora perante as aspirações da população e/ou rebanho. Episódios que podem justificar tal afirmação, foram, a inauguração do pré-seminário da diocese de Toledo e a *“Marcha dos Bispos pelo Oeste Paranaense”*.

Estando para ser inaugurado em 1962, o pré-seminário diocesano São José da diocese de Toledo, contou com a participação do então governador do Estado Ney Braga. Nesta oportunidade, foram muitas as referências exteriorizadas sobre a situação social em que viviam os habitantes da região Oeste do Estado do Paraná.

¹⁸² Idem, p. 23.

¹⁸³ Idem, p. 23.

¹⁸⁴ Idem, p. 23.

Deste evento, é elaborado um documento - pela Igreja Católica -dirigido ao governador, para que fossem tomadas providências na expectativa de solucionar as adversidades decorrentes de uma instabilidade social, política e econômica na região.

Seguem trechos deste documento, onde, o discurso da Igreja caracteriza-se pelo forte apelo em defesa do colono, tratado, como sendo, o herói da (re)ocupação, e esquecendo de todos aqueles, vencidos, esquecidos, os sem história, que não alcançaram a “*terra prometida*” e que foram ludibriados por muitos aproveitadores, enriquecidos à custa da miséria dos miseráveis¹⁸⁵.

(...) Vivamente preocupados pelo curso de determinados acontecimentos na região oeste e sentindo as súplicas e veementes apelos do rebanho que nos foi confiado, dirigimo-nos a V.Excia. no sentido de alertá-lo sobre a situação reinante no meio ambiente e que exige dos poderes públicos a tomada de imperiosas providências (...).
(...) Urge que sejam anulados os títulos expedidos pela última Administração Estadual, por seus vícios e irregularidades. Urge que se dê ao colono a terra por ele adquirida e por ele trabalhada. Achamos justo que se defenda os direitos do bravo colono, herói anônimo na construção da grandeza da terra paranaense¹⁸⁶.

A “*Marcha dos Bispos pelo Oeste Paranaense*”, realizada de 24 a 27 de junho de 1965, quando os Bispos percorreram o território da região Oeste do Estado do Paraná, foi marcada por similitudes com relação ao apresentado sobre a inauguração do pré-seminário em Toledo. Foram várias as manifestações,

¹⁸⁵ DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984. p. 93.

¹⁸⁶ **Revista Cristo Rei**. Toledo, ano II – nº 17, maio de 1998. p. 23.

pedindo a interferência da Igreja Católica perante as autoridades governamentais, na busca de providências para os problemas que assolavam a região.

Dom Pedro Fedalto – hoje Arcebispo de Curitiba -, na época secretário particular do Arcebispo de Curitiba, redigiu uma reportagem sobre a marcha dos Bispos, publicada em vários jornais do Estado, com os seguintes destaques¹⁸⁷:

Os Bispos alegraram-se muito, vendo o espírito religioso que impera naquela região. Sentiram satisfação de contemplar o progresso material. Ficaram, porém, sobretudo penalizados de ouvir, de toda parte, o mesmo pedido: Sejam Vossas Excelências nossos advogados junto ao governo Federal e Estadual. Este povo trabalhador e pioneiro precisa de amparo dos poderes públicos, porque se encontra sem assistência educacional, social e hospitalar. Este povo laborioso precisa de melhores estradas para fazer chegar até os grandes centros consumidores os produtos da terra. O Oeste e o Sudoeste do Paraná são os grandes celeiros do Estado e do Brasil. A presença de Vossas Excelências é penhor de esperança para esta população heróica e sofredora. Que a interferência de Vossas Excelências junto às autoridades apresse a solução das terras em litígio, causadoras de tanto sofrimento e de tão grande derramamento de sangue¹⁸⁸.

Evidencia-se, nestes dois episódios, a inauguração do pré-seminário da diocese de Toledo e a “*Marcha dos Bispos pelo Oeste Paranaense*” - como já citado -, a busca da Igreja em reafirmar uma ação orientadora e protetora, perante os migrantes, capaz de amortizar o sofrimento perante as dificuldades do cotidiano de (re)ocupação e propiciar o sucesso deste.

¹⁸⁷ Devido o texto da reportagem ser extenso, citou-se, apenas, alguns trechos importantes aos objetivos do trabalho.

¹⁸⁸ **Revista Cristo Rei.** Toledo, ano II – nº 16, abril de 1998. p. 25.

Em Toledo, a Igreja Católica foi detentora de grande influência na busca de uma colonização racionalizada, pretendida pela colonizadora “*Maripá*”. A presença da Igreja, alicerçada pela figura do sacerdote era a representação plena de que no contexto da colonização havia apoio moral e espiritual para solucionar os mais variados tipos de problemas.

Nas encrucas e nos desentendimentos, os desbravadores apelavam à autoridade do padre. Que outra autoridade poderia haver por ali? Assim os colonos se agigantaram de fato na conquista do sertão. É aí que penetrava cada vez mais pra frente a “*Maripá*” (...)¹⁸⁹.

Pode-se dizer que a relação mantida entre a companhia e a Igreja Católica foi de cooperação. Mas, a nível de empreendimentos, a Igreja foi de maior utilidade para a “*Maripá*” na busca da realização de suas metas - sucesso na colonização -, do que a expectativa da Igreja em manter-se predominante na região, fazendo uso dos serviços da Colonizadora.

Segundo palavras retiradas de uma produção literária da própria Igreja Católica do município de Toledo,

a presença do Padre Antônio Patui, representou a contribuição preciosa da Igreja na obra de integração das terras oestinas à realidade brasileira. Os primeiros moradores de Toledo, desanimados pela falta de recursos, com ambiente adverso, ameaça de animais e sobretudo a ação dos mosquitos, pensavam muitos em voltar às terras de origem, no Rio Grande do Sul.

¹⁸⁹ Cf. PERBECHE, Pe. Henrique. **A serviço de Cristo – Rei: esboço da vida e das atividades de Pe. Antônio Patui**. Ponta Grossa, 12/12/1980. p. 13 (Mimeo). Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr. Este documento, elaborado pelo Pe. Henrique é um “*esboço da pessoa e da atividade do Pe. Antônio Patui*”. Foi elaborado segundo orientação e relato do próprio Pe. Patui.

Em meio a esse ambiente de angústia, a figura do Padre Antonio representou o alicerce sólido para a continuidade da colonização [Décadas de 40 e 50 do século XX] e principalmente a renovação do espírito de fé religiosa e humana daquele povo.

Por seus muitos predicados e conhecimentos, o Pe. Antonio Patui foi o primeiro médico, o 1º enfermeiro, o 1º Padre, e o 1º agrimensor de Toledo, tomando a si o encargo de medir e demarcar as 1ªs quadras da cidade. Além disso, coube a ele a construção das primeiras casas no povoado, organizando-o aos poucos, nos seus aspectos sociais¹⁹⁰.

A presença do Pe. Antônio Patui da “*Congregação Verbo Divino*”, na colonização de Toledo, segundo seu próprio relato, “*é que fez assentar a gente, dando-lhes tranqüilidade, não só de sobrevivência condizente, mas de formação e instrução*”¹⁹¹. Sua participação se fazia presente em vários aspectos da (re)ocupação. “*Sua missa era indispensável. E a missa tinha sempre sua parte de instrução religiosa, orientação moral [Grifo nosso] ou mensagem espiritual*”¹⁹².

Em suma, o que se observa na relação mantida entre a Igreja Católica e a companhia colonizadora “*Maripá*” é a formação de um sistema de bens simbólicos, que ocupa um papel fundamental na sustentação dos interesses particulares às duas entidades. Seria a Igreja na luta por sua supremacia religiosa na região, colaborando com a colonizadora na busca do sucesso empresarial.

Em relação à formação de um sistema de bens simbólicos, Pierre Bourdieu argumenta que,

a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento

¹⁹⁰ Cf. **Histórico da Diocese de Toledo...**, op. cit., p. 55.

¹⁹¹ Cf. PERBECHE, Pe. Henrique. **A serviço de Cristo – Rei...**, op. cit., p. 13.

¹⁹² Idem, ibidem, p. 12-13.

do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos¹⁹³.

No decorrer da colonização - início e desenvolvimento - se faz inegável a influência exercida pela Igreja Católica na vida prática e espiritual dos colonos. Todos os discursos por ela enfatizados visavam confortar os migrantes, para mantê-los sob seu prisma de entendimento.

Pode-se perceber isto na fala de D. Armando Círio, em depoimento à revista *Cristo Rei*:

Levas e mais levas de migrantes chegavam para ocupar as terras. A população aumentava e novas cidades surgiam. Isto obrigou a igreja a pensar numa mudança estrutural profunda, para tornar mais ágil a solução dos problemas que vinham se acumulando, quer na área social, quer na área eclesial¹⁹⁴.

O discurso da Igreja Católica sempre apresentou-se como nomizador aos fiéis que a seguiam, colocando-se ao lado das necessidades dos colonos, e demonstrando uma certa preocupação com os problemas sociais que advinham daquele contexto de colonização. Seria a maneira de se manter o processo de nomização dos católicos, não alienando-se das necessidades vividas por eles e por todos os fiéis.

Os novos bispos mostraram que a igreja ama os homens, também os homens do nosso tempo, onde a igreja não é

¹⁹³ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 31.

¹⁹⁴ **Revista Cristo Rei**. Toledo, ano I – nº 10, setembro de 1997. p. 8.

hostil a ninguém, que a igreja entende as necessidades humanas como nenhum organismo social pode fazer, apesar de a civilização moderna dispor de maravilhosos progressos¹⁹⁵.

A Igreja surge como instituição a dar significado às experiências cotidianas vividas pelos migrantes, propiciando sua adaptação à nova terra, fazendo com que esta tivesse sentido para eles. . “(...) *A experiência adquirida no trato dos problemas pastorais e sociais, (...) contribuirá para a direção e poderá ser o farol que ilumina constantemente o caminho a percorrer*”¹⁹⁶.

Como instituição social e religiosa, a Igreja sempre se permitiu assumir este papel nomizador perante aqueles colonos já estabelecidos, como também aos que chegavam à região, elevando-se como elemento primordial na construção cultural daquele contexto. “*A igreja católica em Toledo foi base sólida de desenvolvimento, servindo para unificação dos ideais do povo. Com maioria absoluta, bem conceituada perante todos, sempre tomou parte ativa nas decisões mais importantes do município*”¹⁹⁷.

As atenções da Igreja, como o visto, voltavam-se, basicamente ao colono, indivíduo que alicerçava o sucesso da colonização. Sendo assim, não poupou esforços em demonstrar suas preocupações em relação aos problemas do homem, em especial do homem do campo.

¹⁹⁵ Mensagem de Natal de D. Armando Círio, 1977. Apud. **Representações pentecostais...**, op. cit., p. 42.

¹⁹⁶ Cf. **Carta de D. Armando Círio a Diocese de Toledo**. Toledo, 1961. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

¹⁹⁷ SILVA, Oscar. **Toledo e sua...**, p. 252.

Volvemos em modo particular as nossas preocupações para os homens que vivem na lavoura, que é a quase totalidade da população da nossa Diocese, comungando de seus justos anseios e sofrendo com eles em suas legítimas pretensões.

O homem da terra reclama para si e para os seus familiares uma vida digna, que só será obtida pela libertação da ignorância, da miséria e da incerteza¹⁹⁸.

Com a característica de expressarem um forte sentimento religioso, os migrantes sulistas alicerçaram-se para a construção de seu próprio imaginário, onde as fontes de sustentação e motivadores de vida eram o trabalho e a fé. É a existência de uma relação entre nominação e valorização do trabalho.

É o demonstrado na fala do Pe. Patui:

O colono que veio do Rio Grande do Sul, era um colono formado, um colono que sabia trabalhar a terra, plantar e colher os frutos, progredir. Sabia formar um lar, uma cidade, interessava-se para formar uma comunidade. Queria ter escola, queria direção espiritual. Tanto é verdade, que se serviram da minha presença e mandaram vir mais colonos de lá, porque aqui havia assistência¹⁹⁹.

As dificuldades encontradas pelos colonos para dar andamento ao processo de colonização, jamais foram contestadas. Através de discursos que valorizavam a operosidade, principalmente os discursos religiosos, modelava-se o imaginário dos colonos, fortalecendo o orgulho daqueles que ali estavam.

¹⁹⁸ Cf. **Carta de D. Armando Círio em Comemoração ao Décimo Ano de Instalação da Diocese de Toledo – 1969**. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo e Arquivo da Secretaria da Catedral Nossa S^a Aparecida de Cascavel.

¹⁹⁹ Apud. WACHOWICZ, Rui C. **Obragens, mensus...**, op. cit., p. 178.

É o que se pode perceber na fala do Pe. Rafael Pivetta, comentando as rápidas transformações por que passava a região Oeste do Estado do Paraná:

A visão panorâmica do Oeste muda constantemente aos olhos do viajante. Novas moradias surgem do dia para a noite, vilas e povoados formam-se em meses, e cidades são construídas num lustre. A matéria imensa vai caindo ao contato do fio destruidor de milhares de centenas de machados e é substituída por variadas culturas e ubérrimas pastagens, que logo são povoadas de selecionadas raças bovinas²⁰⁰.

Para manter sua hegemonia, a Igreja Católica empenhou-se na busca de construir novas paróquias por todo o território regional. É o que mostra um jornal de época dando enfoque a uma promoção coordenada pela Igreja, na busca da construção da nova matriz em Toledo:

Não é ninharia! Trata-se de enfrentar um compromisso de diversos milhares de contos! Mas é o resultado de uma festa bem organizada; é o resultado do entusiasmo de um povo trabalhador, de um povo unido, de um povo que sabe se sacrificar. As provas evidentes disso, as temos, primeiro, o resultado da festa do dia 15 de agosto, e depois repetidamente na compreensão e generosidade que foi encontrada em toda pessoa que veio a par da nobre caminhada²⁰¹.

Outro exemplo pode ser o de D. Armando Círio, destacando os vários empreendimentos de construção de paróquias na região:

A Segunda década (1970, n. do a.), diante de uma população numericamente alta, e as cidades começando a tomar maiores expressões, tivemos como preocupação a

²⁰⁰ PIVETTA, Pe. Rafael. **Diocese de Toledo: alguns acenos históricos**, 1967. Arquivo da Catedral Nossa Senhora Aparecida de Cascavel. Apud. DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais...**, op. cit., p. 39.

²⁰¹ Jornal **O Oeste**, 06/09/1953. Reportagem: "A NOVA MATRIZ".

estruturação das paróquias. Era necessário que cada paróquia tivesse sua igreja e casa paroquial. Em 1972 chegamos a ter 37 igrejas matrizes em construção²⁰².

Nas práticas da Igreja Católica se fazia explícito o interesse em elevar e valorizar o social. Era necessário sustentar uma comunidade coesa, ordeira e trabalhadora. O objetivo era manter a realidade cotidiana, construída por um imaginário social que visava reafirmar as obras e ações edificadas no tempo pela Igreja.

Com a instalação da diocese de Toledo em 1960, e, posteriormente, a criação de novas paróquias nos distritos e mesmo a criação de novas dioceses em outros municípios da região, a Igreja segue em busca da vitalização Católica no Oeste do Paraná.

A presença da Igreja Católica foi personificada na figura dinâmica do Pe. Antonio Patui e no apoio que este dispensou à comunidade. É com a Igreja que se registra um impulso sócio-religioso, colaborador na criação de Toledo e de outros municípios, e também de tradições que percorrem a história da região Oeste do Estado do Paraná.

A história da Igreja Católica na região não se limitou à assistência religiosa. Participou ativamente de vários eventos e outros setores sociais. Pode ser citada, como exemplo, a participação da diocese de Toledo na instalação do ensino

²⁰²

DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais...**, op. cit., p. 40.

superior no mesmo município, isso, numa época onde a colonização já estava concretizada.

Através do apoio da hierarquia eclesiástica, os idealizadores políticos de uma faculdade, realizam o projeto, que vinha também, além de suprir as necessidades da comunidade como um todo, contribuir com a estrutura eclesiástica da região com a criação do curso de filosofia para os seminaristas maiores, embora não sendo exclusividade.

É, pois, ampla a atuação da Igreja no ensino superior de Toledo: incentivando a educação cristã e a formação de educadores cristãos, mediando gestões e reivindicações do nosso ensino superior, incentivando o estudo das grandes questões sociais segundo os documentos da Igreja Universal e apoiando o crescimento do ensino superior oeste-paranaense, presentemente pleiteando a criação da universidade do Oeste.

Com o apoio da comunidade toledana, da classe política e empresarial de Toledo, pôde a Igreja local, por seu Bispo, por seu Vigário Geral, pelos padres que passaram a lecionar Filosofia e Cultura Religiosa, pelas ordens religiosas locais, que puseram representantes nos órgãos colegiados da FACITOL, incentivar o povo toledano e regional a um grande passo em direção às ciências humanas e à filosofia cristã²⁰³.

Criada em 1980, com dois cursos, Filosofia e Ciências Econômicas, a FACITOL/Toledo – Faculdade de Ciências Humanas “Arnaldo Busato” –, é hoje, um dos cinco Campis da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná -, com cursos inscritos nas mais diversas áreas do saber.

A modo de conclusão, deve-se considerar que os discursos e as práticas adotadas pela Igreja Católica na (re)ocupação da região Oeste do Estado do

²⁰³

Cf. **Histórico da Diocese...**, op. cit., p. 51-52.

Paraná, além de objetivarem manter sua predominância como instituição religiosa – se comparada com a presença de outras instituições -, visavam legitimar todo um contexto de colonização. A assistência dispensada à comunidade em toda a sua constituição mostra e confirma o poder nomizador empreendido pela Igreja na região.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que as mudanças religiosas ocorrem conjuntamente com as mudanças sociais, que, por sua vez, provocam modificação de idéias e desejos, o estudo sobre as influências da Igreja Católica na colonização/(re)ocupação da região Oeste do Estado do Paraná se configura como uma importante área de análise e discussão.

O objeto de investigação deste trabalho não foi a condição de verdade da afirmação institucional religiosa cristã-católica, mas antes a relação fé-vida cotidiana que a Igreja Católica manteve com os sujeitos históricos, que construíram e personificaram a região, enquanto um espaço identificador de comportamentos e atitudes.

Neste sentido, não se considerou a região Oeste do Estado do Paraná como um sujeito que constrói a sua própria história, mas sim, como um espaço intrincado de relações sociais,

uma construção intelectual, cujas interações com a realidade mais ampla e com a totalidade evidenciam a

precariedade de suas delimitações. Não há limites geográficos rígidos para o fenômeno regional (...) não há receitas prontas para serem aplicadas na pesquisa histórica geral e na pesquisa histórica regional. Há orientações, sugestões, caminhos trilhados, mas é preciso por a mão na massa, manusear fontes, redigir, escrever e reescrever²⁰⁴.

Para entender a presença da Igreja Católica na região, mais especificamente em Toledo, deve-se considerar a relação estreita mantida com a vinda de migrantes do sul do país - Santa Catarina e Rio Grande do Sul -, onde a herança étnico-religiosa era, em sua maioria, de católicos e protestantes.

A presença da Igreja Católica aconteceu graças à herança cultural-religiosa dos colonizadores que, para amenizarem as dificuldades encontradas no contexto de (re)ocupação, exigiam das companhias colonizadoras um apoio espiritual que viesse confortá-los, no caso, a presença de clérigos na área de colonização.

Como instituição religiosa, a igreja católica vai preocupar-se em desenvolver um papel junto aos migrantes, e este papel será fundamental para a “*nomização*” de quem vem para a região.

O enfoque dado ao predomínio católico recai sobre as influências exercidas pelas companhias colonizadoras, como da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A., “*Maripá*”, que trouxe para a área de (re)ocupação, em sua maioria, descendentes de italianos e alemães.

A vida dos colonos migrantes no decorrer da colonização foi muito difícil, pois eles tinham tudo por fazer. Assim, a Igreja Católica apresentou-se como norteadora da vida e da prática de seus fiéis, fazendo-os encarar e aceitar a realidade.

O que a pesquisa buscou explorar foi o poder de um discurso que "*nomizava*", fortalecendo a presença católica na região, que passou a ser um elemento importante na construção cultural da época, ainda hoje muito expressa no Oeste do Estado do Paraná. A presença religiosa teve uma parcela de contribuição significativa para que o empreendimento da colonização fosse bem sucedido.

São as denominações religiosas, como a presença da Igreja Católica na colonização de Toledo e região, responsáveis e eficientes no trabalho de "*desestranhamento*" do novo espaço que os colonizadores ocupavam.

A Igreja Católica surge com o intento de conceber o universo como humanamente significativo, criando e desenvolvendo discursos e representações que tornassem a realidade social identificável a seu "*modus vivendi*", afastando a anomia e a diversidade das mazelas da natureza.

Neste caso, a igreja assume um papel decisivo na medida em que oferece aos migrantes, discursos legitimadores que explicam e justificam uma realidade que os homens produzem para se entenderem e se explicarem a si mesmos no mundo.

Naquele momento de (re)ocupação/colonização surgem vários discursos, mesmo de âmbito nacional, mas nem todos são aceitos e integrados com a mesma intensidade, como os discursos proferidos pela igreja católica e como estes repercutiram sobre o imaginário dos colonos.

Nas décadas de 40 e 50 do século XX, por exemplo, mesmo contexto de colonização da região Oeste do Estado do Paraná, o governo federal lança uma campanha com discursos que vinham a valorizar um sentimento nacionalista²⁰⁵, mas estes não foram aceitos em sua totalidade, pois os migrantes mantiveram muitos de seus traços culturais²⁰⁶.

A Igreja Católica soube explorar muito bem os seus discursos, demonstrando eficiência na medida em que preenchia os imaginários dos colonos com uma concepção de mundo que a mantinha predominante, e ao mesmo tempo fazendo com que os colonos aceitassem a realidade e as dificuldades cotidianas para, assim, edificarem o seu modo de vida, sempre em busca do sucesso.

²⁰⁵ Nas décadas de 40 e 50, o nacionalismo, principalmente na figura de Getúlio Vargas, foi um elemento importante nos debates sobre problemas políticos e econômicos brasileiros, figurando de modo mais freqüente nos discursos dos governantes, nas diretrizes constitucionais e nas próprias realizações do governo. Getúlio empenhou-se em realizar um governo nacionalista. Dizia que era preciso atacar a exploração das forças internacionais para que o país conquistasse sua independência econômica.

²⁰⁶ Em Marechal Cândido Rondon, por exemplo, concede-se descontos no IPTU – imposto predial e territorial urbano – a quem construir e edificar nos moldes germânicos. Como já citado neste trabalho, a grande maioria dos colonizadores deste município são descendentes de alemães. Outro exemplo é em relação a língua. Muitas comunidades da região Oeste do Estado do Paraná procuram manter seus dialetos de origem.

Com estes exemplos, não se quer afirmar que o discurso nacionalista não tenha adentrado e modificado o andar das (re)ocupações. Qualquer município da região possui seus marcos – praças, ruas, edificações, etc. –, homenageando figuras históricas nacionais brasileiras.

É nesta linha que se faz perceptível uma análise acerca do imaginário dos migrantes colonos da região Oeste do Estado do Paraná. Aquelas pessoas, que através de suas representações, influenciadas pela prática e pelos discursos das companhias colonizadoras e da Igreja, foram modelando a sua realidade.

Com uma análise mais aprofundada, percebe-se que a Igreja Católica veio contribuir muito com as companhias colonizadoras. Estas utilizaram a igreja como modo de acelerar o processo de colonização, devido à fé dos migrantes.

Utilizaram-se muito bem dos discursos da Igreja, que se apresentava como redentora aos fiéis, colocando-se sempre ao lado das necessidades vividas por estes e demonstrando uma certa preocupação com os problemas sociais que advinham daquele contexto de colonização.

No campo da produção de imaginários é notada a presença da Igreja Católica no processo de colonização, a articulação com alguns setores da sociedade, buscando a garantia de sua predominância enquanto instituição religiosa, através de um campo de negociação onde eram utilizados discursos que visavam modelar o imaginário social dos colonos.

VI - BIBLIOGRAFIA E FONTES

6.1 – FONTES PRIMÁRIAS

AGNELO, D. Geraldo Majella. **Carta Circular**. Toledo, outubro de 1981. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

_____. **Mensagem de Páscoa**. Toledo, abril de 1979. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

CÍRIO, D. Armando. **Carta Pastoral**. Toledo, março de 1961. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

_____. **Relatório de Assembléia**. Toledo, abril de 1969. Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

_____ e Conselho Pastoral Diocesano. **Comemoração do Décimo Ano de Instalação da Diocese de Toledo**. Toledo, 1970. Arquivo da Cúria

Diocesana de Toledo e Arquivo da Secretaria da Catedral Nossa S^a Aparecida de Cascavel.

_____. **Convocação para Assembléia.** Toledo, janeiro de 1972.
Arquivo da Cúria Diocesana de Toledo.

DIOCESE DE TOLEDO. **Ano X. Folheto comemorativo aos 10 anos de diocese de Toledo/ 1959 – 1969.** Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Constituição e Estatutos – 1946.** Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Exposição resumida das atividades da “Maripá”.** Período – 1946 – 1956. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. – 1955.** Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

PATUI, Pe. Antonio. **Carta a Willy Barth.** Dezembro de 1954. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

PERBECHE, Pe. Henrique. **A serviço de Cristo Rei – Esboço da vida e das atividades de Pe. Antonio Patui – SVD.** Ponta Grossa, dezembro de 1980.

PROPAGANDA DE VENDA DE TERRAS, 1949. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

PROPAGANDA DE VENDA DE TERRAS, 1950. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

PROPAGANDA DE VENDA DE TERRAS, 1952. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

RADIOMENSAGEM. **Programa “A voz de São Paulo” - Radio Record.** Curitiba, junho de 1951. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

RELATÓRIO DO PLANO DE COLONIZAÇÃO EMPREGADO PELA PINHO E TERRAS LTDA – PERÍODO – 1946 – 1960. Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr.

6.2 – BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional.** SP: Brasiliense, 1989.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi, tomo 5 - Anthropos-homem**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

_____. Utopia. In: **Enciclopédia Einaudi, tomo 5 - Anthropos-homem**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

BERGER, Peter (et. al.). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. tr. J. C. Barcellos, São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

_____. **Um rumor dos anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BONI, Luís A. De; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinques; Caxias do Sul, Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **“A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”**. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOSI, Alfredo, 1936 – **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CALLAI, Dolair Augusta. **Repensando o Oeste do Paraná, Integração Social**. Cascavel, ASSOESTE; Ijuí, FIDENE, C1983.

CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTORIADIS, Cornelius. **El imaginario social**. In: COLOMBO, Eduardo (Org.). **El imaginario social**. Montevideu/Buenos Aires: Editorial Altamira/Nordam comunidad (Colecion piedra libre/3), 1993.

CERTAU, Michel – 1982. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CHARBONNEAU, Paul Eugéne. **Cristianismo, sociedade e revolução.** 1ª ed. São Paulo: Editora Herder, 1967.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** In: revista Annales, nov-dez., 1989, pp.1505-1520.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COLODEL, Augusto. **Obragens & companhias colonizadoras - Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960.** Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.

_____, 1960. **Matelândia: História & Contexto.** Matelândia, Prefeitura Municipal; Cascavel, ASSOESTE, 1992.

COLNAGHI, Maria Cristina. **O processo político de ocupação do sudoeste.** In: PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política – Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991.

DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984.

DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais no Oeste do Paraná. A Congregação Cristã do Brasil em Cascavel de 70 a 95**. Florianópolis, 1996. (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1974.

FENELON, Dea. **Pesquisa em História: Perspectivas e Abordagens**. In: Org. Fazenda Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo, Ed. Cortez, 1989.

FLORESCANO, Henrique. **A função social do historiador**. Tempo, Rio de Janeiro: Vol. 4, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e outros. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC. Série Letras e Artes – 6/79, caderno nº 16, 1974.

_____. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

GINSGURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: DIFEL, 1991.

GREGORY, Valdir. **História regional: discurso, métodos e fontes.** In: ARRUDA, Gilmar; DENIPOTI, Cláudio. **Cultura & Cidadania.** Coletânea – V. 1: ANPUH-PR, 1996.

_____. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970.** Niterói, 1997. (Tese de Doutorado).

Histórico da Diocese de Toledo, 1960 - 1985: Cascavel, ASSOESTE, 1985.

HOFF, Sandino. **A ocupação do Norte.** In: PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política – Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

JULIA, Dominique. **A religião: história religiosa.** In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novas abordagens.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

KUDO, Tokihiro & TOREEAR, Cecília. **La crítica de la religion: ensayo sobre la consciência social segundo Marx**. 2ª ed. Lima: Peru: Centro de Estudos y Publicaciones Departamentos de Estudos Bartolomé da Las Casas, abril, 1980.

LACROIX, Jean. **Marxismo, existencialismo, personalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1972.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito da Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Lisboa: Estampa, 1979.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LOVISOLO, Hugo R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

LOWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa, Edições 70, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social, vol. 8. nº 1.

_____ . **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Romário. **“Paranística”**. In: A Divulgação. Curitiba: s. editora, 1948.

MARX, Carlos & ENGELS, Frederico. **Manuscritos econômicos - filosóficos de 1844**. - obras filosóficas escogidas. Editorial Pluma.

_____. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 1980. Livro I, v.2.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, Nomos e Utopia. O catolicismo na colonização da região de Toledo (Paraná, 1940 – 1970)**. Florianópolis, 2000. (Dissertação de Mestrado).

MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná Província (1853-1889)**. Assis, SP: UNESP, 1998.

_____. **Fronteiras e Populações: aportes para a discussão**. Texto apresentado na Mesa Redonda – Fronteiras e Populações, no **Brasil 500 anos: a outra margem do ocidente – VI seminário de pesquisa em história**, realizada pelo DHI/UEM de 23 a 27 de agosto de 1999.

_____ ; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**.

In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

NIEDERAUER, Ondi Hélio. **Toledo no Paraná, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu processo**. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Edições Afrontamento, 1987.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SCHAFF, Adam. **A concepção Marxista do indivíduo**. In: **Atas do convênio promovido pelo instituto Gramsci: moral e sociedade**. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969. pp.75-96.

SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: EDT, 1994.

_____. **A integração do prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná**. 2ª ed. - Toledo: Editora Toledo, 1977.

SILVA, Oscar. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

_____ . **Toledo existe: "resposta a Câmara Cascudo"**. Cascavel: ASSOESTE, 1991.

SPERANÇA, Alceu A . **Cascavel: a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região: discursos e representações do Paraná.** In: ARRUDA, Gilmar; DENIPOTI, Cláudio. **Cultura & Cidadania.** Coletânea – V. 1: ANPUH-PR, 1996.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: Histórias e fantasmagorias.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELOSO, Agostinho, sj. **O pensamento de Karl Marx.** PUC-RGS, Biblioteca Central: Livraria Tavares Martins, 19738. Do original Francês: La Pensée de Karl Marx de Jan-Ives Calvez.

VEYNE, Paul. 1982. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília, Editora UNB. 1970.

WACHOWICZ, Rui C. **Sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

_____. **Obragens, mensus e colonos: história do Oeste paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. **Oeste – região síntese do Paraná.** In: CALLAI, Dolair Augusta. **Repensando o Oeste do Paraná, integração social.** Cascavel, ASSOESTE; Ijuí, FIDENE, C1983.

_____. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** In: **Os Pensadores** (Coleção). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WESTPHALEN, Cecília Maria, 1927 – **História da colonização moderna da região de Itaipu.** Curitiba: SBPH – Pr, 1987.

6.3 - ENTREVISTAS ORAIS

BENETRI, Antonio. Relato. In: **Com licença somos distrito de Toledo.** Toledo: Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Entrevista** (gravada). Toledo, 16 jul. 1998. (A/A).

PATUI, Padre Antonio. **Entrevista** (gravada e filmada). Museu Histórico Willy Barth, Toledo – Pr., 21 jul. 1984.

WENDEPAP, Tereza. Relato. In: **Com licença somos distrito de Toledo.**

Toledo: Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988.

6.4 - PERIÓDICOS

JORNAL O OESTE. Toledo, 06 de setembro de 1953.

JORNAL O OESTE. Toledo, ano I – nº 15, janeiro de 1954.

JORNAL O OESTE. Toledo, ano II – nº 49, março de 1955.

JORNAL O OESTE. Toledo, ano II – nº 64, julho de 1955.

REVISTA CATEDRAL. Cascavel, nº 60, setembro de 1993.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I – nº 06, maio de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I – nº 07, junho de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I – nº 08, julho de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I – nº 09, agosto de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I - nº 10, setembro de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I - nº 11, outubro de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano I - nº 12, novembro de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II - nº 13, dezembro de 1997.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 14, fevereiro de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 15, março de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 16, abril de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 17, maio de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 19, julho de 1998

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II - nº 20, agosto de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 21, setembro de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 22, outubro de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano II – nº 23, novembro de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano III – nº 24, dezembro de 1998.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano III – nº 25, fevereiro de 1999.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano III – nº 26, março de 1999.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano III – nº 27, abril de 1999.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano III – nº 28, maio de 1999.

REVISTA CRISTO REI. Toledo, ano III – nº 29, junho de 1999.

REVISTA MEMÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU – Primeira Etapa, junho de 1982.